

SUMÁRIO

Às 10 horas e 9 minutos, reuniu a Assembleia da República, tendo a Deputada [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), em nome do partido maioritário, saudado todos os Deputados eleitos e proposto que fosse convidado para presidir aos trabalhos o anterior Presidente, Eduardo Ferro Rodrigues, com o que a Câmara concordou.

Após ter ocupado o seu lugar na Mesa, o Presidente convidou os Deputados [Sofia Araújo](#) (PS) e [Duarte Pacheco](#) (PSD) para Secretários.

O Presidente saudou todos os Deputados eleitos e deu conta do Projeto de Resolução n.º 1/XIV/1.^a — Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, subscrito por todos os grupos parlamentares (PS, PSD, BE, PCP, CDS-PP, PAN e PEV), que foi aprovado por unanimidade.

Após interrupção da sessão, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) procedeu à leitura do relatório daquela Comissão, que verificou os poderes de todos os Deputados, tendo o respetivo parecer merecido aprovação da Câmara.

Procedeu-se, depois, à eleição do Presidente da Assembleia da República para a XIV Legislatura, tendo o candidato proposto pelo PS, o Deputado [Eduardo Ferro Rodrigues](#), obtido a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções.

De seguida, o Presidente dirigiu-se à Câmara agradecendo a sua reeleição e desejando a todos as maiores felicidades, tendo depois sido saudado pelos Deputados [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Fernando Negrão](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Oliveira](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [José Luís Ferreira](#) (PEV).

Por fim, o Presidente, após ter anunciado a realização, a seguir à reunião plenária, da eleição dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e do Conselho de Administração da Assembleia da República, encerrou a sessão eram 16 horas e 50 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativo à assunção de mandatos e à substituição de Deputados do PS e do PCP.

Foram anunciados os resultados das eleições realizadas para Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e para o Conselho de Administração da Assembleia da República, tendo sido eleitos os seguintes Deputados: para Vice-Presidentes, [Edite Estrela](#) (PS), [Fernando Negrão](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE) e [António Filipe](#) (PCP); para Secretários, [Maria da Luz Rosinha](#) (PS), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Nelson Peralta](#) (BE) e [Ana Mesquita](#) (PCP); para Vice-Secretários, [Diogo Leão](#) (PS), [Sofia Araújo](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD) e [Lina Lopes](#) (BE); para o Conselho de Administração, [Eurídice Pereira](#) (PS), [José Silvano](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN) e [Mariana Silva](#) (PEV). No final, o Presidente felicitou os Deputados eleitos, bem como os Deputados que assumiram o mandato pela primeira vez.

O Primeiro-Ministro (António Costa), após saudar o Presidente e os Deputados, procedeu à apresentação do Programa do XXII Governo Constitucional, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Rio](#) (PSD), [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#)

(PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (L), [Adão Silva](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Maria Begonha](#) (PS) e [Beatriz Gomes Dias](#) (BE). No final, a Deputada [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) interpelou a Mesa pelo facto de o Primeiro-Ministro não ter respondido aos pedidos de esclarecimento do Deputado [Telmo Correia](#) (CDS-PP).

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativo à substituição de um Deputado do PS.

Deu-se início ao debate do Programa do XXII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Ministros do Ambiente e da Ação Climática ([João Pedro Matos Fernandes](#)), de Estado e da Presidência ([Mariana Vieira da Silva](#)) e de Estado, da Economia e da Transição Digital ([Pedro Siza Vieira](#)), os Deputados [Fernando Negrão](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) e [Porfírio Silva](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Oliveira](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [João Paulo Correia](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Nelson Peralta](#) (BE), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Jorge Costa](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [António Ventura](#) (PSD), [Fabíola Cardoso](#) (BE), [Luís Leite Ramos](#) e [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Sandra Cunha](#) (BE), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Lara Martinho](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Pedro Rodrigues](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Vasconcelos](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [Carlos Pereira](#) (PS).

Durante o debate, a Vice-Presidente [Edite Estrela](#) (PS), ao presidir pela primeira vez aos trabalhos, saudou os Deputados, o Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo e os funcionários, os jornalistas e os agentes da autoridade da Assembleia da República.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 29 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 3 (2019.11.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Foi aprovado um parecer da Subcomissão de Ética, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, emitido na anterior Legislatura, autorizando um Deputado do CDS-PP a intervir em tribunal.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXII Governo Constitucional, tendo proferido intervenções os Deputados [Joacine Katar Moreira](#) (L), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Rui Rio](#) (PSD) — que originou uma interpelação à Mesa do Deputado [João Paulo Correia](#) (PS) —, [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) e o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Augusto Santos Silva](#)).

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 1 minuto.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Em declaração política, a Deputada [Sónia Fertuzinhos](#) (PS) congratulou-se com o início da discussão do aumento do salário mínimo nacional, uma das medidas constantes do Programa do Governo, tendo considerado que contribui para a melhoria do emprego e para a dignidade das condições de vida dos trabalhadores. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Diana Ferreira](#) (PCP) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Peixoto](#) (PSD) teceu diversas críticas ao Governo pela forma como conduziu a adjudicação do contrato de exploração de lítio em Montalegre, tendo exigido que seja clarificado se foram respeitadas todas as regras de ética e transparência. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Hugo Pires](#) (PS), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV) e [André Silva](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Nelson Peralta](#) (BE) chamou a atenção para as alterações no setor da recolha e tratamento de lixo, nomeadamente de biorresíduos, com a concessão da recolha seletiva de resíduos à empresa EGF, do Grupo Mota-Engil, tendo anunciado que o seu grupo parlamentar vai requerer a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática na Comissão Parlamentar de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para prestar esclarecimentos. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [André Silva](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) criticou a opção de construção do novo aeroporto no Montijo e defendeu, como alternativa, a zona do Campo de Tiro de Alcochete, conforme a Resolução do Conselho de Ministros de 2008 que homologou o Relatório do LNEC e aprovou a localização do novo aeroporto, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Carlos Silva](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE) e [André Pinotes Batista](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP) acusou o Governo de promover o facilitismo ao propor criar um plano para o fim das retenções no ensino básico e defendeu que cada escola deva ter autonomia para decidir como atuar. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Porfírio Silva](#) (PS), [Maria Germana Rocha](#) (PSD), [Ana Mesquita](#) (PCP) e [Alexandra Vieira](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN), a propósito do Dia Nacional da Igualdade Salarial, lembrou o caminho que ainda há para percorrer a nível da igualdade não só salarial mas também de género e afirmou que o seu partido continuará a bater-se por uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Mariana Silva](#) (PEV), [Catarina Marcelino](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD) e [Sandra Cunha](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) contestou a escolha do Montijo como localização do novo aeroporto da Grande Lisboa, considerou que o Governo ainda está a tempo de evitar que a sua construção se efetue naquele local e referiu um estudo elaborado por cientistas que apontam para vários problemas do atual aeroporto. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Pereira](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Sandra Cunha](#) (BE).

Foram lidos e aprovados os Votos n.ºs [1/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Delmiro Carreira e [2/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de José Maria Andrade Pereira, tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 1/XIV/1.^a — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 1195/XIII/4.^a e 1 a 32/XIV/1.^a, do Projeto de Regimento n.º 1/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 2 a 19/XIV/1.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 5 (2019.11.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 34 a 57/XIV/1.^a e 59 a 62/XIV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 20 a 36/XIV/1.^a, 41 a 44/XIV/1.^a e 46 a 51/XIV/1.^a e do Projeto de Regimento n.º 2/XIV/1.^a.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), sobre políticas de rendimento.

Após o Primeiro-Ministro ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Rui Rio (PSD), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), André Silva (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Joacine Katar Moreira (L), Tiago Barbosa Ribeiro e Marina Gonçalves (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 25 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 6 (2019.11.15)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos, tendo, de seguida, dirigido algumas palavras à Câmara, dado ser a primeira vez que presidia aos trabalhos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 37 a 40 e 52/XIV/1.^a, do Projeto de Regimento n.º 3/XIV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 58, 61 e 63 a 72/XIV/1.^a.

Foi apreciada a Petição n.º 507/XIII/3.^a (Laura Ramos e outros) — Pelo fim da violência obstétrica nos blocos de parto dos hospitais portugueses, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 31/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam reforçar os direitos das mulheres na gravidez e no parto e 40/XIV/1.^a (PEV) — Reforço dos cuidados de assistência na gravidez e no parto. Intervieram os Deputados Bebiãna Cunha (PAN), Mariana Silva (PEV), Moisés Ferreira (BE), Cláudia Bento (PSD), Catarina Marcelino (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º 558/XIII/4.^a (Mónica Alexandra da Cunha dos Santos e outros) — Solicitam alterações legislativas, designadamente em matéria de imparcialidade e independência dos magistrados judiciais, na sequência de recentes acontecimentos em clube de futebol português, tendo-se pronunciado os Deputados José Manuel Pureza (BE), Emília Cerqueira (PSD), Francisco Pereira Oliveira (PS), António Filipe (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º 557/XIII/4.^a (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Pelo direito ao descongelamento das carreiras docentes do ensino superior, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 38/XIV/1.^a (PEV) — Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do ensino superior

público, [56/XIV/1.^a](#) (PAN) — Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior, [58/XIV/1.^a](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior e [61/XIV/1.^a](#) (PCP) — Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do ensino superior público, garantindo a contabilização de todos os pontos obtidos. Proferiram intervenções os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Luís Monteiro](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Isabel Lopes](#) (PSD), [Tiago Estevão Martins](#) (PS) e [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º [560/XIII/4.^a](#) (Sandra Marisa Lourenço Gomes Pimenta e outros) — Solicitam igualdade na contagem do tempo de serviço de ex-militares, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [37/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que contabilize a avaliação obtida pelos ex-militares, nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, após ingresso na Administração Pública, para efeitos do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), tendo-se pronunciado os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Rui Silva](#) (PSD), [João Vasconcelos](#) (BE), [Diogo Leão](#) (PS) e [António Filipe](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º [566/XIII/4.^a](#) (Liliana Brito de Lima e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à obrigatoriedade de disponibilização de condições para as sextas para crianças até à entrada na primária, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [28/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que avalie a pertinência da introdução da sesta nos estabelecimentos de educação pré-escolar, [38/XIV/1.^a](#) (PAN) — Adota as recomendações da Sociedade Portuguesa de Pediatria, promovendo a criação de condições para a prática da sesta das crianças do ensino pré-escolar e [47/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos três anos na educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação. Intervieram os Deputados [Alexandra Vieira](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cláudia André](#) (PSD), [Maria da Graça Reis](#) (PS) e [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º [503/XIII/3.^a](#) (Vera Cândida Pinto Gomes e outros) — Solicitam a adoção de medidas que permitam melhorar as condições para portadores de doenças inflamatórias do intestino (Crohn e colite ulcerosa), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [22/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam melhorar as condições de vida e o acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas com doença inflamatória do intestino, [36/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que minimizem o impacto das doenças inflamatórias do intestino na vida destes doentes, [44/XIV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de doenças inflamatórias do intestino e [50/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino. Proferiram intervenções os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Rui Cristina](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP) e [Joana Lima](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 19 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 7 (2019.11.16)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Foi apreciada a Petição n.º [487/XIII/3.^a](#) (Rui Filipe Teixeira da Graça e outros) — Adoção de medidas para defesa do Pinhal do Rei, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [41/XIV/1.^a](#) (BE) — Salvar as matas litorais: compromissos de curto e longo prazo, [42/XIV/1.^a](#)

(PEV) — Pela defesa do Pinhal de Leiria, [43/XIV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o cumprimento de critérios de silvicultura no âmbito do Plano de Recuperação da Mata Nacional de Leiria e [49/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recuperação, acompanhamento e monitorização da valorização da Mata Nacional de Leiria, que foram aprovados na generalidade. Intervieram os Deputados [Ricardo Vicente](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Margarida Balseiro Lopes](#) (PSD) (a), [João Dias](#) (PCP), [João Paulo Pedrosa](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Cristina Rodrigues](#) (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º [113/XIII/1.^a](#) (Ordem dos Médicos) — Pelo direito à redução do horário de trabalho, para acompanhamento de filhos até aos 3 anos de idade, em duas horas diárias, por parte de um dos progenitores, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [26/XIV/1.^a](#) (PEV) — Garante o direito à redução de horário de trabalho, para efeitos de amamentação, aleitação ou acompanhamento à criança até aos 3 anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, [55/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Cria a dispensa para assistência a filho até aos 2 anos, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação, procedendo à 15.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, [60/XIV/1.^a](#) (BE) — Cria a dispensa para acompanhamento a filhos até aos 3 anos, procedendo à 16.^a alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro, e [62/XIV/1.^a](#) (PCP) — Garante o direito das crianças até 3 anos a serem acompanhadas pelos progenitores, Produziram intervenções os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marta Freitas](#) (PS) e [Ofélia Ramos](#) (PSD). Posteriormente, foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por um prazo de 60 dias, daquelas iniciativas legislativas.

Foi apreciada a Petição n.º [527/XIII/3.^a](#) (Marta Oliveira e outros) — Solicitam que a baixa médica para doentes oncológicos seja paga a 100%, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [59/XIV/1.^a](#) (BE) — Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos (sexta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro) e [63/XIV/1.^a](#) (PCP) — Reforça o subsídio de doença para a tuberculose, doença oncológica e doença crónica (6.^a alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro) e com o Projeto de Resolução n.º [39/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie condições para o reforço da proteção dos trabalhadores na doença quando esta implique circunstâncias económicas particularmente gravosas, que foram rejeitados. Proferiram intervenções os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Helga Correia](#) (PSD) e [Fernando José](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [530/XIII/3.^a](#) (Ricardo Filipe Madeira Simões e outros) — Solicitam alteração legislativa com vista a estabelecer a presunção jurídica da residência alternada para crianças com pais separados, tendo-se pronunciado os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Sandra Cunha](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Joana Sá Pereira](#) (PS) e [Mónica Quintela](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [532/XIII/3.^a](#) (José Vieira Lourenço e outros) — Solicitam que a maternidade de Coimbra seja integrada no espaço do Hospital dos Covões, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [23/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda a localização da futura unidade de neonatologia e de cuidados na gravidez e no parto de Coimbra nos terrenos adjacentes ao Hospital dos Covões, [29/XIV/1.^a](#) (PEV) — Implementação da nova maternidade de Coimbra no campus do Hospital Geral (Covões) e [48/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda a construção de uma nova maternidade em Coimbra que abarque o número de partos das atuais maternidades e seja situada junto ao Hospital Geral dos Covões, que foram rejeitados. Proferiram intervenções os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ana Mesquita](#) (PCP), [João Gouveia](#) (PS), [António Maló de Abreu](#) (PSD) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Procedeu-se à votação dos seguintes votos:

N.º 9/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Paulo Guajajara, que foi lido e aprovado;

N.º 36/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Manuel Jorge Veloso, que foi lido e aprovado;

N.º 17/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De solidariedade e pesar pela grave situação de insegurança a que se encontra sujeita a nossa comunidade na Venezuela e pelo assassinato de mais cinco cidadãos nacionais, que foi lido e aprovado;

N.º 22/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De pesar e solidariedade pelo assassinato de quatro portugueses durante a última semana, na Venezuela, que foi rejeitado;

N.º 35/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo assassinato de quatro cidadãos portugueses na Venezuela, que foi aprovado.

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º 3/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De congratulação pelo sucesso da terceira missão cirúrgica humanitária de apoio às crianças refugiadas sírias na Jordânia liderada pelo cirurgião cardiotorácico Professor Doutor Manuel Antunes, que foi aprovado;

N.º 7/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De congratulação pelo sucesso da missão humanitária do Centro de Medicina Cardiotorácica do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, liderada pelo Professor Manuel Antunes, na Jordânia, que foi aprovado;

N.º 4/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De saudação pela atribuição do Prémio Sakharov 2019 a Ilham Tohti e de condenação das sistemáticas violações de direitos das minorias uigure na China, que foi aprovado;

N.º 5/XIV/1.ª (apresentado pelo IL) — De congratulação pela aprovação, pelo Parlamento Europeu, da Resolução 2019/2819, condenando os regimes totalitários do fascismo e do comunismo e relembrando as suas vítimas, que foi rejeitado. Proferiram intervenções os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Maló de Abreu](#) (PSD), [João Oliveira](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), tendo o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) usado da palavra em defesa da honra;

N.º 6/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — Reitera a condenação de todos os regimes totalitários, associando-se à Resolução 2019/2819 do Parlamento Europeu, que foi rejeitado;

N.º 11/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De saudação pela resolução do Parlamento Europeu que condena de igual forma os regimes nazi e comunista pelos seus crimes contra a humanidade, que foi rejeitado;

N.º 18/XIV/1.ª (apresentado pelo PS e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De condenação de todos os regimes totalitários, reafirmando a importância de políticas de valorização da memória, que foi aprovado;

N.º 27/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De condenação e protesto relativamente à resolução anticomunista e de falsificação histórica aprovada pela maioria dos Deputados do Parlamento Europeu, que foi rejeitado;

N.º 8/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De condenação e preocupação sobre a situação no Chile, que foi rejeitado;

N.º 13/XIV/1.ª (apresentado pelo IL) — De repúdio pelo abuso de poder do Estado do Chile na repressão das manifestações, que foi rejeitado;

N.º 23/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De condenação e preocupação pelos ataques ao estado de direito e à ordem pública no Chile, que foi rejeitado;

N.º 25/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De condenação da repressão contra as manifestações populares no Chile, que foi rejeitado;

N.º 29/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De preocupação pela violação de direitos humanos no Chile, que foi aprovado;

N.º 10/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De condenação e solidariedade pela invasão do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Borba e subsequente agressão dos bombeiros de piquete, que foi rejeitado, tendo-se pronunciado os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Carlos Peixoto](#) (PSD), [Norberto Patinho](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [João Oliveira](#) (PCP);

N.º 12/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelos acontecimentos graves contra os Bombeiros Voluntários de Borba e Elvas, que foi rejeitado, tendo usado da palavra, em interpelação à Mesa, o Deputado [André Ventura](#) (CH);

N.º 14/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De solidariedade com os Bombeiros Voluntários de Borba e de condenação dos atos de violência e desrespeito de que foram alvo, que foi aprovado;

N.º 15/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De solidariedade com os Bombeiros do Quartel de Borba pelas agressões sofridas, que foi aprovado;

N.º 16/XIV/1.ª (apresentado pelo PEV e subscrito por 1 Deputado do PS) — De solidariedade com os Bombeiros Voluntários de Borba pelos atos de agressão que sofreram, que foi aprovado;

N.º 24/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De solidariedade com os Bombeiros Voluntários de Borba, que foi aprovado;

N.º 34/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De condenação pelas agressões registadas no Quartel de Bombeiros de Borba e de solidariedade para com a corporação, que foi aprovado;

N.º 19/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De louvor ao Coro Misto da Beira Interior pelas medalhas de ouro conquistadas no Adriatic Pearl Choir Competition & Festival, que foi aprovado;

N.º 20/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De condenação pela invasão turca da região curda de Rojava, que foi rejeitado;

N.º 21/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP) — De condenação e preocupação pela situação em que se encontra a população boliviana, que foi rejeitado;

N.º 26/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De condenação e preocupação pelo golpe de estado militar na Bolívia, que foi rejeitado;

N.º 30/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De condenação do golpe de estado perpetrado contra o legítimo Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, e a democracia na Bolívia, que foi rejeitado;

N.º 33/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De preocupação pela situação na Bolívia e de apelo à reposição da normalidade democrática, que foi aprovado;

N.º 28/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De saudação à comemoração do Dia Internacional dos Direitos da Criança e do 30.º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi aprovado;

N.º 31/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De saudação à Conferência das Nações Unidas para a População e Desenvolvimento (CIPD25), que foi aprovado;

N.º 32/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP) — De condenação da guerra de agressão contra a Síria e o seu povo, que foi rejeitado.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 31/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam reforçar os direitos das mulheres na gravidez e no parto e 40/XIV/1.ª (PEV) — Reforço dos cuidados de assistência na gravidez e no parto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 38/XIV/1.ª (PEV) — Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do ensino

superior público, [56/XIV/1.ª](#) (PAN) — Clarifica o regime de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior, [58/XIV/1.ª](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior e [61/XIV/1.ª](#) (PCP) — Efetiva o direito à progressão remuneratória dos professores do ensino superior público, garantindo a contabilização de todos os pontos obtidos, tendo o Deputado [Álvaro Almeida](#) (PSD) declarado conflito de interesses.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [37/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que contabilize a avaliação obtida pelos ex-militares, nos anos em que desempenharam funções nas Forças Armadas, após ingresso na Administração Pública, para efeitos do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [28/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que avalie a pertinência da introdução da sesta nos estabelecimentos de educação pré-escolar e [47/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos três anos na educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [38/XIV/1.ª](#) (PAN) — Adota as recomendações da Sociedade Portuguesa de Pediatria, promovendo a criação de condições para a prática da sesta das crianças do ensino pré-escolar.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [22/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam melhorar as condições de vida e o acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas com doença inflamatória do intestino, [36/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que minimizem o impacto das doenças inflamatórias do intestino na vida destes doentes, [44/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de doenças inflamatórias do intestino e [50/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino.

Foi aprovado o Relatório da Conta de Gerência da Assembleia da República relativo ao ano de 2018.

Foram aprovados os n.ºs 92 a 108 do Diário, respeitantes a reuniões plenárias da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) assinalou a passagem do Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 12 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

DAR — I SÉRIE — N.º 8 (2019.11.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PSD e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 73 a 80/XIV/1.ª, do Projeto de Regimento n.º 4/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 45 e 53 a 69/XIV/1.ª.

Em declaração política, o Deputado [Emídio Guerreiro](#) (PSD) acusou o Governo de promover o facilitismo ao pretender eliminar as reprovações no ensino básico e insurgiu-se contra o facto de haver escolas fechadas por falta de funcionários e de, a um mês do fim do primeiro período de aulas, existirem alunos sem professor. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento

dos Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Porfírio Silva](#) (PS), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Ana Mesquita](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Moisés Ferreira](#) (BE), referindo-se à importância do Serviço Nacional de Saúde, defendeu a contratação de recursos humanos necessários e propôs um regime que promova a exclusividade dos seus profissionais, devendo para tal ser criados incentivos. Deu, depois, resposta a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Álvaro Almeida](#) (PSD), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Hortense Martins](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP), a propósito de uma manifestação de protesto dos profissionais das forças e serviços de segurança, solidarizou-se com algumas das suas reivindicações e acusou o Governo de não dar resposta aos problemas com que se debatem e de impor processos disciplinares a dirigentes associativos que agem na defesa dos seus associados. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Magalhães](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [Sandra Cunha](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Telmo Correia](#) (CDS-PP), também sobre a mesma manifestação de protesto dos profissionais das forças e serviços de segurança, elogiou o seu esforço e dedicação e insurgiu-se contra o Governo por nada ter feito na anterior Legislatura em relação às questões reivindicadas, tendo ainda anunciado a apresentação, pelo seu partido, de iniciativas legislativas sobre esta matéria. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Rodrigues](#) (PSD) e [João Ataíde](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Cristina Rodrigues](#) (PAN), tendo em conta os efeitos nefastos que o amianto representa para a saúde, alertou para a necessidade do cumprimento de legislação já aprovada relativa à proibição da sua utilização tanto em edifícios públicos como privados. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Filipa Roseta](#) (PSD), [Nelson Peralta](#) (BE), [Hugo Pires](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) condenou a existência de paraísos fiscais e apelou ao Governo para que, internacionalmente, desenvolva esforços no sentido de acabar com os offshore. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Silva](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Fernando Anastácio](#) (PS) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Elza Pais](#) (PS), a propósito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, chamou a atenção para a necessidade de implementação de medidas públicas para a prevenção e combate à violência de género, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Sandra Pereira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sandra Cunha](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 71.º](#) do Regimento, o Deputado [André Ventura](#) (CH) culpou o Primeiro-Ministro por faltar à verdade em relação a uma afirmação que fez relacionada com as forças de segurança e anunciou a intenção do seu partido de se associar à manifestação de protesto convocada por aqueles profissionais.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 11 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 9 (2019.11.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 81 a 85, 88 e 90/XIV/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 2/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 70 a 76 e 78 a 82/XIV/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, requerido pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre transição digital.

Após o Sr. Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) ter interpelado a Mesa sobre a não presença do Governo, abriu o debate o Deputado [Porfírio Silva](#) (PS), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, os Deputados [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Luís Monteiro](#) (BE), [Filipa Roseta](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Filipe Pacheco](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Isabel Lopes](#) (PSD) e [Eduardo Barroco de Melo](#) (PS).

A encerrar o debate, intervieram os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Oliveira](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Afonso Oliveira](#) (PSD) e [Carlos Pereira](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 50 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 10 (2019.11.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Conselho de Estado, o Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior de Segurança Interna.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, requerido pelo BE, sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Após o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) ter proferido uma intervenção na fase de abertura, usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho) e do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional (Miguel Cabrita), os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Carla Barros](#) (PSD), [Fernando José](#) (PS), [Vera Braz](#) (PS), [José Cancela Moura](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Luís Monteiro](#) (BE) e [Tiago Estevão Martins](#) (PS). No encerramento do debate, intervieram, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Isaura Morais](#) (PSD) e [António Gameiro](#) (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 86 e 87, 89 e 91 a 101/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 77, 83 a 90 e 93/XIV/1.^a.

Procedeu-se à votação dos seguintes votos:

N.º [37/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de militar da Guarda Nacional Republicana em acidente rodoviário na A42, que foi lido e rejeitado;

N.º [52/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento, em serviço, do Cabo Jorge Gomes, da Guarda Nacional Republicana, que foi lido e aprovado;

N.º [57/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por Deputados do PS e por 1 Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento do Cabo da GNR Jorge Gomes, que foi lido e aprovado;

N.º [44/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelo falecimento de José Mário Branco, que foi lido e aprovado;

N.º [45/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Maria Argentina Pinto dos Santos, que foi lido e aprovado;

N.º 59/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelas vítimas da estrada, por ocasião do Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada, que foi lido e aprovado.

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º 42/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De solidariedade e pesar para com a população de Hong Kong, que foi rejeitado;

N.º 50/XIV/1.^a (apresentado pelo PS) — De preocupação pela situação no território de Hong Kong, que foi aprovado;

N.º 56/XIV/1.^a (apresentado pelo BE) — De condenação e preocupação sobre a situação em Hong Kong, que foi rejeitado;

N.º 51/XIV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar e solidariedade com a comunidade trans, por ocasião do Dia da Memória Trans, que foi aprovado;

N.º 41/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De saudação pelo 44.º aniversário do 25 de Novembro, que foi aprovado, tendo-se pronunciado os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Bacelar de Vasconcelos](#) (PS) e [Adão Silva](#) (PSD);

N.º 53/XIV/1.^a (apresentado pelo PS e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De saudação à construção da democracia em Portugal, que foi aprovado;

N.º 43/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De congratulação pelo Grammy Latino por excelência musical recebido por José Cid, que foi aprovado;

N.º 48/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD e subscrito por Deputados do PS) — De congratulação pela atribuição de Grammy Latino a José Cid, que foi aprovado;

N.º 46/XIV/1.^a (apresentado pelo CH e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De louvor a Edgar Morin pelos elogios públicos dirigidos a Portugal e à lusofonia, que foi aprovado;

N.º 54/XIV/1.^a (apresentado pelo PCP) — De condenação da nova agressão israelita a Gaza e da declaração da Administração Trump sobre os colonatos israelitas, que foi aprovado;

N.º 55/XIV/1.^a (apresentado pelo PAN e subscrito por 1 Deputada do PS) — De condenação pelo aumento da taxa de desflorestação da Amazônia e pela ausência de políticas de proteção e preservação da natureza, que foi aprovado;

N.º 58/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PS e 1 Deputado do PSD) — De repúdio e condenação contra o racismo no desporto e de solidariedade com o atleta da Seleção Nacional Bernardo Silva, tendo sido aprovado o ponto 1 e rejeitado o ponto 2.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 34/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 57 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 11 (2019.11.28)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram na anterior sessão, tendo sido eleitos: para o Conselho de Estado, Carlos Manuel Martins do Vale César (PS), Francisco José Pereira Pinto Balsemão (PSD), Francisco Anacleto Louçã (BE), Rui Fernando da Silva Rio (PSD) e Domingos Abrantes Ferreira (PCP); para o Conselho Superior de Defesa Nacional, João Albino Rainho Ataíde das Neves (PS) e Fernando Mimoso Negrão (PSD); e, para o Conselho Superior de Segurança Interna, Fernando José dos Santos Anastácio (PS) e André Guimarães Coelho Lima (PSD).

Deu-se conta da apresentação dos Projetos de Lei n.ºs 102 a 106, 108 e 109, 111 a 113, 115, 117, 118, 122 e 123/XIV/1.ª, das Apreciações Parlamentares n.ºs 1 a 3/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 94 a 96, 99 a 102, 105, 106 e 111 a 114/XIV/1.ª.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Joacine Katar Moreira](#) (L).

No final, em interpelação à Mesa, a Deputada [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e o Primeiro-Ministro solicitaram a distribuição de documentos.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 9 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 12 (2019.11.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 1/XIV/1.ª (PSD) — Sobre a situação da saúde em Portugal, proferiram intervenções o Deputado [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) e a Ministra da Saúde (Marta Temido).

Intervieram, depois, durante o debate, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Joana Lima](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Alberto Machado](#) (PSD), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Paulo Marques](#) (PS), [Diana Ferreira](#) (PCP), [António Maló de Abreu](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Sandra Pereira](#), [Rui Cristina](#), [Sara Madruga da Costa](#), [Cristóvão Norte](#) e [António Ventura](#) (PSD), [Telma Guerreiro](#) e [José Rui Cruz](#) (PS), [Joacine Katar Moreira](#) (L), [Álvaro Almeida](#) (PSD) e [Hortense Martins](#) (PS).

Encerraram o debate o Deputado [Álvaro Almeida](#) (PSD) e a Ministra da Saúde.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 107, 110, 114, 116, 119, 121 e 124 a 126/XIV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 91 e 92, 97 e 98, 103 e 104, 107 a 110 e 115 a 121/XIV/1.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 4/XIV/1.ª e do Projeto de Deliberação n.º 4/XIV/1.ª.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 51 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 13 (2019.11.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre apoio às artes. Na abertura do debate, interveio a Deputada [Ana Mesquita](#) (PCP), tendo-se seguido no uso da palavra, além daquela oradora e da Ministra da Cultura (Graça Fonseca), os Deputados [Fernanda Velez](#) (PSD), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Carla Borges](#) (PSD), [Bruno Aragão](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Alexandra Vieira](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Duarte Alves](#) (PCP), [Paula Santos](#) (PCP), [Mara Coelho](#) (PS), [Carlos Silva](#) (PSD), [Sara Velez](#) (PS), [Rosário Gambôa](#) (PS) e [Alexandre Poço](#) (PSD). No encerramento do debate, intervieram os Deputados [Mariana Silva](#)

(PEV), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [João Oliveira](#) (PCP), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e a Ministra da Cultura.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 120 e 127/XIV/1.ª.

Foram lidos e aprovados os seguintes votos:

N.º 77/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte de Eduardo Nascimento;

N.º 78/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte de António Augusto Morais Liberato;

N.º 62/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De condenação e pesar pelas mortes ocorridas nas manifestações no Irão;

N.º 63/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De pesar e solidariedade pelas vítimas do sismo ocorrido na Albânia;

N.º 73/XIV/1.ª (consensualizado, na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, entre os Grupos Parlamentares do PS e do PSD) — De pesar pelas vítimas do sismo ocorrido na Albânia;

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º 39/XIV/1.ª (consensualizado, na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, entre os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP) — De preocupação pela inexistência de conclusões relativamente ao desaparecimento do empresário Américo Sebastião em Moçambique, que foi aprovado;

N.º 61/XIV/1.ª (consensualizado, na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, entre os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP) — De condenação do genocídio contra a minoria yazidi levado a cabo no Iraque pelo autoproclamado Estado Islâmico, que foi aprovado;

N.º 65/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De louvor à greve climática estudantil, que foi aprovado;

N.º 71/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De saudação a todas as alunas e alunos que organizaram e participam na greve climática estudantil do dia 29 de novembro, que foi aprovado, tendo-se pronunciado os Deputados [André Silva](#) (PAN), [Miguel Matos](#) (PS), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Nelson Peralta](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Telmo Correia](#) (CDS-PP);

N.º 72/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De saudação à greve climática estudantil, que foi aprovado;

N.º 66/XIV/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De saudação ao mundo rural, que foi aprovado, tendo usado da palavra os Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [João Azevedo Castro](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ricardo Vicente](#) (BE) e [João Dias](#) (PCP), que foi aprovado;

N.º 67/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De solidariedade pelo Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, que foi aprovado;

N.º 68/XIV/1.ª (apresentado pelo PS e subscrito por Deputados do PSD) — De louvor pelo reconhecimento dos resultados desportivos dos treinadores Jorge Jesus e Fernando Santos, que foi aprovado;

N.º 69/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De condenação pelo incumprimento de regras de proteção e bem-estar animal no transporte de animais vivos em diversos Estados-Membros e pela morte de mais de 14 mil ovelhas no âmbito do transporte de animais vivos, que foi rejeitado;

N.º 70/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De condenação pelas graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e da liberdade de religião das minorias muçulmanas e do povo uigure na China, que foi aprovado;

N.º 74/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De congratulação pela proclamação de 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa, que foi aprovado;

N.º 75/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PSD e do PS) — De saudação pelo Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 4/XIV/1.^a (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XIV Legislatura.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 56/XIV/1.^a (BE) — Publicação da portaria para reconhecimento de especialistas em física médica.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando dois Deputados do PS, um Deputado do PSD e um Deputado do BE a intervirem em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 8 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 14 (2019.12.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 1/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 125 a 132/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 122 a 138/XIV/1.^a.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE), a propósito da passagem por Portugal de Greta Thunberg, ativista ambiental, chamou a atenção para a crise climática e para a necessidade de ações urgentes com vista a combater e reverter a situação e criticou o Governo por receber o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que se deslocou a Lisboa para um encontro com o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [João Miguel Nicolau](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Alma Rivera](#) (PCP) e [André Silva](#) (PAN).

Em declaração política, a Deputada [Diana Ferreira](#) (PCP) assinalou a passagem do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, registou como positivas medidas importantes para a vida das pessoas com deficiência tomadas na última Legislatura e reafirmou o compromisso do seu grupo parlamentar de intervir pela concretização de políticas públicas que assegurem a eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdade. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [Marta Freitas](#) (PS) e [Helga Correia](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) lembrou declarações feitas recentemente pelo Primeiro-Ministro perante a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e defendeu que a regionalização só deveria avançar se fosse precedida de referendo, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [António Gameiro](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [José Maria Cardoso](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [André Silva](#) (PAN) chamou a atenção para os efeitos das alterações do clima, acusou o Governo de falta de iniciativas para lhes fazer face e anunciou a apresentação, pelo seu partido, de um projeto de lei de bases do clima, tendo em vista planos setoriais do ordenamento do território, dos recursos hídricos, das florestas, da agricultura, da proteção civil e da saúde. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nelson Peralta](#) (BE), [Joana Lima](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD) e [Mariana Silva](#) (PEV).

Em declaração política, o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) enunciou um conjunto de medidas para valorização e potenciação dos transportes coletivos com o objetivo de favorecer o combate às alterações climáticas, tendo salientado a importância do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Silva](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Isabel Pires](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Bacelar de Vasconcelos](#) (PS), a propósito da passagem da data em que se completaram 10 anos da entrada em vigor da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, salientou a importância que aquele texto continua a significar para a Europa e considerou ser decisivo ponderar-se o que mudou entretanto e o que permitiu o retrocesso do projeto europeu. Deu, depois, resposta a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Isabel Meireles](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Álvaro Almeida](#) (PSD) manifestou preocupação pelo baixo crescimento da economia registado nos últimos anos, tendo defendido a tomada de medidas que aliviem a carga fiscal e promovam a poupança das famílias. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Vera Braz](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) criticou o Governo e a Assembleia pela falta de atenção aos problemas do País, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação.

Foi lido e aprovado o Voto n.º [83/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pela morte de Domingos Piedade, após o que foi guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Voto n.º [76/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De louvor aos ginastas do Acro Clube da Maia — Par: Rita Ferreira, Rita Teixeira; Trio: Bárbara Sequeira, Francisca Maia, Francisca Sampaio Maia; Grupo: Henrique Silva, Henrique Piqueiro, Frederico Silva, Miguel Silva.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 21 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 15 (2019.12.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º [2/XIV/1.ª](#), dos Projetos de Lei n.ºs [134 a 143/XIV/1.ª](#), do Projeto de Regimento n.º [5/XIV/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs [139 a 148/XIV/1.ª](#).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), sobre o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 2021-2022. Após ter proferido uma intervenção inicial, o Primeiro-Ministro respondeu a perguntas que lhe foram colocadas pelos Deputados [José Luís Carneiro](#) (PS), [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Seguiu-se o debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do [artigo 4.º](#) da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro, que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Luís Capoulas Santos](#) (PS), [Carlos Brás](#) (PS), [Isabel Meireles](#) (PSD), [Fabíola Cardoso](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [José Luís Ferreira](#) (PEV).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 44 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 145 a 147/XIV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 149 a 155/XIV/1.ª e do Projeto de Regimento n.º 6/XIV/1.ª.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [88/XIV/1.ª](#) (PS) — Reforça a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal, [109/XIV/1.ª](#) (BE) — Regula as relações laborais na advocacia e [113/XIV/1.ª](#) (PAN) — Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade. Intervieram os Deputados [Francisco Pereira Oliveira](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [André Neves](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH) e [Joacine Katar Moreira](#) (L).

Foram discutidos, conjuntamente, os Projetos de Resolução n.ºs [83/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que adote um programa de apoio à mobilidade de âmbito verdadeiramente nacional e territorialmente justo, [102/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em todo o território nacional, [104/XIV/1.ª](#) (PEV) — Promoção efetiva dos transportes coletivos em todo o território nacional e [107/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude e desenvolva condições para o aumento das deduções dos encargos com os transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior. Proferiram intervenções os Deputados [Carlos Peixoto](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Bruno Dias](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [3/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro), [117/XIV/1.ª](#) (PAN) — Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro), [118/XIV/1.ª](#) (PCP) — Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade) e [126/XIV/1.ª](#) (L) — Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade). Proferiram intervenções os Deputados [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (L), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Telmo Correia](#) (CDS-PP), tendo este Deputado dado também resposta à Deputada [Joacine Katar Moreira](#) (L), que usou da palavra em defesa da honra.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [37/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada, [116/XIV/1.ª](#) (PAN) — Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos, [119/XIV/1.ª](#) (BE) — Alarga o prazo de garantia na venda de bens móveis de consumo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril) e [120/XIV/1.ª](#) (PEV) — Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril). Intervieram os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Nelson Peralta](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Filipe Pacheco](#) (PS), [Márcia Passos](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, conjuntamente, os Projetos de Resolução n.ºs [15/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias ao alargamento da ADSE a todos os portugueses, independentemente de terem ou não um vínculo laboral ao Estado e [92/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a sustentabilidade da ADSE. Usaram da palavra os Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (L) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [52/XIV/1.ª](#) (PAN) — Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança, excepcionando-se o decretamento deste regime aos casos de abuso infantil, negligência e violência doméstica, [87/XIV/1.ª](#) (PS) — Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores, [107/XIV/1.ª](#) (PSD) — Septuagésima sexta alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, alterando o regime do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, de forma a clarificar que o tribunal pode determinar a residência alternada do filho com cada um dos progenitores sempre que tal corresponda ao superior interesse do menor, [110/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento e [114/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera o Código Civil, prevendo o regime de residência alternada da criança na regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento. Intervieram os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Sandra Cunha](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP) e [Joacine Katar Moreira](#) (L).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 28 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 17 (2019.12.13)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 3/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 144, 148 e 158 a 163/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 156 a 158/XIV/1.ª.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [21/XIV/1.ª](#) (PEV) — Altera a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, [108/XIV/1.ª](#) (BE) — Atualiza a listagem de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos e torna público o respetivo plano de calendarização da monitorização e das ações corretivas (primeira alteração à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro), [115/XIV/1.ª](#) (PAN) — Determina a remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios, instalações e equipamentos e [122/XIV/1.ª](#) (PCP) — Remoção e erradicação de amianto em edifícios, instalações e equipamentos — que foram rejeitados — juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [96/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração urgente de um plano para a retirada de todo o material com amianto nas escolas públicas — que foi aprovado na generalidade —, [97/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que torne pública a lista dos edifícios contendo amianto onde se prestam serviços públicos e o cronograma completo para a sua remoção —

que foi rejeitado — e [110/XIV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos — que foi aprovado na generalidade. Usaram da palavra os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Nelson Peralta](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Filipa Roseta](#) (PSD), [Ana Passos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) — que também defendeu a honra após o Presidente Ihe ter chamado a atenção para alguns termos que utilizou na sua intervenção —, [Joacine Katar Moreira](#) (L) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foram discutidos e aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [20/XIV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que solucione os atrasos persistentes no processamento das pensões de reforma, [16/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote todas as medidas e os procedimentos necessários para uma célere resolução do problema do atraso no processamento, atribuição e pagamento de diversas prestações sociais, designadamente de pensões de velhice e de invalidez, de sobrevivência e de outras prestações por morte, [106/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas para diminuir o prazo de resposta do Centro Nacional de Pensões e garantir o acesso atempado às pensões de velhice, invalidez e sobrevivência e [109/XIV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a continuidade de medidas com vista à eliminação dos constrangimentos que ainda existem no processamento de pensões. Intervieram os Deputados [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Marina Gonçalves](#) (PS), [André Silva](#) (PAN) e [Diana Ferreira](#) (PCP).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [1/XIV/1.^a](#) (BE) — Reconhece as crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica enquanto vítimas desse crime (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e quadragésima sétima alteração ao Código Penal), [2/XIV/1.^a](#) (BE) — Torna obrigatória, nos casos de violência doméstica, a recolha de declarações para memória futura das vítimas (sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas), [92/XIV/1.^a](#) (PAN) — Reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica, [93/XIV/1.^a](#) (PAN) — Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público e [123/XIV/1.^a](#) (PEV) — Criação de subsídio para vítimas de violência que são obrigadas a abandonar o seu lar. Proferiram intervenções os Deputados [Sandra Cunha](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cláudia Santos](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP) e [Joacine Katar Moreira](#) (L).

Foram discutidos e rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [6/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a contratação imediata de todos os auxiliares de ação educativa e assistentes administrativos necessários ao regular funcionamento da escola pública, [101/XIV/1.^a](#) (PEV) — Recomenda ao Governo a contratação de auxiliares de ação educativa, [103/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento dos agrupamentos e escolas não agrupadas e [111/XIV/1.^a](#) (PAN) — Pelo reconhecimento e qualificação do pessoal de apoio educativo da escola pública. Intervieram os Deputados [Ana Mesquita](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Joana Mortágua](#) (BE), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [António Cunha](#) (PSD) e [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [27/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, [57/XIV/1.^a](#) (PAN) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e alarga os direitos dos antigos combatentes, antigos militares e deficientes das Forças Armadas (procede à sétima

alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à primeira alteração da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, à primeira alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro) e [121/XIV/1.ª](#) (PCP) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [113/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento atualizado e transversal de matérias a prever na criação do Estatuto dos Antigos Combatentes, com vista ao desenvolvimento de novo regime jurídico próprio que atenda à sua especificidade e necessidades. Usaram da palavra os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Manuel dos Santos Afonso](#) (PS), [Ana Miguel Santos](#) (PSD), [Raúl Miguel Castro](#) (PS) e [João Vasconcelos](#) (BE). Posteriormente, foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Defesa Nacional, sem votação, por 60 dias, daquelas iniciativas legislativas.

Foi debatido e rejeitado o Projeto de Resolução n.º [84/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pelo direito ao cartão de cidadão para as pessoas em situação de sem abrigo. Intervieram os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Romualda Fernandes](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP) e [Telmo Correia](#) (CDS-PP).

Previamente ao período de votações, o Presidente chamou a atenção para o grande número de votos agendados, tendo solicitado ao Grupo de Trabalho de análise dos diferentes projetos de alteração do Regimento que desse prioridade àquela questão.

De seguida, foram lidos e aprovados os seguintes votos:

N.º [94/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Amaral Dias;

N.º [111/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelas mortes de Firmino Guajajara e de Raimundo Guajajara;

N.º [115/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de Carlos de Oliveira e Sousa;

N.º [124/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do ator José Manuel Lopes;

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º [89/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De saudação à Seleção Nacional de Futebol de Praia pela conquista do Campeonato do Mundo de Futebol de Praia, que foi aprovado;

N.º [79/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e pesar pelo impacto negativo que quaisquer ações internacionais possam provocar ao povo ocupado da Crimeia e à nação soberana da Ucrânia, que foi rejeitado;

N.º [90/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e pesar pelo esfaqueamento de três menores em Haia (Den Haag), que foi rejeitado;

N.º [91/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e pesar pelas mães que morreram em 2018 por complicações durante a gravidez, o parto e o puerpério, que foi rejeitado;

N.º [80/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De congratulação à Autoeuropa e seus trabalhadores pelo sucesso de produtividade alcançado em 2019, que foi rejeitado;

N.º [110/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De saudação aos trabalhadores da Autoeuropa, que foi aprovado;

N.º [119/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De saudação aos trabalhadores da Autoeuropa, que foi aprovado;

N.º [82/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAN) — De congratulação pelo fim da utilização de elefantes para passeios turísticos no Camboja a partir de 2020, que foi rejeitado;

N.º [84/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De condenação pelo lançamento pela Coreia do Norte de projéteis em Dia de Ação de Graças dos EUA, que foi rejeitado;

N.º 85/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De condenação e solidariedade pelas condições enfrentadas pelas crianças da Venezuela, que foi aprovado;

N.º 86/XIV/1.^a (apresentado pelo BE) — De saudação ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que foi aprovado;

N.º 92/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e do Dia Nacional das Pessoas com Deficiência, que foi aprovado;

N.º 105/XIV/1.^a (apresentado pelo L) — De saudação às pessoas com deficiência: pelo direito à diferença, que foi aprovado;

N.º 117/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De saudação pelo 27.º aniversário da proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do dia 3 dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que foi aprovado;

N.º 87/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De saudação pelo 1.º de Dezembro de 1640, que foi aprovado;

N.º 88/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP e subscrito por 1 Deputada do PS) — De congratulação pela importância social desenvolvida ao longo de um século e meio pelo Instituto Monsenhor Airosa em Braga, que foi aprovado;

N.º 93/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De saudação pelo Dia Internacional do Voluntariado, que foi aprovado;

N.º 116/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De saudação pelo 34.º aniversário da proclamação, pela Organização das Nações Unidas, do dia 5 dezembro como o Dia Internacional do Voluntariado, que foi aprovado;

N.º 95/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De preocupação pelas fragilidades detetadas pela auditoria do Tribunal de Contas na eficácia dos planos municipais contra os incêndios rurais, que foi rejeitado;

N.º 96/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pelos resultados do Relatório PISA 2018, que foi rejeitado;

N.º 97/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação com o prestígio das instituições democráticas pelo aproveitamento político que foi feito em torno da presença de Greta Thunberg em Portugal, que foi rejeitado;

N.º 98/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pelo bloqueio do Ministro das Finanças à contratação de mais efetivos policiais, que foi rejeitado;

N.º 99/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pela proibição de contratação de novos médicos e enfermeiros, que foi rejeitado;

N.º 101/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação pela agressão de uma professora grávida em Marvila, que foi rejeitado;

N.º 102/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação pelo preço dos passaportes na Venezuela, que foi rejeitado;

N.º 103/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelo fim da análise de custo-benefício nas PPP, que foi rejeitado;

N.º 104/XIV/1.^a (apresentado pelo PAN) — De congratulação pelo 71º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovado;

N.º 106/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pelas declarações da Sr.ª Ministra da Saúde sobre as falhas no acesso a medicamentos se deverem à globalização, que foi rejeitado;

N.º 107/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pela demora no reembolso da ADSE aos beneficiários, que foi rejeitado;

N.º 108/XIV/1.^a (apresentado pelo CH e subscrito por 1 Deputado do PSD) — De congratulação pela distinção dos Açores com o certificado de destino turístico sustentável, que foi rejeitado;

N.º 109/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De congratulação pela presença de quatro universidades portuguesas no ranking das 100 melhores do mundo do Financial Times, que foi rejeitado;

N.º 112/XIV/1.^a (apresentado pelo BE) — De condenação pela receção do Governo a Mike Pompeo e Benjamin Netanyahu, que foi rejeitado;

N.º 113/XIV/1.^a (apresentado pelo PAN) — De congratulação pelo apelo de um relatório da OCDE ao fim dos subsídios aos combustíveis fósseis nas ajudas públicas ao desenvolvimento e pela decisão do Banco Europeu de Investimento de seguir tais recomendações a partir do fim de 2021, que foi aprovado;

N.º 114/XIV/1.^a (apresentado pelo PAN) — De saudação do Dia Internacional contra a Corrupção, que foi aprovado;

N.º 118/XIV/1.^a (apresentado pelo L) — De saudação pelo Dia Mundial do Solo, que foi aprovado;

N.º 120/XIV/1.^a (apresentado pelo PS) — De saudação ao 40.º Aniversário da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que foi aprovado;

N.º 121/XIV/1.^a (apresentado pelo PS) — De congratulação pelo reconhecimento internacional do setor do turismo em Portugal, que foi aprovado;

N.º 122/XIV/1.^a (apresentado pelo L) — De saudação às portuguesas e aos portugueses nascidos em Portugal sem nacionalidade portuguesa, que foi rejeitado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 154/XIV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao estrangeiro durante o mês de dezembro.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 88/XIV/1.^a (PS) — Reforçando a proteção de advogados em matéria de parentalidade ou doença grave, alterando o Código do Processo Civil e o Código do Processo Penal, 109/XIV/1.^a (BE) — Regula as relações laborais na advocacia e 113/XIV/1.^a (PAN) — Confere aos advogados a prerrogativa de suspensão de processos judiciais nos quais sejam mandatários ou defensores oficiosos em caso de doença grave ou exercício de direitos de parentalidade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 83/XIV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que adote um programa de apoio à mobilidade de âmbito verdadeiramente nacional e territorialmente justo, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 102/XIV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a efetiva aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) em todo o território nacional e foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 104/XIV/1.^a (PEV) — Promoção efetiva dos transportes coletivos em todo o território nacional e 107/XIV/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que estude e desenvolva condições para o aumento das deduções dos encargos com os transportes para os contribuintes residentes em territórios do interior. No final, o Deputado Carlos Peixoto (PSD) proferiu uma declaração de voto.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 3/XIV/1.^a (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 117/XIV/1.^a (PAN) — Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro) e 118/XIV/1.^a (PCP) — Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade portuguesa (nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade) e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 126/XIV/1.^a (L) — Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Inovação, sem votação, por 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [37/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada, [116/XIV/1.ª](#) (PAN) — Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos, [119/XIV/1.ª](#) (BE) — Alarga o prazo de garantia na venda de bens móveis de consumo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril, e [120/XIV/1.ª](#) (PEV) — Aumento da durabilidade e expansão da garantia para os bens móveis e imóveis (Alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de abril).

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [15/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias ao alargamento da ADSE a todos os portugueses, independentemente de terem ou não um vínculo laboral ao Estado, e [92/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam a sustentabilidade da ADSE.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, dos Projetos de Lei n.ºs [52/XIV/1.ª](#) (PAN) — Privilegia o modelo de residência alternada sempre que tal corresponda ao superior interesse da criança, excepcionando-se o decretamento deste regime aos casos de abuso infantil, negligência e violência doméstica, [87/XIV/1.ª](#) (PS) — Altera o Código Civil, estabelecendo o princípio da residência alternada do filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento dos progenitores, [107/XIV/1.ª](#) (PSD) — Septuagésima sexta alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, alterando o regime do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, de forma a clarificar que o tribunal pode determinar a residência alternada do filho com cada um dos progenitores sempre que tal corresponda ao superior interesse do menor, [110/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Sobre o estabelecimento da residência alternada dos menores, em caso de divórcio separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento e [114/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera o Código Civil, prevendo o regime de residência alternada da criança na regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento.

Foi aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 2020.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [4/XIV/1.ª](#) (PCP) — Programa extraordinário para a contratação de profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde e foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [55/XIV/1.ª](#) (BE) — Contratação de mais profissionais para o Serviço Nacional de Saúde, de acordo com o estabelecido na lei para o reforço de autonomia das instituições e na nova lei de bases da saúde e [112/XIV/1.ª](#) (PAN) — Assegura a autonomia das instituições do Serviço Nacional de Saúde na contratação de recursos humanos.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [52/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água, [58/XIV/1.ª](#) (PEV) — Plano de ação para controlo do jacinto-de-água e [130/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [5/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o financiamento de todas as candidaturas consideradas elegíveis no Programa de Apoio Sustentado às Artes — Bienal 2020-2021 e a revisão urgente do modelo de apoio às artes, tendo a Deputada [Ana Mesquita](#) (PCP) proferido uma declaração de voto.

Foram aprovados os n.ºs 109 e 110 do Diário respeitantes a reuniões plenárias da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 43 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 18 (2019.12.19)

SUMÁRIO

O Presidente ([António Filipe](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 4 a 6/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 149 a 157 e 165 a 168/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 159, 163, 165, 167 e 168/XIV/1.ª.

Em declaração política, a Deputada [Diana Ferreira](#) (PCP) chamou a atenção para a necessidade do reforço dos direitos dos trabalhadores, com aumento geral dos salários, quer no setor público quer no privado, e melhoria das condições de trabalho. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Lina Lopes](#) (PSD), [António Gameiro](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Em declaração política, a Deputada [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) criticou o Governo pela falta de ambição do Orçamento do Estado para 2020, com aumento da carga fiscal, e considerou haver discordâncias entre o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças e Presidente do Eurogrupo. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Fernando Anastácio](#) (PS) e [Duarte Pacheco](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [André Silva](#) (PAN) contestou que, no âmbito do Orçamento do Estado para 2020, apenas uma percentagem mínima das transferências do Fundo Ambiental seja para projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de recursos hídricos, de conservação da natureza, de tratamento de resíduos e de economia circular. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nuno Miguel Carvalho](#) (PSD), [Nelson Peralta](#) (BE) e [João Miguel Nicolau](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Silva](#) (PEV) lamentou que os países presentes na Conferência do Clima — COP25 não tenham chegado a acordo no sentido de se atingir a neutralidade carbónica até 2050 e defendeu uma mudança de política, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Silva](#) (PAN), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Bruno Coimbra](#) (PSD) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [João Paulo Correia](#) (PS) salientou as prioridades consagradas no Orçamento do Estado para 2020, que considerou contribuírem para a consolidação dos progressos alcançados na anterior Legislatura. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Luís Leite Ramos](#) (PSD) fez um balanço do primeiro trimestre do ano letivo, tendo tecido várias críticas à política levada a cabo pelo Governo na área da educação. De seguida, deu resposta a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Porfírio Silva](#) (PS) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Pires](#) (BE) chamou a atenção para a situação das pessoas sem-abrigo, tendo considerado o direito à habitação como básico em termos de direitos humanos e destacado a ação de um vereador do seu partido na prossecução desse objetivo. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Firmينو Marques](#) (PSD), [Catarina Marcelino](#) (PS) e [Diana Ferreira](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 71.º](#) do Regimento, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) abordou a necessidade de se combater a corrupção no País e anunciou a apresentação, pelo seu partido, de uma proposta no sentido da criação de uma comissão parlamentar eventual para debater o tema, tendo exortado outros Deputados a viabilizarem essa iniciativa. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento da Deputada [Cláudia Santos](#) (PS) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 71.º](#) do Regimento, o Deputado [André Ventura](#) (CH) indignou-se relativamente a afirmações acerca da liberdade de expressão na Câmara e à não aplicação da legislação relativa ao combate à corrupção, tendo também tecido diversas críticas ao Orçamento do Estado para 2020. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE), que também interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Presidente ([Eduardo Ferro Rodrigues](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 47 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 19 (2019.12.20)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 164, 166, 169 a 171 e 174/XIV/1.^a, da Apreciação Parlamentar n.º 5/XIV/1.^a, do Projeto de Deliberação n.º 5/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 174 e 175/XIV/1.^a.

Procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PSD, ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, sobre «RTP — serviço público». Depois de o Deputado [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, a Ministra da Cultura ([Graça Fonseca](#)) e os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Jorge Costa](#) (BE), [José Magalhães](#) (PS), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (PAN) e [Diana Ferreira](#) (PCP).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [179/XIII/4.^a](#) (ALRAA) — Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional. Proferiram intervenções os Deputados [João Azevedo Castro](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Assunção Cristas](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foram apreciadas as Petições n.ºs [452/XIII/3.^a](#) (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações) — Reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal e [611/XIII/4.^a](#) (Rogério da Costa Pereira e outros) — Solicitam o desenvolvimento das diligências necessárias ao imprescindível e urgente processo de participação qualificada do Estado português no capital social dos CTT - Correios de Portugal, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [70/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT e [84/XIV/1.^a](#) (BE) — Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT e com os Projetos de Resolução n.ºs [30/XIV/1.^a](#) (PEV) — Reversão da privatização dos CTT e [108/XIV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que salvguarde a qualidade do serviço público postal universal. Proferiram intervenções os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ricardo Leão](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (PAN) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º [545/XIII/4.^a](#) (Luís Miguel Machado Figueiredo e outros) — Solicitam a abertura de um inquérito parlamentar sobre a utilização dos apoios prestados às vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande, tendo-se pronunciado os Deputados [João Dias](#) (PCP), [João Gomes Marques](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Santinho Pacheco](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º 586/XIII/4.^a (Sílvia Maria dos Ramos Alves Sequeira e outros) — Solicitam a adoção de medidas de defesa da Reserva Natural do Sado, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 14/XIV/1.^a (PEV) — Sobre as dragagens no estuário do Sado, 33/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que revogue a autorização concedida à Administração do Porto de Setúbal para avançar com as dragagens no Sado e 46/XIV/1.^a (BE) — Recomenda a suspensão das dragagens no Porto de Setúbal. Usaram da palavra os Deputados José Luís Ferreira (PEV), Cristina Rodrigues (PAN), Sandra Cunha (BE), André Pinotes Batista (PS), Nuno Miguel Carvalho (PSD) e Paula Santos (PCP).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 607/XIII/4.^a (FENPROF - Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido, juntamente com, na generalidade os Projetos de Lei n.ºs 98/XIV/1.^a (PCP) — Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais e 100/XIV/1.^a (BE) — Recuperação integral do tempo de serviço cumprido. Intervieram os Deputados Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE), Bebiana Cunha (PAN), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Mariana Silva (PEV), Alexandra Tavares de Moura (PS) e Luís Leite Ramos (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 316/XIII/2.^a (uAPHu - Associação de Pais Heróis) — Solicitam a criação de legislação que colmate a falta de apoio financeiro e os direitos dos pais de crianças/jovens com cancro, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 91/XIV/1.^a (BE) — Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, 95/XIV/1.^a (PCP) — Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente, 102/XIV/1.^a (PAN) — Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica e 111/XIV/1.^a (CDS-PP) — Acresce em 60 dias o período de licença parental inicial em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à 15.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à 7.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade) e à 4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente). Proferiram intervenções os Deputados José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Eduardo Barroco de Melo (PS) e Carla Madureira (PSD).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 497/XIII/3.^a (CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) — Contra a precariedade, pelo emprego com direitos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 11/XIV/1.^a (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e 89/XIV/1.^a (BE) — Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário. Intervieram os Deputados Diana Ferreira (PCP), José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Mara Coelho (PS), Carla Barros (PSD), José Luís Ferreira (PEV) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 18 horas e 57 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização, durante a reunião plenária, de eleições para a Comissão Nacional de Eleições, para Presidente do Conselho Económico e Social, para o Conselho Superior da Magistratura e para o Conselho Superior do Ministério Público.

Foi apreciada a Petição n.º 589/XIII/4.^a (José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro e outros) — Solicitam a alteração da Lei Eleitoral da Assembleia da República, preconizando a reforma do sistema eleitoral, sobre a qual se pronunciaram os Deputados [Pedro Rodrigues](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [André Silva](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 567/XIII/4.^a (António Mateus Simão da Conceição Ferreira de Carvalho e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à proibição do herbicida glifosato em Portugal, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 77/XIV/1.^a (PAN) — Determina a obrigatoriedade de proceder a análise mensal das águas destinadas a consumo humano a fim de verificar da presença de glifosato, 78/XIV/1.^a (PAN) — Visa a não comercialização de herbicidas com glifosato para usos não profissionais, 81/XIV/1.^a (BE) — Determina a obrigatoriedade de análise à presença de glifosato na água destinada ao consumo humano (terceira alteração ao Regime da Qualidade da Água Destinada ao Consumo Humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto), 82/XIV/1.^a (BE) — Proíbe a aplicação de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação (segunda alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril) e 83/XIV/1.^a (BE) — Proíbe o uso não profissional de produtos contendo glifosato (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio, que foram rejeitados, e com o Projeto de Resolução n.º 21/XIV/1.^a (PEV) — Medidas para erradicar o uso do glifosato, que foi igualmente rejeitado. Usaram da palavra os Deputados [André Silva](#) (PAN), [Nelson Peralta](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Gomes Marques](#) (PSD), [Francisco Rocha](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º 513/XIII/3.^a (Pedro Choy de Amélia Cordeiro e outros) — Igualdade no exercício profissional de terapeutas não convencionais, tendo proferido intervenções os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Sandra Pereira](#) (PSD), [José Rui Cruz](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º 592/XIII/4.^a (Susana Maria de Oliveira Santos e outros) — Solicitam a criação de legislação para locais de acolhimento de animais de quinta e selvagens, conhecidos como santuários ou refúgios de vida animal, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 90/XIV/1.^a (PAN) — Prevê a melhoria do sistema de identificação do fim funcional de equídeos com vista à sua proteção, que, a requerimento do PAN, baixou, sem votação, pelo prazo de 90 dias, à Comissão de Agricultura e Mar, e 96/XIV/1.^a (PCP) — Cria a rede de centros de acolhimento e reabilitação de animais selvagens e exóticos, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs 74/XIV/1.^a (BE) — Criação de locais de acolhimento de animais selvagens e de animais de quinta e respetivo quadro jurídico e 82/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um enquadramento jurídico para os locais de acolhimento de animais de quinta e de animais selvagens, que foram rejeitados. Intervieram os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [João Moura](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Palmira Maciel](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 599/XIII/4.^a (Maria de Lurdes Lopes Pedro e outros) — Solicitam a concessão de convenção para o Centro Médico de Diálise da Benedita, Alcobaça, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 76/XIV/1.^a (BE) — Reforço da oferta pública na área da hemodiálise, que foi aprovado. Intervieram os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Bebiana Cunha](#)

(PAN), [Sara Velez](#) (PS), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP) e [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 172 e 173/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 169 a 173, 176 e 177/XIV/1.ª.

Foi lido e aprovado o Voto n.º [129/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Fernando Lemos. De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º [130/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por Deputados do PS) — De condenação e pesar pelas 304 pessoas mortas nos protestos antigovernamentais de novembro, no Irão, que foi aprovado;

N.º [123/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAN) — De condenação pela expulsão da ativista portuguesa Isabel Lourenço do Sahara Ocidental, que foi aprovado;

N.º [125/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS, pelo PSD e pelo PCP) — De congratulação pelo reconhecimento das «Festas de Inverno – Carnaval de Podence» como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, que foi aprovado;

N.º [126/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelo acolhimento, em Portugal, de um grupo de estrangeiros que entraram no país de forma ilegal, que foi rejeitado;

N.º [127/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pela descida de Portugal no Índice de Desempenho das Alterações Climáticas, que foi rejeitado;

N.º [128/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelas falhas ocorridas na prestação de socorro a vítimas por parte do INEM, que foi rejeitado;

N.º [131/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por Deputadas do PS) — De solidariedade pela decisão da Comissão Europeia de condenação do assassinato da jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, que foi aprovado;

N.º [132/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De condenação pelas declarações prestadas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República ao Expresso, que foi rejeitado;

N.º [133/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo BE e subscrito por Deputadas do PS) — De saudação ao Dia Internacional das Migrações, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [175/XIV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Moçambique.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [179/XIII/4.ª](#) (ALRAA) — Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do Espaço Marítimo Nacional.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [70/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT e [84/XIV/1.ª](#) (BE) — Estabelece o regime para a nacionalização dos CTT, bem como o Projeto de Resolução n.º [30/XIV/1.ª](#) (PEV) — Reversão da privatização dos CTT, e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [108/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que salvguarde a qualidade do serviço público postal universal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [14/XIV/1.ª](#) (PEV) — Sobre as dragagens no estuário do Sado e foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [33/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que revogue a autorização concedida à Administração do Porto de Setúbal para avançar com as dragagens no Sado e [46/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a suspensão das dragagens no Porto de Setúbal.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [98/XIV/1.ª](#) (PCP) — Contabilização integral de todo o tempo de serviço das carreiras e corpos especiais e [100/XIV/1.ª](#) (BE) — Recuperação integral do tempo de serviço cumprido.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [91/XIV/1.ª](#) (BE) — Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com

deficiência, doença crónica ou doença oncológica, [95/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente, [102/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica e [111/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Acresce em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara, e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à 15.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à 7.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade), e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [11/XIV/1.ª](#) (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e [89/XIV/1.ª](#) (BE) — Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [174/XIV/1.ª](#) (BE, PS, PCP, PSD, CDS-PP, PAN e PEV) — Prorrogação da vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto. De seguida, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado Pedro Filipe Soares (BE), solicitando a dispensa da redação final e do prazo de reclamação contra inexatidões relativamente ao projeto de lei.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [5/XIV/1.ª](#) (PAR) — Processo orçamental na Assembleia da República.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [139/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cesse o incumprimento da Diretiva Habitats e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [164/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do estuário do Sado.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [166/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que possibilite a execução da totalidade da dotação orçamental de 2019 destinada a despesas com pessoal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

Foi aprovado, em votação final global, por maioria absoluta dos Deputados presentes, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Regimento n.ºs [1/XIV/1.ª](#) (IL) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos, [2/XIV/1.ª](#) (CH) — Alteração ao Regimento da Assembleia da República eliminando a diferença qualitativa de tratamento atualmente existente entre os partidos políticos representados nesta Assembleia, [3/XIV/1.ª](#) (PS) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República, [4/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, alargando os direitos dos Deputados únicos representantes de um partido e definindo critérios de fixação de grelhas de tempos, [5/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República e [6/XIV/1.ª](#) (PAN) — Proceda à quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente, após ter formulado votos de Bom Natal e de Feliz Ano Novo, encerrou a sessão eram 12 horas e 43 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 8/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 175 a 178/XIV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 178 a 186 e 189 a 191/XIV/1.^a, da Apreciação Parlamentar n.º 6/XIV/1.^a e do Projeto de Regimento n.º 7/XIV/1.^a.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram na anterior reunião plenária, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho Superior do Ministério Público e para a Comissão Nacional de Eleições e não tendo sido eleitos o candidato proposto para Presidente do Conselho Económico e Social e os candidatos propostos para o Conselho Superior da Magistratura.

Na abertura do debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 4/XIV/1.^a (GOV) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020, 5/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020 e 6/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023, usou da palavra o Primeiro-Ministro (António Costa), que depois respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), André Silva (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Joacine Katar Moreira (L), Duarte Pacheco (PSD), Marina Gonçalves (PS), Jorge Costa (BE), João Oliveira (PCP), Cristina Rodrigues (PAN), Mariana Silva (PEV), Álvaro Almeida (PSD), Lara Martinho (PS), Joana Mortágua (BE), António Filipe (PCP), Bebiana Cunha (PAN), Hortense Martins (PS), José Moura Soares (BE), Paula Santos (PCP) e Luís Monteiro (BE).

Durante o debate, usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos), os Deputados Afonso Oliveira (PSD), João Paulo Correia e José Luís Carneiro (PS), Carlos Peixoto e Luís Leite Ramos (PSD), Catarina Martins (BE), Emília Cerqueira (PSD), Fernando Anastácio (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Luís Moreira Testa (PS), Inês de Sousa Real (PAN), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), Isabel Pires (BE), Cristóvão Norte (PSD), Carlos Pereira (PS), Maria Manuel Rola (BE), Filipa Roseta (PSD), Hugo Pires (PS), Mariana Silva (PEV), Cristina Rodrigues (PAN) e Bruno Dias (PCP).

O Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 5 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 187 e 188/XIV/1.^a e do Projeto de Deliberação n.º 6/XIV/1.^a.

Concluiu-se o debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 4/XIV/1.^a (GOV) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020, 5/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020 e 6/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Mário Centeno) — que suscitou uma interpelação à Mesa do Deputado Adão Silva (PSD) a pedir a distribuição de documentos — e das Ministras da

Saúde (Marta Temido) e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho), os Deputados *Maria Begonha* (PS), *Sofia Matos* (PSD), *Duarte Alves* (PCP), *Porfírio Silva* (PS), *Mariana Mortágua* (BE), *André Silva* (PAN), *Álvaro Almeida* (PSD), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *Filipe Neto Brandão* (PS), *Joacine Katar Moreira* (L), *José Luís Ferreira* (PEV), *Cecília Meireles* (CDS-PP), *André Ventura* (CH), *Eduardo Teixeira* (PSD), *Miguel Matos* (PS), *João Dias* (PCP), *João Paulo Correia* e *Sónia Fertuzinhos* (PS), *Diana Ferreira* (PCP), *Moisés Ferreira* (BE), *Ana Rita Bessa* (CDS-PP), *Bebiana Cunha* (PAN), *Paula Santos* (PCP), *Mariana Silva* (PEV), *Alberto Machado* (PSD), *João Vasconcelos* (BE), *Rui Cristina* e *André Coelho Lima* (PSD), *Ana Mesquita* (PCP) e *José Manuel Pureza* (BE).

No final do debate, o Deputado *Adão Silva* (PSD), em interpelação à Mesa, contestou o facto de a intervenção da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ter sido proferida quando o seu partido já não dispunha de tempo para fazer perguntas.

Também em interpelação à Mesa, o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Duarte Cordeiro) e o Deputado *Rui Rio* (PSD) solicitaram a distribuição de documentos relativos à gestão da Câmara Municipal do Porto, assunto mencionado durante o debate.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 180/XIV/1.ª.

No encerramento do debate, intervieram os Deputados *Joacine Katar Moreira* (L), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *André Ventura* (CH), *José Luís Ferreira* (PEV), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Assunção Cristas* (CDS-PP) — a quem o Presidente desejou felicidades, dado ter sido a última intervenção que proferiu no Parlamento —, *Jerónimo de Sousa* (PCP), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Rui Rio* (PSD), *Ana Catarina Mendonça Mendes* (PS) e o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital (Pedro Siza Vieira), após o que as propostas de lei n.ºs 4, 5 e 6/XIV/1.ª (GOV) foram aprovadas na generalidade.

Foram aprovados os seguintes votos:

N.º *136/XIV/1.ª* (apresentado pelo CH) — De pesar pelo jovem mortalmente esfaqueado no Campo Grande;

N.º *156/XIV/1.ª* (apresentado pelo L) — De pesar pela morte de Pedro Fonseca;

N.º *151/XIV/1.ª* (apresentado pelo BE) — De condenação e pesar pelo homicídio de Pedro Fonseca;

N.º *140/XIV/1.ª* (apresentado pelo L) — De pesar pela morte de Luís Giovani dos Santos Rodrigues;

N.º *149/XIV/1.ª* (apresentado pelo BE) — De condenação e pesar pelo assassinato de Luís Giovani dos Santos Rodrigues;

N.º *146/XIV/1.ª* (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar, condenação e preocupação pelos recentes atos de violência criminosa que culminaram na morte de um jovem em Lisboa e de outro em Bragança;

N.º *148/XIV/1.ª* (apresentado pelo PAN) — De pesar pelas mortes violentas dos jovens Pedro Fonseca e Giovani dos Santos Rodrigues;

N.º *141/XIV/1.ª* (apresentado pelo PS e subscrito por 1 Deputado do PCP) — De pesar pelo falecimento de Norberto Barroca;

N.º *154/XIV/1.ª* (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de Júlio Castro Caldas, que foi lido;

N.º *147/XIV/1.ª* (apresentado pelo PS) — De pesar pelas vítimas de violência doméstica;

N.º *137/XIV/1.ª* (apresentado pelo CH) — De condenação e pesar pelas 35 vítimas, até ao momento, do flagelo da violência doméstica em 2019;

N.º *144/XIV/1.ª* (apresentado pelo CDS-PP) — De condenação e pesar pelos mais de 1000 cristãos assassinados em 2019 na Nigéria pelo Boko Haram e por radicais fulani;

N.º *145/XIV/1.ª* (apresentado pelo CDS-PP) — De solidariedade e pesar pelos gravíssimos incêndios na Austrália.

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram ainda votados os seguintes votos:

N.º 135/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelo atraso de dois meses na receção de boletins de voto das eleições legislativas por parte dos emigrantes portugueses, que foi rejeitado;

N.º 138/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pela agressão a uma médica, durante o cumprimento das suas funções no hospital de Setúbal, que foi rejeitado;

N.º 139/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pelo contínuo aumento do número de profissionais de saúde agredidos no desempenho das suas funções, que foi rejeitado;

N.º 142/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD e pelo PS) — De apelo a uma solução diplomática no diferendo entre os EUA e o Irão, que foi aprovado;

N.º 150/XIV/1.^a (apresentado pelo BE) — De condenação e preocupação pelo aumento da escalada bélica entre os Estados Unidos e o Irão, que foi rejeitado;

N.º 153/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De condenação e preocupação pela escalada de tensão verificada no Médio Oriente após ataques de mísseis contra bases americanas no Iraque, que foi aprovado;

N.º 143/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De preocupação pela instabilidade vivida no Parlamento venezuelano, que foi aprovado;

N.º 152/XIV/1.^a (apresentado pelo BE) — De condenação pelo atentado à produtora do programa humorístico Porta dos Fundos, que foi aprovado.

Foi aprovado o [Projeto de Resolução n.º 190/XIV/1.^a \(PAR\)](#) – Deslocação do Presidente da República a Jerusalém.

Foi aprovado o [Projeto de Deliberação n.º 6/XIV/1.^a \(PAR\)](#) – Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando uma Deputada do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 37 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 23 (2020.02.04)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 9/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 179 e 181 a 186/XIV/1.^a, da Apreciação Parlamentar n.º 7/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 192 a 200/XIV/1.^a.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de uma Deputada do CDS-PP e à respetiva substituição.

O Presidente informou a Câmara de que a Deputada [Joacine Katar Moreira](#), que representava o partido Livre, passaria a exercer o seu mandato como Deputada não inscrita.

Iniciou-se a discussão, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 4/XIV/1.^a (GOV) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020, 5/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020 e 6/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023, tendo sido apreciados os artigos 2.º a 4.º, 7.º, 12.º, 14.º, 16.º, 19.º e 20.º, 37.º, 43.º, 58.º e 59.º, 62.º, 68.º, 70.º, 72.º e 73.º e 83.º e propostas de artigos novos da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.^a. Usaram da palavra, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Parlamentares (Duarte Cordeiro), do Orçamento (João Leão), Adjunto e da Administração Interna (Antero Luís) e Adjunto e das Finanças (Mourinho Félix), os Deputados [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Duarte Alves](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [João Paulo Correia](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [Alberto Fonseca](#) e [Carlos Silva](#)

(PSD), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Filipe Pacheco](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Beatriz Gomes Dias](#) e [Jorge Costa](#) (BE), [Elza Pais](#) (PS), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Sandra Cunha](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Rui Cristina](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS), [Moisés Ferreira](#) e [José Maria Cardoso](#) (BE), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Eduardo Barroco de Melo](#) e [Fernando José](#) (PS), [André Coelho Lima](#) e [Lina Lopes](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Duarte Marques](#) e [António Ventura](#) (PSD), [Lara Martinho](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) e [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Paulo Neves](#) e [Paulo Moniz](#) (PSD), [António Gameiro](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) e [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 24 (2020.02.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 34 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [5/XIV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 2.º, 7.º, 43.º, 58.º, 72.º, 77.º a 80.º, 83.º a 85.º, 88.º, 89.º e 92.º a 94.º, 96.º e 97.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, além dos Secretários de Estado do Orçamento ([João Leão](#)) e da Segurança Social ([Gabriel Bastos](#)), os Deputados [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Fernando Anastácio](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [João Azevedo Castro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Marina Gonçalves](#) (PS) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [5/XIV/1.ª](#) — artigos 116.º, 139.º e 140.º, 168.º e 169.º, 179.º a 184.º, 195.º e 196.º, 201.º a 206.º e 211.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, além dos Secretários de Estado Adjunto e das Finanças ([Ricardo Mourinho Félix](#)), da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ([João Sobrinho Teixeira](#)), da Educação ([Susana Amador](#)), Adjunta e da Saúde ([Jamila Madeira](#)), do Orçamento ([João Leão](#)), Adjunto e da Energia ([João Galamba](#)), dos Assuntos Fiscais ([António Mendonça Mendes](#)), os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Elza Pais](#) (PS), [Carla Barros](#) (PSD), [Pedro Rodrigues](#) e [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Costa](#), [Rosário Gambôa](#), [Nuno Fazenda](#), [Joana Sá Pereira](#) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [André Silva](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Ana Miguel dos Santos](#) (PSD), [Sandra Cunha](#) (BE), [Diogo Leão](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Maria Begonha](#) (PS), [Luís Monteiro](#) (BE), [João Paulo Pedrosa](#) (PS), [Margarida Balseiro Lopes](#) (PSD), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Cláudia André](#) (PSD), [Porfírio Silva](#) (PS), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) e [José Moura Soeiro](#) (BE), [Hortense Martins](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Álvaro Almeida](#) (PSD), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Joana Lima](#) (PS), [Moisés Ferreira](#) (BE) — que originou o uso da palavra, para defesa da honra, do Deputado do Chega [André Ventura](#), ao qual respondeu, e, para uma interpelação à Mesa, da Deputada do CDS-PP [Cecília Meireles](#) —, [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Luís Soares](#) (PS), [Fabíola Cardoso](#) (BE), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Isabel Pires](#) e [Nelson Peralta](#) (BE), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Carlos Peixoto](#) e [Sandra Pereira](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Helga Correia](#) (PSD), [Olavo Câmara](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Maló de Abreu](#) e [Márcia](#)

Passos (PSD), Maria Manuel Rola (BE), Hugo Carvalho e Miguel Matos (PS) e Jorge Costa (BE).

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 14 horas e 47 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 25 (2020.02.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 32 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 10 a 12/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 133/XIV/1.^a e 187 a 193/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 203 a 239/XIV/1.^a.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 116.º, 169.º, 181.º e 184.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Parlamentares (Duarte Cordeiro) e Adjunto e das Finanças (Ricardo Mourinho Félix), os Deputados Carlos Pereira (PS), Carlos Silva (PSD), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), Pedro Rodrigues (PSD), Mariana Mortágua (BE), Ana Mesquita (PCP), Hugo Costa (PS), Luís Monteiro (BE), João Dias (PCP), Tiago Estevão Martins (PS), Álvaro Almeida (PSD), André Silva (PAN), João Cotrim de Figueiredo (IL), Mariana Silva (PEV), Emília Cerqueira (PSD), José Manuel Pureza (BE), Diana Ferreira (PCP), José Luís Ferreira (PEV) e André Ventura (CH).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.^a — artigos 128.º, 213.º a 215.º, 221.º, 223.º, 225.º, 228.º, 231.º, 235.º, 250.º, 261.º, 279.º, artigo 1.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), da Energia (João Galamba), do Ambiente (Inês dos Santos Costa), da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (João Sobrinho Teixeira) e do Orçamento (João Leão), os Deputados Duarte Alves (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), António Ventura (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Cecília Meireles (CDS-PP), Fernando Anastácio (PS), Duarte Pacheco (PSD), André Ventura (CH), Mariana Silva (PEV), Moisés Ferreira (BE), Telma Guerreiro, Sara Velez e Joana Bento (PS), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Jorge Salgueiro Mendes, Alexandre Poço e Sofia Matos (PSD), José Luís Ferreira (PEV), Cristina Rodrigues (PAN), Mariana Mortágua e Jorge Costa (BE), João Paulo Correia (PS), João Vasconcelos (BE), Lara Martinho (PS), Alexandra Vieira, Nelson Peralta e Luís Monteiro (BE), Fernando Paulo Ferreira (PS), Eduardo Teixeira (PSD), Paula Santos (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL), Pedro Delgado Alves (PS), António Filipe (PCP), Carlos Brás (PS), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Catarina Rocha Ferreira (PSD), Luís Moreira Testa (PS) e Duarte Marques e Afonso Oliveira (PSD).

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 14 horas e 4 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 26 (2020.02.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 201, 202 e 240/XIV/1.^a

Concluiu-se o debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020, tendo sido discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 1.º, 116.º, 214.º e 215.º, 240.º e 241.º, 265.º e 284.º e propostas de artigos novos. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Energia (João Galamba), dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), do Orçamento (João Leão) e dos Assuntos Parlamentares (Duarte Cordeiro), os Deputados Mariana Mortágua e Luís Monteiro (BE), António Filipe (PCP), Porfírio Silva (PS), Moisés Ferreira (BE), Bebiãna Cunha (PAN), José Luís Ferreira (PEV), José Magalhães (PS), Duarte Pacheco (PSD), João Oliveira (PCP), José Luís Carneiro (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), João Cotrim de Figueiredo (IL), André Ventura (CH) e Pedro Filipe Soares (BE).

No encerramento do debate, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 4/XIV/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020, 5/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2020 e 6/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023, proferiram intervenções os Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), André Ventura (CH), Mariana Silva (PEV), André Silva (PAN), Cecília Meireles (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Catarina Martins (BE), Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) e o Ministro de Estado e das Finanças (Mário Centeno), tendo, de seguida, sido aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativos às Propostas de Lei n.ºs 4/XIV/1.ª (GOV) e 6/XIV/1.ª (GOV), bem como mereceu igualmente aprovação, em votação final global, com as alterações entretanto aprovadas, a Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV).

De seguida, o Presidente salientou o trabalho levado a cabo pela Comissão de Orçamento e Finanças e pelo seu Presidente, Deputado do PS Filipe Neto Brandão, e também pelos serviços da Assembleia da República no cumprimento do processo orçamental.

Foi lido e aprovado, por aclamação, o Voto n.º 160/XIV/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelo falecimento de Paulo Gonçalves, tendo o Presidente dirigido palavras de pesar aos membros da Federação de Motociclismo de Portugal presentes nas galerias.

Foi lido e aprovado o Voto n.º 165/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do General José Lemos Ferreira.

Após ter sido lido pelo Deputado João Oliveira (PCP), foi aprovado o Voto n.º 167/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pelo falecimento de António Gervásio.

Foi lido e aprovado o Voto n.º 168/XIV/1.ª (apresentado pelo PCP e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pelo falecimento de Henrique Espírito Santo.

Foi lido e aprovado o Voto n.º 169/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pelo falecimento de Daniel da Cunha Dias.

N.º 155/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pela perda de vidas humanas, de animais e de espécies florestais nos incêndios a decorrer na Austrália e pela falta de ação política no combate às alterações climáticas, sobre o qual teceram considerações os Deputados Marcos Perestrello (PS), Edite Estrela (PS) e Inês de Sousa Real (PAN).

De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio em relação aos Votos n.ºs 160, 165, 167, 168 e 169/XIV/1.ª e à parte relativa à perda de vidas humanas na Austrália, constante do Voto n.º 155/XIV/1.ª.

Procedeu-se também à votação dos seguintes votos:

N.º 158/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De repúdio pela agressão de mais uma enfermeira, no Hospital de Santa Maria, e pela constante escalada de violência contra os profissionais de saúde no nosso país, que foi rejeitado;

N.º 161/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De repúdio pelas agressões a uma juíza do Tribunal de Família e Menores, de Matosinhos, que foi rejeitado;

N.º 162/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De condenação e preocupação pela agressão de mais uma professora e de uma assistente operacional na Escola Básica da Bela Vista, em Setúbal, que foi aprovado;

N.º 163/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De preocupação pelas salas alagadas no Hospital de São José devido às fortes chuvadas ocorridas em Lisboa, que foi rejeitado;

N.º 164/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De repúdio pelas declarações do Sr. Ministro da Administração Interna à comunicação social, que foi rejeitado;

N.º 166/XIV/1.^a (apresentado pelo PCP) — De condenação do «plano Trump», que constitui uma afronta aos direitos nacionais do povo palestino e ao Direito Internacional, que foi aprovado;

N.º 170/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De preocupação com os termos do «Plano de Paz para o Médio Oriente», de iniciativa da administração norte-americana, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 200/XIV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Índia.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 52/XIV/1.^a (BE) — Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água, 58/XIV/1.^a (PEV) — Plano de ação para controlo do jacinto-de-água e 130/XIV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 36 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 27 (2020.02.13)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 13 a 15/XIV/1.^a, do Projeto de Lei n.º 195/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 241 e 242/XIV/1.^a.

Em declaração política, a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) criticou o agendamento da discussão e votação de projetos de lei sobre a eutanásia, considerando necessária uma maior reflexão e mais pareceres técnicos sobre o tema. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados André Silva (PAN), Bacelar de Vasconcelos (PS), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP).

Em declaração política, o Deputado André Silva (PAN) defendeu alterações às regras de nomeação do Governador do Banco de Portugal, tendo anunciado a apresentação de um projeto de lei nesse sentido. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Fernando Anastácio (PS), Duarte Pacheco (PSD), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP).

Em declaração política, o Deputado José Luís Ferreira (PEV) referiu-se à necessidade de publicação de legislação relativa à proteção dos solos e reparação de áreas contaminadas, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Hugo Patrício Oliveira (PSD), Joana Lima (PS), Paula Santos (PCP) e Nelson Peralta (BE).

Em declaração política, o Deputado Carlos Pereira (PS) abordou questões relativas ao investimento público nos últimos anos e à necessidade do seu aumento, com vista a um maior crescimento económico, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados

[Cristóvão Norte](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Isabel Pires](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [José Silvano](#) (PSD) deu conta da realização do 38.º Congresso do PSD, em Viana do Castelo, e da estratégia política aí aprovada, tendo ainda agradecido a presença dos representantes dos diversos partidos políticos. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Porfírio Silva](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Oliveira](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE), que também saudaram o PSD pela realização do seu Congresso.

Em declaração política, a Deputada [Sandra Cunha](#) (BE) lembrou o referendo sobre o aborto realizado há 13 anos e considerou que o caminho a prosseguir deveria ser o de o Serviço Nacional de Saúde garantir todas as condições para se realizarem as interrupções voluntárias da gravidez solicitadas e o respetivo acompanhamento. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Isabel Alves Moreira](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) manifestou indignação por haver hospitais que estão impedidos de adquirir medicamentos por causa da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e informou a Câmara do agendamento de um projeto de lei do seu grupo parlamentar excecionando da aplicação desta Lei a aquisição de medicamentos, produtos químicos e farmacêuticos, material clínico e dispositivos médicos nas unidades de saúde que integram o SNS. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Álvaro Almeida](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Bebiana Cunha](#) (PAN) e [Paulo Marques](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [216/XIII/2.ª](#) (União dos Sindicatos do Distrito de Viseu) — Solicitam a adoção de medidas de combate à desertificação do interior do País, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [24/XIV/1.ª](#) (PEV) — Determina a elaboração pelo Governo de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal, prévia à apresentação do Orçamento do Estado, com vista à sua apresentação à Assembleia da República, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [211/XIV/1.ª](#) (BE) — Investir na coesão territorial e combater a desertificação do interior do País, [218/XIV/1.ª](#) (BE) — Plataforma Digital em Sistema de Informação Geográfica (SIG) e [237/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a realização de um plano de desenvolvimento do território nacional com medidas de valorização do interior e de combate ao abandono do mundo rural. Proferiram intervenções os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Isaura Morais](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Rui Cruz](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à apreciação conjunta da Petição n.º [510/XIII/3.ª](#) (Fernando António Pinheiro Correia e outros) — Sobre a operação da Altice de aquisição do Grupo Media Capital e seus efeitos e do Projeto de Resolução n.º [193/XIV/1.ª](#) (PEV) — Adoção dos mecanismos necessários com vista a impedir a compra do Grupo Media Capital pela Cofina, assim como a impedir conglomerados na área da comunicação social. Intervieram os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Diana Ferreira](#) (PCP), [João cotrim de Figueiredo](#) (IL), [José Magalhães](#) (PS), [Jorge Costa](#) (BE), [André Ventura](#) (CH) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD).

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 29 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 28 (2020.02.14)

SUMÁRIO

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.
Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 196 a 200/XIV/1.ª

Foi apreciado o Inquérito Parlamentar n.º 1/XIV/1.^a (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito às fraudes de Pedrogão Grande na atribuição de subsídios, tendo-se pronunciado os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Ricardo Vicente](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [João Oliveira](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º 437/XIII/3.^a (André Lourenço e Silva e outros) — Solicita a criação de um conselho nacional de experimentação animal, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 189/XIV/1.^a (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto, reforçando as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica, e os Projetos de Resolução n.ºs 78/XIV/1.^a (BE) — Valorização da Comissão Nacional para a Proteção de Animais utilizados para fins científicos, 208/XIV/1.^a (PAN) — Reforça as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica e 87/XIV/1.^a (PCP) — Recomenda a adoção de medidas concretas e imediatas no âmbito da utilização de animais em investigação científica. Pronunciaram-se os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [António Ventura](#) (PSD), [Carla Sousa](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º 610/XIII/4.^a (Ana Celeste Maia Pires Glória e outros) — Solicitam à Assembleia da República a adoção de medidas com vista a salvar a Casa da Pesca, património classificado, situada na Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, em Oeiras, e a garantir a preservação, divulgação e abertura ao público deste conjunto patrimonial, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 233/XIV/1.^a (PCP) — Pela salvaguarda do património e reabilitação da Casa da Pesca, em Oeiras (Lisboa). Usaram da palavra os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º 614/XIII/4.^a (FENPROF - Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 190/XIV/1.^a (BE) — Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e 192/XIV/1.^a (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e com o Projeto de Resolução n.º 206/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que avalie e pondere a readoção de um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário. Intervieram os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Alexandra Vieira](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Porfírio Silva](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [António Cunha](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 425/XIII/3.^a (José Luís da Rocha Ceia e outros) — Solicitam a eliminação do pórtico de Neiva, pórtico 4 da A28, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 71/XIV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a abolição de portagens na A28, tendo proferido intervenções os Deputados [José Maria Cardoso](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Hugo Oliveira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Eduardo Teixeira](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 6 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 29 (2020.02.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 3/XIV/1.^a (GOV) e dos Projetos de Lei n.ºs 180/XIV/1.^a (BE) e 193/XIV/1.^a (PSD) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente, os quais, a requerimento do PS, do BE e do PSD, baixaram à Comissão de Defesa Nacional, sem votação, por 60 dias. Usaram da palavra, a diverso título, a Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes (Catarina Sarmento Castro) e os Deputados João Vasconcelos (BE), Ana Miguel dos Santos (PSD), Marcos Perestrello (PS), João Cotrim de Figueiredo (IL), Inês de Sousa Real (PAN), António Filipe (PCP), Joacine Katar Moreira (N insc.), Raul Miguel Castro (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Sérgio Marques (PSD) e Manuel dos Santos Afonso (PS).

Foram discutidas e aprovadas, conjuntamente, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs 1/XIV/1.^a (GOV) — Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341, e 8/XIV/1.^a (GOV) — Adapta os regimes sancionatórios previstos nos regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (Ricardo Mourinho Félix), os Deputados Eduardo Teixeira (PSD), Duarte Alves (PCP), Nuno Sá (PS) e Mariana Mortágua (BE).

Foi debatida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.^a (GOV) — Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475, tendo usado da palavra, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados Alberto Fonseca (PSD), Duarte Alves (PCP) e Fernando Anastácio (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 603/XIII/4.^a (Ricardo André de Castro Pereira e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à correção das declarações mensais de remunerações de todos os docentes contratados com horários incompletos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 85/XIV/1.^a (BE) — Contabilização de dias de serviço para efeitos de proteção social dos docentes colocados em horários incompletos e 97/XIV/1.^a (PCP) — Regime especial de contabilização do tempo de trabalho dos docentes em horário incompleto, que foram rejeitados. Intervieram os Deputados Joana Mortágua (BE), Ana Mesquita (PCP), Bebiana Cunha (PAN), Carla Madureira (PSD), Eduardo Barroco de Melo (PS) e José Luís Ferreira (PEV).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 243 a 257/XIV/1.^a

Foram lidos e votados os seguintes votos:

N.º 174/XIV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Eng.º Álvaro Barreto, que foi aprovado;

N.º 175/XIV/1.^a (apresentado pelo BE e subscrito por um Deputado do PS) — De pesar pelo falecimento de Zuraída Soares, que foi aprovado;

N.º 176/XIV/1.^a (PS) — De pesar pelo falecimento de Dino Monteiro, que foi aprovado;

N.º 177/XIV/1.^a (PS) — De pesar pelo falecimento de Fernando Tavares Loureiro, que foi aprovado;

N.º 181/XIV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Professor Malaca Casteleiro, que foi aprovado;

N.º 179/XIV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de um utente após seis horas de espera na urgência do hospital de Lamego, que foi rejeitado;

N.º 173/XIV/1.^a (apresentado pelo PCP) — De pesar pelas vítimas do nazi-fascismo nos 75 anos da libertação, pelo exército soviético, do campo de concentração de Auschwitz, que foi aprovado;

N.º 178/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PSD e do PS) — De pesar, em evocação do Dia de Memória do Holocausto, que foi aprovado.

A seguir à votação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Voto n.º [172/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo IL) — De congratulação pelas celebrações dos 200 anos da Revolução Liberal, no Porto.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [24/XIV/1.ª](#) (PEV) — Determina a elaboração, pelo Governo, de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal prévia à apresentação do Orçamento do Estado, com vista à sua apresentação à Assembleia da República, bem como foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [211/XIV/1.ª](#) (BE) — Investir na coesão territorial e combater a desertificação do interior do País, [218/XIV/1.ª](#) (BE) — Plataforma Digital em Sistema de Informação Geográfica (SIG) e [237/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a realização de um plano de desenvolvimento do território nacional com medidas de valorização do interior e de combate ao abandono do mundo rural.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [193/XIV/1.ª](#) (PEV) — Adoção dos mecanismos necessários com vista a impedir a compra do Grupo Media Capital pela Cofina, assim como a impedir conglomerados na área da comunicação social, tendo o Deputado do PS [Marcos Perestrello](#) declarado conflito de interesses.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º [1/XIV/1.ª](#) (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito às fraudes de Pedrogão Grande na atribuição de subsídios.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [189/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto, reforçando as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica, bem como foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [78/XIV/1.ª](#) (BE) — Valorização da Comissão Nacional para a Proteção de Animais Utilizados para Fins Científicos e [87/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda adoção de medidas concretas e imediatas no âmbito da utilização de animais em investigação científica, tendo o Projeto de Resolução n.º [208/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça as regras de proteção e bem-estar animal na investigação científica, a requerimento apresentado pelo autor, baixado à Comissão de Agricultura e Mar, sem votação, por 60 dias.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [233/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela salvaguarda do património e reabilitação da Casa da Pesca, em Oeiras (Lisboa).

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [190/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e [192/XIV/1.ª](#) (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e do Projeto de Resolução n.º [206/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que avalie e pondere a readoção de um modelo de gestão democrática dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [71/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a abolição de portagens na A28.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [2/XIV/1.ª](#) (GOV) — Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369, da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [151/XIV/1.ª](#) (BE) — Alteração da portaria sobre a comparticipação de fórmulas que se destinem a crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV).

Foi aprovado o ponto 1 e foram rejeitados os pontos 2 a 4 do Projeto de Resolução n.º [188/XIV/1.ª](#) (PAN) — Por uma rede de bancos de leite materno em Portugal e melhor acesso a alternativas comparticipadas.

Foi aprovado, em votação final global, por maioria absoluta dos Deputados presentes, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Regimento n.º 2/XIV/1.^a (CH) — Alteração ao Regimento da Assembleia da República, eliminando a diferença qualitativa de tratamento atualmente existente entre os partidos políticos representados nesta Assembleia, n.º 3/XIV/1.^a (PS) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República, n.º 5/XIV/1.^a (CDS-PP) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República e n.º 7/XIV/1.^a (IL) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a regulamentar a emissão de votos.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 20 do Diário.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 54 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 30 (2020.02.19)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da não admissão, pelo Presidente, do Projeto de Lei n.º 33/XIV/1.^a e foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 201 a 209/XIV/1.^a.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH) e João Cotrim de Figueiredo (IL).

Entretanto, a Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) também expressou repúdio pelas atitudes de carácter racista de que foi alvo o futebolista Marega, a quem manifestou solidariedade, tendo-se associado às suas palavras os Deputados Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e José Luís Ferreira (PEV).

Seguiu-se o debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro, que abriu e encerrou o debate, os Deputados Luís Capoulas Santos e Bacelar de Vasconcelos (PS), Isabel Meireles (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE), Bruno Dias (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Cristina Rodrigues (PAN) e José Luís Ferreira (PEV).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 31 (2020.02.20)

SUMÁRIO

O Presidente (António Filipe) declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 210 a 213/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 258 e 259/XIV/1.^a.

Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º 88/XIV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 99/XIV/1.^a (PSD) — Quarta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro

(Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, e [175/XIV/1.ª](#) (PAN) — Cria um observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto) e com o Projeto de Resolução n.º [204/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a criação de um Comité Nacional para os Direitos da Criança, no cumprimento das recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e da Convenção dos Direitos das Crianças. Proferiram intervenções os Deputados [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sandra Cunha](#) (BE), [Elza Pais](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [André Ventura](#) (CH), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) — que o Presidente saudou pela sua eleição para Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP — e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Foram apreciados, conjuntamente, os Projetos de Resolução n.ºs [148/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece o calendário para a instituição, em concreto, das regiões administrativas durante o ano de 2021 e [220/XIV/1.ª](#) (BE) — Prepara os procedimentos para a criação das regiões administrativas. Intervieram, a diverso título, os Deputados [João Oliveira](#) (PCP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Raul Miguel Castro](#) (PS), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Filipe Pacheco](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Pedro Sousa](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Carlos Peixoto](#) (PSD), [João Azevedo](#) (PS), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [João Vasconcelos](#) (BE) e [José Cancela Moura](#) (PSD).

Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º [18/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, quando ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido para primeira consulta de especialidade no Serviço Nacional de Saúde, assegure aos utentes a liberdade de aceder a essa consulta em qualquer outro hospital à sua escolha, seja do setor público, privado ou social. Intervieram os Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Paulo Marques](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Moisés Ferreira](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º [262/XIV/1.ª](#) e do Projeto de Deliberação n.º [7/XIV/1.ª](#).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 14 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 32 (2020.02.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [215/XIV/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs [260](#), [261](#) e [263/XIV/1.ª](#).

Foram apreciados, conjuntamente, na generalidade, tendo sido aprovados, os Projetos de Lei n.ºs [4/XIV/1.ª](#) (BE) — Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível, [67/XIV/1.ª](#) (PAN) — Regula o acesso à morte medicamente assistida, [104/XIV/1.ª](#) (PS) — Procede à 50.ª alteração ao Código Penal, regulando as condições especiais para a prática de eutanásia não punível, [168/XIV/1.ª](#) (PEV) — Define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e [195/XIV/1.ª](#) (IL) — Regula a antecipação do fim da vida, de forma digna, consciente e medicamente assistida. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [André Silva](#) (PAN), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Cotrim de](#)

Figueiredo (IL), António Filipe (PCP), André Silva (PAN), António Ventura e André Coelho Lima (PSD), Mariana Mortágua (BE), Bebiana Cunha (PAN), Telmo Correia (CDS-PP), Moisés Ferreira (BE), Pedro Delgado Alves (PS), André Ventura (CH), Porfírio Silva (PS), Joacine Katar Moreira (N insc.), Alexandre Quintanilha (PS), Sofia Matos e Cláudia Bento (PSD), Maria Antónia de Almeida Santos (PS) e Pedro Filipe Soares (BE).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs 183/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte do ator e encenador Tozé Martinho e 186/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP) — De pesar pela morte de António José Bastos de Oliveira Martinho, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado o Voto n.º 171/XIV/1.ª (apresentado pelo BE) — De condenação e preocupação pelos atropelos aos Direitos Humanos em Caxemira e Jammu.

Foi aprovado o Voto n.º 180/XIV/1.ª (apresentado pelo PSD) — De congratulação pela recuperação dos sinos e carrilhões do Palácio Nacional de Mafra.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 99/XIV/1.ª (PSD) — Quarta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 175/XIV/1.ª (PAN) — Cria um observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto).

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 88/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal e 204/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a criação de um Comité Nacional para os Direitos da Criança, no cumprimento das recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos das Crianças e da Convenção dos Direitos das Crianças.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 148/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece o calendário para a instituição, em concreto, das regiões administrativas durante o ano de 2021 e 220/XIV/1.ª (BE) — Prepara os procedimentos para a criação das regiões administrativas.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 18/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, quando ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido para primeira consulta de especialidade no Serviço Nacional de Saúde, assegure aos utentes a liberdade de aceder a essa consulta em qualquer outro hospital à sua escolha, seja do setor público, privado ou social.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 7/XIV/1.ª (PAR) — Fixa a composição, distribuição e elenco dos grupos parlamentares de amizade na XIV Legislatura.

Foram rejeitados os pontos 1, 2, 3 e 4 e aprovado o ponto 5 do Projeto de Resolução n.º 241/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo colocar em consulta pública os programas de ação do plano nacional de gestão integrada de fogos rurais.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando um Deputado do PS e outro do PSD a intervirem no âmbito de processos a correr em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 45 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 216 a 219/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 264 a 267/XIV/1.^a.

A Câmara guardou 1 minuto de silêncio em memória do Deputado do PS João Ataíde das Neves, entretanto falecido.

De seguida, foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição daquele Deputado.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PEV, sobre a construção do aeroporto do Montijo. Depois de o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos) e os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Isabel Pires](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN), defendeu a proteção animal, nomeadamente a criação de um quadro jurídico adaptado às suas especificidades, tendo referido, a propósito, notícias vindas a público relacionadas com os maus-tratos de cães do cavaleiro João Moura, que condenou. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [António Ventura](#) (PSD), [Maria Manuel Rola](#) (BE) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Ascenso Simões](#) (PS) abordou diversas questões relacionadas com o desenvolvimento e a descentralização do interior do País, tendo salientado a medida do Governo de redução do preço das portagens nas autoestradas daquela zona do território. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [José Maria Cardoso](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Em declaração política, a Deputada [Filipa Roseta](#) (PSD) criticou as políticas públicas de habitação do Governo, tendo apresentado um conjunto de medidas no sentido de resolver os atuais problemas imobiliários. Respondeu, em seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE) e [Marina Gonçalves](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) defendeu a vinda do Ministro das Finanças ao Parlamento para explicar recentes notícias sobre a necessidade de nova injeção de capital público no Novo Banco e anunciou a apresentação de um diploma no sentido de que não se proceda a qualquer empréstimo por parte do Estado a essa instituição bancária sem que se conheçam os resultados da auditoria em curso. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Duarte Alves](#) (PCP) e [João Paulo Correia](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Ana Mesquita](#) (PCP) criticou a cedência de obras de arte do Estado a um grupo hoteleiro privado, tendo anunciado a apresentação de uma iniciativa legislativa para impedir situações como a que identificou. Respondeu, em seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alexandra Vieira](#) (BE), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e [Luís Capoulas Santos](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) falou acerca do posicionamento e dos resultados obtidos pelo Governo no âmbito das negociações a decorrerem na UE com vista ao novo quadro financeiro plurianual e ainda da realização da

Cimeira UE/África. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Duarte Marques](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Fabíola Cardoso](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), a propósito de notícias vindas a público envolvendo várias áreas da Justiça, reclamou a necessidade de esclarecimentos e mais transparência em diversos setores desta área, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Ventura](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS) e [Mónica Quintela](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [562/XIII/4.ª](#) (Paulo Martins de Almeida e outros) — Pela requalificação urgente da estrada nacional n.º 225 juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [72/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da estrada nacional n.º 225, [133/XIV/1.ª](#) (PEV) — Pela urgente requalificação da estrada nacional n.º 225, [121/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225, [236/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação urgente da estrada nacional n.º 225 e [60/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN225. Intervieram os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Pedro Alves](#) (PSD), [Lúcia Araújo Silva](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 12 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 34 (2020.02.28)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 268 e 269/XIV/1.ª.

Procedeu-se à discussão conjunta dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º [137/XIV/1.ª](#) (BE) — Institui a obrigatoriedade e a gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [138/XIV/1.ª](#) (BE) — Institui a obrigatoriedade e a gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [139/XIV/1.ª](#) (BE) — Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro), que, a requerimento apresentado pelo BE, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por um prazo de 60 dias;

Projeto de Lei n.º [140/XIV/1.ª](#) (BE) — Cria o sistema de acesso à conta básica universal, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [143/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a elaboração de orientações para a política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [205/XIV/1.ª](#) (PCP) — Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de

serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais, que, a requerimento apresentado pelo PCP, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por um prazo de 60 dias;

Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.^a (PCP) — Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.^a (PAN) — Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efetivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho), que, a requerimento apresentado pelo PAN, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por um prazo de 60 dias;

Projeto de Lei n.º 213/XIV/1.^a (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 216/XIV/1.^a (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 217/XIV/1.^a (PSD) — Restringe a cobrança de comissões bancárias, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 263/XIV/1.^a (CH) — Pela clarificação da Lei n.º 66/2015 e pela proibição de cobrança de taxas e comissões nas transferências bancárias realizadas através da aplicação MB Way, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados Mariana Mortágua (BE), Hugo Carneiro (PSD), Miguel Matos (PS), Duarte Alves (PCP), André Silva (PAN), Vera Braz (PS), Isabel Pires (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), Carlos Silva (PSD), Fernando Anastácio (PS), Ricardo Vicente (BE), André Ventura (CH), José Luís Ferreira (PEV), Carlos Brás (PS), Joacine Katar Moreira (N insc.), Marina Gonçalves (PS), João Cotrim de Figueiredo (IL), Álvaro Almeida (PSD), João Paulo Correia (PS) e Pedro Filipe Soares (BE).

O Deputado André Ventura (CH) interpôs recurso da decisão do Presidente da Assembleia da República de não admitir o agendamento da apreciação do Projeto de Lei n.º 144/XIV/1.^a — Agravção das molduras penais privativas de liberdade para as condutas que configurem os crimes de abuso sexual de crianças, abuso sexual de menores dependentes e atos sexuais com adolescentes e criação da pena acessória de castração química — que foi rejeitado —, tendo usado da palavra o Presidente e, em interpelação à Mesa, os Deputados Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) e João Oliveira (PCP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 32 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 35 (2020.02.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização de eleições, durante a sessão, de dois juízes para o Tribunal Constitucional, do Presidente do Conselho Económico e Social e de sete vogais (e suplentes) para o Conselho Superior da Magistratura.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 270/XIV/1.^a.

Foi discutido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 187/XIV/1.^a (PS) — Procede ao reforço do quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, cumprindo a Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e estabelece deveres de informação e de

bloqueio automático de sites contendo pornografia de menores ou material conexo. Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Sandra Cunha](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foi apreciado e aprovado o Projeto de Resolução n.º [198/XIV/1.ª](#) (PSD) — Faz várias recomendações ao Governo decorrentes da venda anunciada pela EDP, Energias de Portugal, SA de seis barragens, nos distritos de Bragança e Vila Real. Pronunciaram-se os Deputados [Adão Silva](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Miguel Matos](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Jorge Costa](#) (BE), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foram apreciados, conjuntamente, e aprovados na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [191/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a imposição de normas antiabuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento, e [252/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no setor da vigilância e limpeza. Pronunciaram-se os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Olga Silvestre](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fernando José](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [6/XIV/1.ª](#) (PCP) — Altera o Código de Processo Civil, estabelecendo um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente e fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca e [210/XIV/1.ª](#) (BE) — Institui a impenhorabilidade do imóvel próprio de habitação permanente (altera o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho). Intervieram os Deputados [João Oliveira](#) (PCP), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Márcia Passos](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [André Ventura](#) (CH) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Foi discutido e rejeitado o Projeto de Resolução n.º [17/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda a uma revolução na formação profissional para que ela se adapte aos novos tempos. Usaram da palavra os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Cristina Moreira](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs [192/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pela morte de Pedro Baptista, [193/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP e pelo PSD e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pelo falecimento de Vasco Pulido Valente, [195/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS e subscrito por Deputadas do PSD) — De pesar pela morte de João Ataíde das Neves (que foi lido pela Deputada do PS Ana Catarina Mendonça Mendes) e [196/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Joaquim Pina Moura, aos quais o Presidente se associou, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [72/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da estrada nacional n.º 225, [133/XIV/1.ª](#) (PEV) — Pela urgente requalificação da estrada nacional n.º 225, [121/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225, [236/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a requalificação urgente da estrada nacional n.º 225 e [60/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN225.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [262/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a não autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [227/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que, impreterivelmente, regule a legislação relativa a animais nos circos e [138/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, 22 de fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do PS e autorizando três Deputados daquele partido a intervirem no âmbito de processos a correr em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 10 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 36 (2020.03.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 220 a 222/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 271 a 274, 276 e 277, 280, 285 e 286/XIV/1.ª.

Foram anunciados os resultados das eleições realizadas na anterior sessão, tendo sido declarados não eleitos os candidatos propostos para o Tribunal Constitucional, para o Conselho Económico e Social e para o Conselho Superior da Magistratura.

Deu-se conta da retirada, pelo PCP, do seu Projeto de Resolução n.º 231/XIV/1.ª.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), sobre prevenção e contenção da epidemia COVID-19.

Após o Primeiro-Ministro ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Maria Antónia de Almeida Santos](#) e [Carlos Pereira](#) (PS), tendo também este Deputado dado resposta ao Deputado [Adão Silva](#) (PSD), que usou da palavra em defesa da honra da bancada.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 13 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 37 (2020.03.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi debatida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [10/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [11/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822. Intervieram, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, os Deputados [João Cotrim de](#)

Figueiredo (IL), Cecília Meireles (CDS-PP), Duarte Alves (PCP), André Ventura (CH), Mariana Mortágua (BE), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Cristina Rodrigues (PAN) e Miguel Matos (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 540/XIII/3.^a (Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública) — Solicitam alteração legislativa à lei que impede indemnizações por doenças e acidentes profissionais juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 94/XIV/1.^a (PEV) — Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho, 188/XIV/1.^a (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, 197/XIV/1.^a (BE) — Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.^a (PCP) — Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador. Pronunciaram-se os Deputados José Luís Ferreira (PEV), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Diana Ferreira (PCP), Carla Barros (PSD), Fernando Paulo Ferreira (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Foi apreciada a Petição n.º 544/XIII/4.^a (Maria Margarida Dias da Silva Garrido e outros) — Pedem o cumprimento da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, e o não adiamento do fim dos abates de cães e gatos juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 191/XIV/1.^a (PCP) — Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais e com os Projetos de Resolução n.ºs 51/XIV/1.^a (PEV) — Avaliação da aplicação da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus-tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas, 153/XIV/1.^a (PEV) — Sobre a aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, relativa a centros de recolha oficial de animais e proibição de abate de animais errantes, 224/XIV/1.^a (BE) — Monitorização e avaliação do programa de apoio à esterilização de animais errantes e de companhia e da implementação da rede de centros de recolha oficiais e 247/XIV/1.^a (PAN) — Pela criação de um grupo de trabalho que promova o acompanhamento da lei que determina o fim dos abates e criação da estratégia nacional para os animais errantes. Intervieram os Deputados Alma Rivera (PCP), Mariana Silva (PEV), Maria Manuel Rola (BE), Bebiãna Cunha (PAN), João Cotrim de Figueiredo (IL), António Lima Costa (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Palmira Maciel (PS) e André Ventura (CH).

Foi apreciada a Petição n.º 598/XIII/4.^a (FENPROF e APROTED) — Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 171/XIV/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o grupo de recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro, 182/XIV/1.^a (BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento da área do Teatro e 209/XIV/1.^a (PAN) — Pela criação de um regime de vinculação e integração na carreira dos docentes da área do Teatro e criação do respetivo grupo de recrutamento. Proferiram intervenções as Deputadas Ana Mesquita (PCP), Alexandra Vieira (BE), Bebiãna Cunha (PAN), Maria Gabriela Fonseca (PSD), Mariana Silva (PEV), Carla Sousa (PS) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 17 horas e 23 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 38 (2020.03.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 223 a 230/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 275/XIV/1.^a, 279 a 284/XIV/1.^a, 287 a 294/XIV/1.^a, 296/XIV/1.^a, 300/XIV/1.^a e 302/XIV/1.^a.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 183/XIV/1.^a (PAN) — Reforça o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal, 112/XIV/1.^a (PSD) — Quinquagésima alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia, 202/XIV/1.^a (PS) — Procede à quinquagésima alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia e 211/XIV/1.^a (BE) — Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais, que, a requerimento dos partidos autores dos diplomas, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um prazo de 90 dias. Usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foram discutidos, na generalidade, tendo sido rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs 42/XIV/1.^a (PEV) — Redução de resíduos de embalagens, 12/XIV/1.^a (PCP) — Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais, 179/XIV/1.^a (BE) — Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e 208/XIV/1.^a (PAN) — Promove a redução de resíduos de embalagens e o aumento da taxa de reciclagem. Intervieram os Deputados [Mariana Silva](#) (PEV), [Alma Rivera](#) (PCP), [Nelson Peralta](#) (BE), [André Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [José Manuel Carpinteira](#) (PS), [Paulo Leitão](#) (PSD), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foi discutido, e aprovado, o Projeto de Resolução n.º 179/XIV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento para conclusão da vinculação da República Portuguesa ao Protocolo Adicional de 2014 sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho. Proferiram intervenções os Deputados [Rita Borges Madeira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eduardo Teixeira](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Diana Ferreira](#) (PCP) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro — Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio [Apreciação Parlamentar n.º 6/XIV/1.^a (PSD)]. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros ([André Moz Caldas](#)), os Deputados [Afonso Oliveira](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Isabel Pires](#) (BE), [André Silva](#) (PAN), [Carlos Pereira](#) (PS). Foram depois aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 294/XIV/1.^a (PCP), 296/XIV/1.^a (IL), 300/XIV/1.^a (PAN), 302/XIV/1.^a (PSD) e 303/XIV/1.^a (PEV), solicitando a cessação de vigência daquele decreto-lei.

Foram discutidos, na generalidade, tendo sido rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs 198/XIV/1.^a (PCP) — Cria um regime excecional para o Serviço Nacional de Saúde no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atrasos (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro) e 201/XIV/1.^a (BE) — Exclui as entidades do Serviço Nacional de Saúde do âmbito de aplicação da Lei dos compromissos (quinta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho). Usaram da palavra os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Álvaro Almeida](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (BE), [Paulo Marques](#) (PS) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foi lida e aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º 198/XIV/1.ª (apresentado pelo CH) – De pesar pela morte de mais duas cidadãs de nacionalidade portuguesa em território estrangeiro. De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lida e aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º 199/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De saudação pelo Dia Internacional da Mulher.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 10/XIV/1.ª (GOV) – Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 11/XIV/1.ª (GOV) — Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por um prazo de 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 94/XIV/1.ª (PEV) — Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho, 188/XIV/1.ª (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, 197/XIV/1.ª (BE) — Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.ª (PCP) — Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 191/XIV/1.ª (PCP) — Plano de emergência para a criação e modernização da rede de centros de recolha oficial de animais, bem como foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 51/XIV/1.ª (PEV) — Avaliação da aplicação da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas, tendo sido aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 153/XIV/1.ª (PEV) — Sobre a aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, relativa a centros de recolha oficial de animais e proibição de abate de animais errantes, 224/XIV/1.ª (BE) — Monitorização e avaliação do programa de apoio à esterilização de animais errantes e de companhia e da implementação da rede de centros de recolha oficiais e 247/XIV/1.ª (PAN) — Pela criação de um grupo de trabalho que promova o acompanhamento da lei que determina o fim dos abates e criação da Estratégia Nacional para os Animais Errantes.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 171/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o Grupo de Recrutamento nas áreas da Expressão Dramática e do Teatro, 182/XIV/1.ª (BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento da área do Teatro e 209/XIV/1.ª (PAN) — Pela criação de um regime de vinculação e integração na carreira dos docentes da área do Teatro e criação do respetivo grupo de recrutamento.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 81/XIV/1.ª — Consagra o dia 31 de março como Dia da Memória das Vítimas da Inquisição.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 141/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação do plano de ação para a conservação do lobo ibérico, 235/XIV/1.ª (PCP) — Plano de monitorização das populações de lobo ibérico e das suas presas selvagens, 239/XIV/1.ª (PEV) — Reforço de medidas com vista à proteção do lobo ibérico em Portugal e 267/XIV/1.ª (BE) — Recomenda medidas de conservação do lobo ibérico e das suas presas silvestres.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 120/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo, 167/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente

ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações, [187/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira, [266/XIV/1.^a](#) (PEV) — Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao país e [271/XIV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [2/XIV/1.^a](#) (GOV) — Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

A Câmara aprovou três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando uma Deputada do PS e dois Deputados do PSD a intervirem em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 18 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 39 (2020.03.12)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 231 a 234, 236 e 237, 239, 244 a 247, 250 e 252 a 255/XIV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 295, 297 a 299, 301 e 304 a 312/XIV/1.^a, do Projeto de Revisão Constitucional n.º 1/XIV/1.^a e da Proposta de Lei n.º 16/XIV/1.^a.

Procedeu-se a um debate, solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus, com a presença do Governo, relativo às prioridades da Presidência do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e Lei n.º 18/2018, de 2 de maio), e à participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, conforme previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Lei. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros da Defesa Nacional ([João Gomes Cravinho](#)) e de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Augusto Santos Silva](#)), os Deputados [João Vasconcelos](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Fabíola Cardoso](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Isabel Meireles](#) (PSD), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Carlos Eduardo Reis](#) (PSD) e [Lara Martinho](#) (PS).

No encerramento do debate, usaram da palavra, além dos Ministros da Defesa Nacional e de Estado e dos Negócios Estrangeiros, os Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Fabíola Cardoso](#) (BE), [Sérgio Marques](#) (PSD) e [Isabel Oneto](#) (PS).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 12/XIV/1.ª — Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo. Intervieram, além do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças (Ricardo Mourinho Félix), os Deputados [Sara Madrugada Costa](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN) e [Fernando Anastácio](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 616/XIII/4.ª (FENPROF - Federação Nacional dos Professores) — Solicitam a criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 105/XIV/1.ª (BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce, 173/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o grupo de recrutamento na área da intervenção precoce e 207/XIV/1.ª (PAN) — Pela criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce. Produziram intervenções os Deputados [Alexandra Vieira](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Carla Madureira](#) (PSD), [Lúcia Araújo Silva](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 12 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 40 (2020.03.13)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 235, 238, 240 a 243, 248 e 249, 251 e 256 a 258/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 313 a 318/XIV/1.ª.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 2/XIV/1.ª, requerido pelo BE, sobre a crise no serviço postal e a recuperação do controlo público dos CTT, proferiram intervenções a Deputada [Isabel Pires](#) (BE) e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos).

Intervieram, depois, durante o debate, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Eduardo Teixeira](#) (PSD), [José Maria Cardoso](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Nuno Fazenda](#) (PS), [João Vasconcelos](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Márcia Passos](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Luís Monteiro](#) (BE), [Hugo Oliveira](#) e [Hugo Costa](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Carlos Pereira](#) (PS) e [Isabel Lopes](#) (PSD).

No encerramento do debate, intervieram a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 40 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 41 (2020.03.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 37 minutos.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 196/XIV/1.ª (BE) — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril) e 203/XIV/1.ª (PAN) — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril), que baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,

Liberdades e Garantias, sem votação, por um prazo de 60 dias, a requerimento dos partidos autores dos diplomas. Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Duarte Marques](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Eurídice Pereira](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Sandra Cunha](#) (BE).

Procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo CDS-PP, ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, sobre a resposta do País ao coronavírus – COVID-19. Depois de o Deputado [Telmo Correia](#) (CDS-PP) ter aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, a Ministra da Saúde ([Marta Temido](#)), o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares ([Duarte Cordeiro](#)) e os Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD), [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH).

Foi apreciado o Projeto de Resolução n.º [115/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Criação de um conselho consultivo do mundo rural, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [204/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria a Comissão de Desenvolvimento do Interior e do Mundo Rural, que foram rejeitados. Pronunciaram-se os Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Dias](#) (PCP), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Santinho Pacheco](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [145/XIV/1.ª](#) (PAN) — Determina a restrição da realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior e [212/XIV/1.ª](#) (BE) — Interditada a ocorrência de voos civis noturnos, salvo aterragens de emergência ou outros motivos atendíveis, tendo sido aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, de baixa à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, sem votação, pelo prazo de 60 dias. Intervieram os Deputados [André Silva](#) (PAN) (a), [Isabel Pires](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foi apreciada a Petição n.º [620/XIII/4.ª](#) — (Armando José de Oliveira Teixeira Fernandes e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à defesa do Miradouro da Senhora do Monte, tendo-se pronunciado os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Duarte Alves](#) (PCP), [Carlos Silva](#) (PSD) e [Pedro Cegonho](#) (PS).

Foram apreciados, conjuntamente, a Petição n.º [320/XIII/2.ª](#) — (Luís Amaral e outros) — Solicitam a criação da categoria profissional de Agente Único de Transportes e os Projetos de Resolução n.ºs [212/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a criação da carreira especial de agente único de transportes coletivos e [254/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de agente único de transportes coletivos, que foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Maria da Luz Rosinha](#) (PS), [Paulo Leitão](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [André Ventura](#) (CH).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [12/XIV/1.ª](#) — Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [105/XIV/1.ª](#) (BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce, [173/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o grupo de recrutamento na área da intervenção precoce e [207/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [258/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da EN 225.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [191/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a imposição de normas anti abuso nos concursos públicos promovidos para

contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento e [252/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que trave os atropelos laborais no setor da vigilância e limpeza.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [28/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que avalie a pertinência da introdução da sesta nos estabelecimentos de educação pré-escolar e [47/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta as condições para a efetiva possibilidade de realização de sesta a partir dos três anos na educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação.

A Câmara aprovou três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando três Deputados do PS a intervirem em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 57 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

DAR — I SÉRIE — N.º 42 (2020.03.19)

SUMÁRIO

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) declarou aberta a sessão às 16 horas e 3 minutos, tendo-a interrompido de seguida.

Após a interrupção, procedeu-se a um debate, com a presença do Primeiro-Ministro (António Costa) e de outros membros do Governo, sobre a autorização, solicitada pelo Presidente da República, para a declaração do estado de emergência, tendo proferido intervenções os Deputados [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [João Oliveira](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e o Primeiro-Ministro. No final, procedeu-se à votação da concessão de autorização, que foi aprovada pela Câmara.

Foi discutida e aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas, a Proposta de Lei n.º [17/XIV/1.^a](#) (GOV) — Aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e da doença COVID-19. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra de Estado e da Presidência (Mariana Vieira da Silva), os Deputados [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Paulo Correia](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e [André Ventura](#) (CH), tendo, no final, sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [João Paulo Correia](#) (PS), no sentido da dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões da proposta de lei.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [260/XIV/1.^a](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs [319](#) a [324/XIV/1.^a](#) e da retirada, pelo Chega, do seu Projeto de Revisão Constitucional n.º [2/XIV/1.^a](#).

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 58 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 259/XIV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 325/XIV/1.^a.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Catarina Martins (BE), José Luís Carneiro (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), André Silva (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH) e João Cotrim de Figueiredo (IL).

Entretanto, o Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD), quando usou da palavra, defendeu que, neste período de estado de emergência, a atividade parlamentar deveria ser assegurada pela Comissão Permanente e não pelo Plenário, o que o Presidente contestou, tendo lembrado que essa decisão tinha sido aprovada em Conferência de Líderes. O Presidente chamou ainda a atenção para o número elevado de Deputados do PSD presentes na Sala, o que levou o Deputado Rui Rio (PSD) a pedir a palavra para dizer que concordava com essa observação e que, para dar o exemplo, iria retirar-se, o que fez.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 18/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 261 e 262/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 326 a 337/XIV/1.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 6 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 359/XIV/1.^a, das Apreciações Parlamentares n.ºs 8 e 9/XIV/1.^a, das Propostas de Lei n.ºs 20 e 21/XIV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 264 a 266, 269 e 271 a 300/XIV/1.^a.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PSD e à respetiva substituição.

Procedeu-se a um debate, com a presença do Primeiro-Ministro (António Costa) e de outros membros do Governo, sobre a renovação da autorização, solicitada pelo Presidente da República, para a declaração do estado de emergência, tendo proferido intervenções os Deputados Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Rui Rio (PSD), Catarina Martins (BE), João Oliveira (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), André Silva (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL) e o Primeiro-Ministro. No final, foi aprovada a renovação da autorização da declaração do estado de emergência.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs 18/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece um regime excecional e temporário de caducidade e da oposição à renovação dos contratos de arrendamento habitacionais e não habitacionais, atendendo à pandemia da doença COVID-19 — que foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas — e 21/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19 — que foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas — e os Projetos de Lei n.ºs 272/XIV/1.^a (CH) — Pela atribuição de um

prazo de três meses de moratória nos contratos de arrendamento habitacional e não habitacional — que foi rejeitado — e [285/XIV/1.^a](#) (PCP) — Suspende os prazos judiciais e a prática de atos processuais e procedimentais até à cessação da situação excecional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica por SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 — que, após aprovação de um requerimento apresentado pelo PCP, foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [20/XIV/1.^a](#) (GOV) — Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal, bem como um regime excecional de endividamento das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 — que foi, depois, aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas — e do Projeto de Lei n.º [292/XIV/1.^a](#) (PCP) — Adota disposições para assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias locais (Primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março — Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19) — que, após aprovação de um requerimento apresentado pelo PCP, foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global. Proferiram intervenções a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (Alexandra Leitão) e os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Isaura Moraes](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH).

Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente às Propostas de Lei n.ºs [18](#), [20](#) e [21/XIV/1.^a](#) (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs [285](#) e [292/XIV/1.^a](#) (PCP).

O Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [208/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelas vítimas mortais da COVID-19, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [205/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Pedro Barroso, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [206/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de João Gomes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [207/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Mécia de Sena, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

O Deputado [Marcos Perestrello](#) (PS) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [209/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Júlio Francisco Miranda Calha, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A seguir à aprovação daqueles projetos de votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [359/XIV/1.^a](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 26 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 339, 344 e 345, 352 e 353, 356 a 358, 361, 363 a 366, 368 a 379, 382 e 383/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 301 e 302, 305 a 314 e 316 a 333/XIV/1.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 10/XIV/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 22 e 23/XIV/1.ª e da retirada, pelo PAN, do seu Projeto de Resolução n.º 337/XIV/1.ª.

O Deputado [André Ventura](#) (CH) recorreu para o Plenário da decisão do Presidente de agendamento da Proposta de Lei n.º 23/XIV/1.ª (GOV) — Estabelece um regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19. O recurso foi rejeitado, tendo usado da palavra, em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 22/XIV/1.ª (GOV) — Estabelece um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Proferiram intervenções a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (Alexandra Leitão) e os Deputados [José Cancela Moura](#) (PSD), [João Vasconcelos](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e [André Ventura](#) (CH). A proposta de lei foi, depois, aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com alterações entretanto aprovadas.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 23/XIV/1.ª (GOV) — Estabelece um regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19. Proferiram intervenções a Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem) e os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [José Manuel Pureza](#) (BE). A proposta de lei foi, depois, aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com alterações entretanto aprovadas.

Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente às Propostas de Lei n.ºs 22 e 23/XIV/1.ª.

Procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 261/XIV/1.ª (PEV) — Proíbe o despedimento até 31 de julho de 2020 e impede a denúncia do contrato durante o período experimental — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 264/XIV/1.ª (PEV) — Alarga, nos termos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, as faltas justificadas durante as férias da Páscoa e reconhece as faltas para assistência aos idosos dependentes — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 266/XIV/1.ª (PEV) — Estabelece o número máximo de horas diárias e semanais aos trabalhadores que se encontrem em regime de teletrabalho para prestar assistência aos filhos e dependentes — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 271/XIV/1.ª (PEV) — Reforço da linha telefónica da segurança social — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 273/XIV/1.ª (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, reforçando os apoios destinados às entidades da economia social — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [274/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, e o Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março, conferindo maior proteção aos profissionais, às famílias e aos grupos de risco em resposta à situação epidemiológica COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [277/XIV/1.ª](#) (PEV) — Suspende todos os processos de participação e consulta pública enquanto vigorarem as medidas que impõem ou aconselham o isolamento social decorrentes da COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [278/XIV/1.ª](#) (PEV) — Atribuição de subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [279/XIV/1.ª](#) (PEV) — Apoio aos trabalhadores da pesca pela suspensão da atividade devido à COVID-19 através do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [284/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de emergência para responder à crise social — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, com alterações entretanto aprovadas;

Projeto de Lei n.º [286/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece um regime de carência de capital a aplicar aos créditos à habitação — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [290/XIV/1.ª](#) (PCP) — Determina a invalidade dos atos praticados em violação das normas do Código do Trabalho ou outra legislação especial de trabalho no período em que vigorarem as medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia por COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [291/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Torna mais abrangente o regime de layoff simplificado (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março) — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [296/XIV/1.ª](#) (PCP) — Consagra a dispensa de prova de que a doença COVID-19 contraída por trabalhadores dos serviços essenciais e atividades conexas é consequência necessária e direta da atividade exercida, para efeitos de aplicação do regime das doenças profissionais — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [306/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, conferindo uma situação excecional de apoio aos particulares, juntas de freguesia e autarquias para a limpeza da biomassa florestal no âmbito da epidemia por SARS-CoV-2 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [308/XIV/1.ª](#) (IL) — Alarga o âmbito subjetivo das medidas de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia de COVID-19 (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março) — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [311/XIV/1.ª](#) (PAN) — Adota medidas de proteção às crianças e jovens em situação de risco — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [316/XIV/1.ª](#) (PCP) — Garante a proteção social dos estagiários e dos formandos do IEFP enquanto vigorarem medidas de exceção por força da COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [319/XIV/1.ª](#) (PCP) — Garante um apoio de proteção social a trabalhadores com vínculos laborais precários em situação de desemprego, designadamente trabalhadores do setor do táxi e trabalhadores domésticos — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [322/XIV/1.ª](#) (PCP) — Garante proteção social aos trabalhadores de empresas de trabalho temporário que tenham sido alvo de despedimentos — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [324/XIV/1.ª](#) (PEV) — Alarga o limite do apoio extraordinário aos trabalhadores independentes pela redução da atividade económica — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 325/XIV/1.ª (PEV) — Reduz o prazo de garantia de acesso ao subsídio de desemprego — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 327/XIV/1.ª (PAN) — Apoio às famílias com dependentes a frequentar estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 329/XIV/1.ª (BE) — Regulariza com caráter de urgência os vínculos precários com processos pendentes no âmbito do PREVPAP — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 332/XIV/1.ª (PAN) — Reforça as medidas de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 318/XIV/1.ª (BE) — Medidas de apoio aos trabalhadores, designadamente trabalhadores a recibo verde, no âmbito do plano de contingência da COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 327/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda a criação de respostas específicas, decorrentes da COVID-19, de acompanhamento da população idosa — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 330/XIV/1.ª (PAN) — Assegura a plena acessibilidade das pessoas surdas ao Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (SNS24) — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 333/XIV/1.ª (PEV) — Pelo reforço da proteção dos utentes à COVID-19 nos lares de idosos — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 335/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento das necessidades e à consequente adoção de mecanismos de resposta relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 339/XIV/1.ª (PAN) — Assegura aos profissionais de saúde, aos profissionais das forças e serviços de segurança e elementos da proteção civil e aos trabalhadores na área dos resíduos urbanos o acesso a equipamentos de proteção individual — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 344/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo uma revisão extraordinária dos objetivos que servem de parâmetros de avaliação no âmbito do SIADAP e dos sistemas de avaliação dos empregadores privados — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 345/XIV/1.ª (IL) — Pelo reforço do apoio a profissionais de saúde e utentes na situação de pandemia de COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 352/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a eliminação de barreiras discriminatórias das pessoas surdas no acesso a informação e a tratamento no quadro do combate à COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 356/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o prolongamento do apoio excecional à família para trabalhadores por conta de outrem e independentes durante as férias da Páscoa — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 361/XIV/1.ª (PAN) — Estabelece a não aplicabilidade dos limites de endividamento municipal durante a pandemia do SARS-CoV-2 e uma linha de apoio financeiro destinado às autarquias locais para implementação de programas de resposta à situação epidemiológica causada pelo SARS-CoV-2 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 363/XIV/1.ª (N insc.) — Recomenda ao Governo medidas de apoio aos trabalhadores independentes, trabalhadores informais e demais trabalhadores precários — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 365/XIV/1.ª (N insc.) — Proteção dos idosos do vírus SARS-CoV-2 em lares de terceira idade (incluindo aqueles sem alvará) — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 368/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que atribua um complemento remuneratório de 20% aos trabalhadores de serviços essenciais — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 370/XIV/1.^a (CDS-PP) — Apoio ao setor social e solidário no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica de COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 371/XIV/1.^a (CDS-PP) — Medidas excecionais e temporárias para apoio às famílias com filhos até 12 anos e filhos portadores de deficiência face à situação epidemiológica de COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 378/XIV/1.^a (CH) — Pela criação de um complemento social de crise (CSC) — foi rejeitado;

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Joaquim Katar Moreira](#) (N insc.), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS) e [Adão Silva](#) (PSD).

Foram apreciados, conjuntamente, os Decretos-Leis n.ºs 10-D/2020, de 23 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 relacionadas com o setor das comunicações eletrónicas [Apreciação Parlamentar n.º 8/XIV/1.^a (PCP)], 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus COVID-19 [Apreciação Parlamentar n.º 9/XIV/1.^a (PCP)] e 10-J/2020, de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 [Apreciação Parlamentar n.º 10/XIV/1.^a (BE)]. Proferiram intervenções os Deputados [João Oliveira](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Fernando Anastácio](#) (PS), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH) e o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares ([Duarte Cordeiro](#)). Posteriormente, foram aprovados, em votação final global, os textos resultantes das propostas de alteração aprovadas relativas aos Decretos-Leis n.ºs 10-A/2020, de 13 de março, e 10-J/2020, de 26 de março.

Foram discutidos, conjuntamente, os projetos de lei (na generalidade) e os projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 281/XIV/1.^a (PEV) — Estabelece o prolongamento do tempo de vigência das licenças de aprendizagem — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 282/XIV/1.^a (BE) — Medidas de emergência para responder à crise económica — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas de alteração entretanto aprovadas;

Projeto de Lei n.º 294/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece cláusulas e mecanismos extraordinários nas parcerias público-privadas rodoviárias — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 295/XIV/1.^a (PCP) — Define medidas de contingência para o abastecimento alimentar — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 297/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece a proibição da interrupção do fornecimento de determinados serviços essenciais — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação global, com propostas entretanto aprovadas;

Projeto de Lei n.º 298/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece um regime excecional e temporário de preços máximos dos combustíveis líquidos — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 299/XIV/1.^a (PCP) — Medidas de resposta à situação provocada pelo surto de COVID-19 no setor das pescas — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 305/XIV/1.^a (PAN) — Cria mecanismos de proteção dos sócios-gerentes das micro, pequenas e médias empresas (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março) — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [307/XIV/1.ª](#) (PAN) — Aprova medidas de garantia de acesso aos serviços essenciais pelas famílias — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [312/XIV/1.ª](#) (BE) — Reforça o acesso e controlo da utilização da linha de apoio à economia COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [317/XIV/1.ª](#) (PCP) — Procede à revisão extraordinária das tarifas de energia elétrica e gás natural e à definição de um regime excecional quanto aos procedimentos regulatórios nos setores da eletricidade e do gás natural — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [318/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas excecionais e temporárias de proteção social dos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas em situação de crise empresarial e altera o regime de apoio social aos trabalhadores independentes, previsto no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [320/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, reforçando os apoios atribuídos aos trabalhadores independentes e empresários em nome individual decorrentes da COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [323/XIV/1.ª](#) (PEV) — Alarga os apoios aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas que sejam simultaneamente trabalhadores da empresa — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [326/XIV/1.ª](#) (PAN) — Determina limitações de acesso às plataformas de jogo on-line — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global;

Projeto de Lei n.º [330/XIV/1.ª](#) (BE) — Protege os agregados com elevadas quebras de rendimentos no acesso às telecomunicações no contexto da crise pandémica COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [331/XIV/1.ª](#) (BE) — Protege os agregados com elevadas quebras de rendimentos no acesso a serviços essenciais no contexto da crise pandémica de COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [333/XIV/1.ª](#) (BE) — Salvaguarda das infraestruturas críticas, de unidades de prestação de cuidados de saúde e de serviços públicos essenciais, bem como de setores económicos vitais para a produção, abastecimento e fornecimento de bens e serviços essenciais à população — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º [336/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de mecanismos de apoio à produção de culturas agrícolas — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [357/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas excecionais para apoio à economia das Regiões Autónomas de modo a atenuar os efeitos negativos da pandemia decorrente da COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [358/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure fixação de limites máximos de preços dos bens necessários para a prevenção e combate à pandemia da COVID-19, nomeadamente equipamentos de proteção individual, produtos biocidas e dispositivos médicos — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [364/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Recomenda ao Governo medidas de apoio ao pagamento de serviços essenciais (água, eletricidade, gás natural e comunicações) — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [366/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo medida de proteção dos profissionais da pesca que cessaram atividade no âmbito da pandemia da COVID — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [372/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo 15 medidas de apoio à economia e ao emprego — foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [André Silva](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Hugo Costa](#) (PS).

Procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º [265/XIV/1.ª](#) (PEV) — Altera a Lei da Televisão de modo a prever que o serviço público de televisão assegura programação estimuladora e adequada de exercício físico e de boa nutrição, em caso de isolamento social prolongado — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final;

Projeto de Lei n.º [275/XIV/1.ª](#) (PEV) — Suspende o pagamento relativo ao alojamento em residência universitária, enquanto estiverem determinadas as medidas restritivas relacionadas com a COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [276/XIV/1.ª](#) (PEV) — Suspende o pagamento das propinas enquanto estiverem determinadas as medidas restritivas relacionadas com a COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [287/XIV/1.ª](#) (PCP) — Medidas excecionais de apoio aos estudantes do ensino superior — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [288/XIV/1.ª](#) (PCP) — Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e do trabalho científico, técnico e de gestão — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [293/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria o fundo de apoio social de emergência ao tecido cultural e artístico — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [309/XIV/1.ª](#) (PAN) — Adequação do pagamento de propinas no ensino superior à situação excecional da COVID-19 — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global;

Projeto de Lei n.º [314/XIV/1.ª](#) (PAN) — Suspensão do pagamento das prestações de alojamentos e residências e alojamentos universitários durante o período de emergência de saúde pública — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [328/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de emergência para responder à crise no setor cultural — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas;

Projeto de Resolução n.º [323/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais no ensino superior e na ciência no âmbito da prevenção da COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [383/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias relativas à conclusão do ano letivo — foi rejeitado.

Usaram da palavra os Deputados [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Joana Mortágua](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (PAN) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foram discutidos, conjuntamente, os projetos de lei (na generalidade) e os projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º [224/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garante o subsídio de doença a 100% para os casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [236/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Altera o direito ao subsídio de doença para os casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa, procede à 6.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [258/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garante a gratuidade da Linha SNS 24, e para os demais serviços, prestados por entidades públicas e empresas que prestam serviços públicos, impõe alternativas aos números de valor acrescentado para o consumidor/utente — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global;

Projeto de Lei n.º [269/XIV/1.ª](#) (PEV) — Impede as instituições bancárias de cobrar quaisquer comissões pelas operações realizadas através de aplicações digitais ou plataformas

on-line, enquanto se determinar ou solicitar isolamento social, decorrente da COVID-19 — foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas;

Projeto de Lei n.º [280/XIV/1.ª](#) (PEV) — Cria uma linha gratuita de apoio à população para promover a saúde mental — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [283/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de emergência para responder à crise pandémica — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [289/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas excecionais para reforçar a resposta do Serviço Nacional de Saúde no tratamento de doentes com COVID-19 — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [300/XIV/1.ª](#) (PCP) — Suspensão das contribuições para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [301/XIV/1.ª](#) (PAN) — Garante a realização de rastreios em todo o território nacional à COVID-19 como estratégia de prevenção e contenção da doença — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [302/XIV/1.ª](#) (PAN) — Adota medidas de proteção aos advogados e solicitadores — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [310/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Adota medidas de proteção e apoio aos advogados e solicitadores — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [313/XIV/1.ª](#) (BE) — Determina a suspensão temporária da remuneração acionista e do pagamento de bónus a administradores — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [321/XIV/1.ª](#) (PAN) — Limita a cobrança de taxas de juro e de comissões bancárias por parte das instituições de crédito (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março) — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º [276/XIV/1.ª](#) (PEV) — Medidas preventivas necessárias para o País estar preparado em caso de epidemias e pandemias — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [353/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de um regime excecional de proteção social dos/as advogados/as e solicitadores/as, no quadro do combate à COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [369/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que diligencie pela adoção de medidas de proteção para as pessoas presentes nos estabelecimentos prisionais — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [373/XIV/1.ª](#) (IL) — Pagamento imediato de dívidas do Estado a contribuintes, fornecedores ou parceiros — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [374/XIV/1.ª](#) (IL) — Por um incentivo fiscal ao pagamento de rendas — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [375/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela isenção imediata do pagamento de TSU e IRC para pessoas coletivas — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [376/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela isenção imediata do pagamento de TSU, IRS, IVA e IMI para pessoas singulares — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [377/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela suspensão de impostos e taxas sobre serviços essenciais — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [379/XIV/1.ª](#) (CH) — Pela implementação de centros de apoio e contenção de pacientes com COVID-19 em infraestruturas existentes, bem como a criação de uma linha gratuita de apoio para todos os lares de idosos e casas de saúde a operar — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [382/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela divulgação de dados epidemiológicos, no âmbito da pandemia da COVID-19 — foi rejeitado.

Usaram da palavra os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Silva](#) (PAN), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Hortense Martins](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH).

No final, a Câmara aprovou um requerimento, apresentado pelo Deputado [João Paulo Correia](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões de todos os projetos de lei aprovados bem como que fosse elaborado um único decreto na sequência da aprovação desses diplomas.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 21 horas e 25 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 46 (2020.04.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 19/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 263, 268, 270, 303 e 304/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 340 e 341, 343, 346 e 347, 349, 351, 354, 360, 380 e 381/XIV/1.^a e da retirada, pelos respetivos proponentes, do Projeto de Resolução n.º 338/XIV/1.^a (PAN) e do Projeto de Lei n.º 315/XIV/1.^a (PCP).

Foi apreciado o Relatório sobre a Aplicação da Declaração do Estado de Emergência. Usaram da palavra, além dos Ministros da Administração Interna ([Eduardo Cabrita](#)) e da Saúde ([Marta Temido](#)), os Deputados [André Coelho Lima](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi anunciada a entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 24 e 25/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 334 a 336/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 384 a 393/XIV/1.^a.

Procedeu-se a um debate, com a presença do Primeiro-Ministro ([António Costa](#)) e de outros membros do Governo, sobre a renovação da autorização, solicitada pelo Presidente da República, para a declaração do estado de emergência, tendo proferido intervenções os Deputados [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [João Oliveira](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) — que, a propósito das comemorações do 25 de Abril no Parlamento, suscitou um comentário do Presidente —, [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e o Primeiro-Ministro ([António Costa](#)). No final, foi aprovada a renovação da autorização da declaração do estado de emergência.

Foram discutidas, em conjunto, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs 24/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece um regime excecional e temporário de processo orçamental na sequência da pandemia da doença COVID-19 e 25/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece um regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Usaram da palavra o Secretário de Estado do Orçamento ([João Leão](#)) e os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Paulo Correia](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL). No final, as propostas de lei foram aprovadas na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas, tendo também sido aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [João Paulo Correia](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões daqueles diplomas.

Após terem sido lidos os Projetos de Votos n.ºs 210/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de Maria de Sousa e 211/XIV/1.^a (apresentado pelo PAN e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pela morte de Luís

Sepúlveda, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas, tendo sido guardado 1 minuto de silêncio (a).

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 7 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 47 (2020.04.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 394 a 396/XIV/1.ª.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Porfírio Silva](#) e [José Luís Carneiro](#) (PS), [Ricardo Baptista Leite](#) e [Álvaro Almeida](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Seguiu-se o debate preparatório do próximo Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Avaliação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro, que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Isabel Meireles](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 59 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 48 (2020.04.27)

SUMÁRIO

Às 10 horas e 4 minutos, entraram na Sala das Sessões o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro, onde se encontravam já Deputados e membros do Governo.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes e o Cardeal Patriarca de Lisboa;

Na Galeria I, os Conselheiros de Estado Domingos Abrantes Ferreira e Francisco Anacleto Louçã, a Secretária-Geral da CGTP-IN e o Presidente do Conselho Fiscal da Associação 25 de Abril;

Na Galeria II, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Provedora de Justiça, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Chefe do Estado-Maior da Armada e o Chefe do Estado-Maior do Exército;

Na Galeria III, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, o Comandante-Geral da GNR e o Diretor Nacional da PSP;

Na Tribuna D, representantes de órgãos da comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, ouviu-se o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos do Presidente da Assembleia da República — durante o qual foi guardado, de pé, 1 minuto de silêncio em memória dos que, no País, faleceram vítimas da COVID-19 —, dos Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Rui Rio](#) (PSD) e [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) e do Presidente da República.

O Presidente da Assembleia da República deu por encerrada a sessão eram 11 horas e 47 minutos, tendo-se ouvido, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

DAR — I SÉRIE — N.º 49 (2020.05.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 26 a 29/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 337 a 342/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 397 a 404/XIV/1.^a.

Foi apreciado o Relatório sobre a Aplicação da 2.^a Declaração do Estado de Emergência referente ao período de 3 a 17 de abril de 2020. Usaram da palavra, além dos Ministros da Administração Interna (Eduardo Cabrita) e da Saúde (Marta Temido), os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Silva](#) (PEV), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [João Oliveira](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Carlos Peixoto](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi debatida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 26/XIV/1.^a (GOV) — Aprova um regime excecional e transitório para a celebração dos acordos de regularização de dívida no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais. Intervieram, além da Secretária de Estado do Ambiente (Inês dos Santos Costa), os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Márcia Passos](#) (PSD), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Jorge Costa](#) (BE). Posteriormente, a proposta de lei foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com alterações entretanto aprovadas.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 27/XIV/1.^a (GOV) — Promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local (Jorge Botelho), os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Mariana Silva](#) (PEV), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Fernando Paulo Ferreira](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH). Posteriormente, a proposta de lei foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com alterações entretanto aprovadas.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 29/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece medidas fiscais e alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, tendo proferido intervenções, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Duarte Alves](#) (PCP), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Fernando Anastácio](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH). Posteriormente, a proposta de lei foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global.

Procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo Governo, sobre o relançamento da economia pós-COVID, tendo-se pronunciado o Ministro de Estado, da Economia e da

Transição Digital (Pedro Siza Vieira) e os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Silva](#) (PAN), [Bruno Dias](#) (PCP), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Paulo Correia](#) (PS), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Afonso Oliveira](#) (PSD) e [Pedro Coimbra](#) (PS).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 405 a 414/XIV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 345 a 351/XIV/1.^a.

Após terem sido lidos os Projetos de Votos n.ºs [212/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte do escritor luso-brasileiro Rubem Fonseca e [213/XIV/1.^a](#) (apresentado pelo PAN) — De pesar pelo falecimento do ator Filipe Duarte, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado [João Paulo Correia](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente às Propostas de Lei n.ºs [26](#), [27](#) e [29/XIV/1.^a](#).

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 35 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 50 (2020.05.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da apresentação da Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 343, 344 e 352 a 364/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 405 e 415 a 425/XIV/1.^a.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [28/XIV/1.^a](#) (GOV) — Altera o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas e dos Projetos de Lei n.ºs [352/XIV/1.^a](#) (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (sexta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), [358/XIV/1.^a](#) (PEV) — Apoio às vítimas de violência em época de pandemia, [361/XIV/1.^a](#) (BE) — Proteção da criança ou jovem no seu bem-estar e desenvolvimento saudável (trigésima sexta alteração ao Código de Processo Penal, sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e quinquagésima alteração ao Código Penal) e [364/XIV/1.^a](#) (IL) — Autonomização expressa do crime de exposição de menor a violência doméstica (quinquagésima alteração ao Código Penal). Intervieram, a diverso título, além da Ministra de Estado e da Presidência (Mariana Vieira da Silva), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Mariana Silva](#) (PEV), [Sandra Cunha](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Constança Urbano de Sousa](#) (PS), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Mónica Quintela](#) (PSD) e [Telmo Correia](#) (CDS-PP).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [194/XIV/1.^a](#) (PS) — Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do revisor oficial de contas que integra o respetivo Conselho Fiscal. Intervieram os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Artur Soveral Andrade](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [André Ventura](#) (CH).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [336/XIV/1.^a](#) (PSD) — Garante apoio social extraordinário aos gerentes das empresas, [339/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Reforça a proteção social aos gerentes das empresas comerciais, [346/XIV/1.^a](#) (IL) — Reforça o apoio social dos gerentes das empresas, [354/XIV/1.^a](#) (PEV) — Garante o apoio extraordinário ao rendimento dos micro empresários e trabalhadores em nome individual devido à redução da atividade económica pela epidemia de COVID-19, [357/XIV/1.^a](#) (BE) — Medidas de emergência

para as micro e pequenas empresas e [363/XIV/1.^a](#) (PAN) — Reforça a proteção dos sócios-gerentes das micro, pequenas e médias empresas (procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março). Usaram da palavra os Deputados [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Costa](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [409/XIV/1.^a](#) (BE) — Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [355/XIV/1.^a](#) (PCP) — Cria um regime de apoio às famílias na frequência de equipamentos de apoio à infância e com os Projetos de Resolução n.ºs [396/XIV/1.^a](#) (CH) — Pela criação e implementação imediata do Plano Nacional de Solidariedade e Literacia Digital, [421/XIV/1.^a](#) (PEV) — Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da COVID-19 e [423/XIV/1.^a](#) (PAN) — Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos. Intervieram os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Silva](#) (PEV), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Carla Madureira](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [341/XIV/1.^a](#) (PCP) — Proíbe a distribuição de dividendos na banca, nas grandes empresas e grupos económicos, [356/XIV/1.^a](#) (PEV) — Regime excecional e temporário de proibição de distribuição de dividendos para a banca, o setor financeiro, as grandes empresas e os grupos económicos e [362/XIV/1.^a](#) (PAN) — Impede o pagamento de remunerações acionistas e de bónus por instituições de crédito e por empresas que tenham recebido apoios públicos em virtude da situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19 (segunda alteração do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março). Proferiram intervenções os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Carlos Silva](#) (PSD), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [André Ventura](#) (CH) e [João Paulo Correia](#) (PS).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [397/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Criação do «cheque emergência» para as micro e pequenas empresas cuja atividade se suspendeu, tendo feito intervenções os Deputados [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Ricardo Leão](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (PAN) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [338/XIV/1.^a](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, possibilitando a realização de exame de melhoria de nota interna no ensino secundário e [360/XIV/1.^a](#) (PCP) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [381/XIV/1.^a](#) (CH) — Pela garantia de acesso de todos os docentes do País a meios informáticos que lhes permitam lecionar à distância, [404/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que permita a realização de exames nacionais para efeito de melhoria da classificação final e [406/XIV/1.^a](#) (IL) — Pela reposição do normal funcionamento dos exames finais nacionais. Intervieram os Deputados [Ana Mesquita](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [António Cunha](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e [Porfírio Silva](#) (PS).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [405/XIV/1.^a](#) (PEV) — Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos, como máscaras e luvas protetoras,

juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 353/XIV/1.^a (PCP) — Definição de normas e regulamentos para operações de gestão de resíduos e com os Projetos de Resolução n.ºs 417/XIV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a criação e ampla divulgação de uma campanha de comunicação destinada à sensibilização das populações para o correto acondicionamento e depósito dos resíduos domésticos, 418/XIV/1.^a (BE) — Campanha nacional de sensibilização sobre a correta deposição de resíduos de materiais de proteção individual contra a pandemia de COVID-19 e, quando possível, o recurso a materiais reutilizáveis, 424/XIV/1.^a (PAN) — Pela realização de uma campanha de informação nacional sobre a deposição de resíduos utilizados na prevenção da atual crise sanitária e 425/XIV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que promova boas práticas relativamente aos equipamentos de proteção individual para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Usaram da palavra os Deputados Mariana Silva (PEV), Alma Rivera (PCP), Bruno Coimbra (PSD), Nelson Peralta (BE), André Silva (PAN), Hugo Pires (PS), João Gonçalves Pereira (CDS-PP) e Joacine Katar Moreira (N insc.).

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 19 horas e 25 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 51 (2020.05.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da apresentação do Projeto de Lei n.º 368/XIV/1.^a.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Marina Gonçalves e Luís Moreira Testa (PS), Rui Rio (PSD), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH) e João Cotrim de Figueiredo (IL).

Entretanto, a Deputada Catarina Martins (BE), antes de formular as perguntas em nome do seu partido, condenou uma proposta feita pelo Deputado André Ventura (CH) relativa ao confinamento de pessoas tendo em conta a sua origem étnica, o que, posteriormente, aquele Deputado contestou.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a (GOV) — Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do Projeto de Lei n.º 368/XIV/1.^a (PS) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterada pelas Leis n.ºs 4-A/2020 e 4-B/2020, ambas de 6 de abril, que aprovam medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19. Proferiram intervenções, além da Ministra de Estado e da Presidência (Mariana Vieira da Silva) e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Mário Belo Morgado), os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Inês de Sousa Real (PAN), João Cotrim de Figueiredo (IL), Joacine Katar Moreira (N insc.), Maria Manuel Rola (BE), Telmo Correia (CDS-PP), André Ventura (CH), Carlos Peixoto (PSD) e João Oliveira (PCP). Posteriormente, a proposta de lei foi aprovada na generalidade e o projeto de lei foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo proferido declaração de voto a Deputada Constança Urbano de Sousa (PS). Foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente ao projeto de lei.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, da

Proposta de Lei n.º [28/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [352/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (sexta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro).

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [358/XIV/1.ª](#) (PEV) — Apoio às vítimas de violência em época de pandemia e [361/XIV/1.ª](#) (BE) — Proteção da criança ou jovem no seu bem-estar e desenvolvimento saudável (trigésima sexta alteração ao Código de Processo Penal, sexta alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e quinquagésima alteração ao Código Penal).

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [364/XIV/1.ª](#) (IL) — Consagração expressa do crime de exposição de menor a violência doméstica (quinquagésima alteração ao Código Penal).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [194/XIV/1.ª](#) (PS) — Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do revisor oficial de contas que integra o respetivo Conselho Fiscal.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [336/XIV/1.ª](#) (PSD) — Garante apoio social extraordinário aos gerentes das empresas e foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [339/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Reforça a proteção social aos gerentes das empresas comerciais e [346/XIV/1.ª](#) (IL) — Reforça o apoio social dos gerentes das empresas.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [354/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garante o apoio extraordinário ao rendimento dos microempresários e trabalhadores em nome individual devido à redução da atividade económica pela epidemia de COVID-19.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º [357/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de emergência para as micro e pequenas empresas.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [363/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção dos sócios-gerentes das micro, pequenas e médias empresas (procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º [409/XIV/1.ª](#) (BE) — Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [355/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria um regime de apoio às famílias na frequência de equipamentos de apoio à infância.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [396/XIV/1.ª](#) (CH) — Pela criação e implementação imediata do Plano Nacional de Solidariedade e Literacia Digital.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Resolução n.ºs [421/XIV/1.ª](#) (PEV) — Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da COVID-19 e [423/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [341/XIV/1.ª](#) (PCP) — Proíbe a distribuição de dividendos na banca, nas grandes empresas e grupos económicos, [356/XIV/1.ª](#) (PEV) — Regime excecional e temporário de proibição de distribuição de dividendos para a banca, o setor financeiro, as grandes empresas e os grupos económicos e [362/XIV/1.ª](#) (PAN)

— Impede o pagamento de remunerações acionistas e de bónus por instituições de crédito e por empresas que tenham recebido apoios públicos em virtude da situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19 (segunda alteração do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [397/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Criação do «cheque emergência» para as micro e pequenas empresas cuja atividade se suspendeu.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [338/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, possibilitando a realização de exame de melhoria de nota interna no ensino secundário.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 15 dias, do Projeto de Lei n.º [360/XIV/1.ª](#) (PCP) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [381/XIV/1.ª](#) (CH) — Pela garantia de acesso de todos os docentes do País a meios informáticos que lhes permitam lecionar à distância, [404/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que permita a realização de exames nacionais para efeito de melhoria da classificação final e [406/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela reposição do normal funcionamento dos exames finais nacionais.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [353/XIV/1.ª](#) (PCP) — Definição de normas e regulamentos para operações de gestão de resíduos e foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [405/XIV/1.ª](#) (PEV) — Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos, como máscaras e luvas protetoras, [417/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a criação e ampla divulgação de uma campanha de comunicação destinada à sensibilização das populações para o correto acondicionamento e depósito dos resíduos domésticos, [418/XIV/1.ª](#) (BE) — Campanha nacional de sensibilização sobre a correta deposição de resíduos de materiais de proteção individual contra a pandemia de COVID-19 e, quando possível, o recurso a materiais reutilizáveis, [424/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela realização de uma campanha de informação nacional sobre a deposição de resíduos utilizados na prevenção da atual crise sanitária e [425/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova boas práticas relativamente aos equipamentos de proteção individual para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 52 (2020.05.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 31/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 365 a 367, 369 a 374 e 376/XIV/1.ª, das Apreciações Parlamentares n.ºs 11 a 13/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 426 a 450/XIV/1.ª.

Procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PSD, pelo BE e pelo CDS-PP, ao abrigo do n.º 10 do [artigo 72.º](#) do Regimento, sobre o tema «Novo Banco — questões financeiras». Depois de os Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, o Secretário de Estado Adjunto e das Finanças ([Ricardo Mourinho Félix](#)) e os Deputados [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Paulo Correia](#) (PS), [Duarte Alves](#)

(PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Álvaro Almeida](#) (PSD), [Fernando Anastácio](#) (PS) e [Afonso Oliveira](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) lembrou que a pandemia originou uma crise com efeitos em todos os setores de atividade, pelo que alertou para a importância, após abertura progressiva do período de confinamento, de se repensarem prioridades e de se encontrarem respostas para políticas públicas com vista à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Pires](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Nelson Peralta](#) (BE) e [Cristina Rodrigues](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Pedro do Carmo](#) (PS) salientou o papel da agricultura, da pecuária, da pesca e de outros setores produtivos neste período de pandemia pela resposta que deram ao assegurarem a cadeia de fornecimento alimentar da população e defendeu o consumo de produtos nacionais. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ricardo Vicente](#) (BE), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Cristina Rodrigues](#) (PAN).

Em declaração política, a Deputada [Diana Ferreira](#) (PCP) considerou insuficientes as respostas do Governo para as famílias com crianças a frequentarem diversos equipamentos de apoio à infância, reforçou as propostas do seu partido no sentido da gratuitidade de uma rede pública de creches até à idade de entrada no pré-escolar e manifestou preocupação pelas condições de segurança na reabertura daqueles estabelecimentos. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [João Paulo Pedrosa](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) defendeu a valorização, pelo Governo e pela Assembleia da República, do papel fundamental desempenhado pelos profissionais de saúde, pelas forças e serviços de segurança e socorro, pelas Forças Armadas e pelos serviços públicos durante a pandemia, tendo ainda chamado a atenção para a necessidade de, com o alívio das medidas sanitárias, se acautelar a proteção de todos os que retomarem os seus trabalhos presencialmente. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alberto Machado](#) (PSD), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Sónia Fertuzinhos](#) (PS) e [Moisés Ferreira](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) fez um balanço das medidas implementadas no País desde o primeiro caso de COVID-19 e deu conta da apresentação, pelo seu partido, de um programa de retoma económica e cívica, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Silva](#) (PAN), [Hugo Costa](#) (PS) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH), a propósito de um crime que levou à morte de uma criança, propôs a alteração da lei portuguesa com vista à restauração da prisão perpétua e insurgiu-se contra aqueles que o têm ameaçado, bem como ao seu partido, com processos judiciais pelas ideias que defende. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Isabel Rodrigues](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º [365/XIII/2](#).^a (Associação Nacional de Apostadores Online) — Revisão da lei do jogo online, nomeadamente da taxação das apostas desportivas à cota. Intervieram os Deputados [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Cristina Jesus](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Isabel Pires](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º [623/XIII/4](#).^a (Arménio Francisco Gonçalves Maximino e outros) — Solicitam a adoção de medidas contra a deslocalização dos serviços de registo sítos na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.os 7 a 11, Lisboa. Usaram da palavra os Deputados [Rita Borges Madeira](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º 597/XIII/4.^a (Amélia Luciana Brugnini de Sousa Uva Passo e outros) — Solicitam que a profissão de tripulante de cabine seja qualificada como de desgaste rápido juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 268/XIV/1.^a (PEV) — Classificação de tripulante de cabine como profissão de desgaste rápido e 251/XIV/1.^a (BE) — Pela regulamentação da atividade de tripulante de cabine com vista à redução do desgaste resultante do exercício da atividade e à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho e com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 234/XIV/1.^a (CDS-PP) — Criação do grupo de trabalho para a regulamentação legal das profissões de desgaste rápido e criação da respetiva tabela. Pronunciaram-se os Deputados Mariana Silva (PEV), Isabel Pires (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Carla Barros (PSD), Diana Ferreira (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Hugo Oliveira (PS).

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 19 horas e 55 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 53 (2020.05.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 36 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 375, 377 e 378/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 451 a 459/XIV/1.^a.

Procedeu-se a um debate sobre o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas juntamente com a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 440/XIV/1.^a (PSD) — Complemento do Programa de Estabilidade 2020 com a apresentação de um programa de emergência social e ação diplomática para o seu financiamento europeu, 441/XIV/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do Programa Nacional de Reformas, adote um conjunto de medidas concretas que permitam respostas para todos os portugueses afetados pela pandemia, 442/XIV/1.^a (PCP) — Pelo direito soberano de Portugal decidir do seu futuro: combater o vírus e o seu aproveitamento, assegurar o desenvolvimento do País e 443/XIV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do Programa Nacional de Reformas, inclua no plano de recuperação da crise económica, social e sanitária provocada pela COVID-19 a opção estratégica por um modelo de recuperação assente no investimento no combate e na adaptação às alterações climáticas, na não aplicação de medidas de austeridade e em medidas de combate a interesses instalados, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros do Planeamento (Nelson de Souza) e de Estado e das Finanças (Mário Centeno), os Deputados Nuno Miguel Carvalho (PSD), Miguel Matos (PS), André Silva (PAN), Duarte Alves (PCP), Isabel Pires (BE), Nuno Fazenda (PS), Fernando Negrão (PSD), Vera Braz (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Carlos Brás (PS), Fernando Anastácio (PS), João Cotrim de Figueiredo (IL), José Luís Ferreira (PEV), Mariana Mortágua (BE), Hortense Martins (PS), André Ventura (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Joacine Katar Moreira (N insc.), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Álvaro Almeida (PSD) — que também exerceu o direito de defesa da honra relativamente a afirmações do Ministro de Estado e das Finanças —, Filipe Neto Brandão (PS), Duarte Pacheco (PSD), Luís Moreira Testa (PS), António Filipe (PCP) e João Paulo Correia (PS).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 31/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece medidas excecionais e temporárias quanto aos espetáculos de natureza artística, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs 337/XIV/1.^a (PAN) — Altera o Decreto-lei n.º 10-I/2020, de 13 de Março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, 340/XIV/1.^a (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de Abril, que

estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, [370/XIV/1.ª](#) (BE) — Proteção dos direitos dos trabalhadores da cultura em crise pandémica e económica e [373/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Estabelece medidas excecionais e temporárias afetas ao sistema cultural português, no âmbito da crise epidemiológica. Intervieram, além da Ministra da Cultura (Graça Fonseca), os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Ana Mesquita](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH). Posteriormente, foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos projetos de lei, solicitando a baixa à Comissão de Cultura e Comunicação, sem votação, por 30 dias, daqueles diplomas.

O Deputado [André Ventura](#) (CH) interpelou a Mesa sobre o não agendamento, para votação, de um projeto de voto de pesar apresentado pelo seu partido. Depois de a Presidente em exercício ter justificado a respetiva não inclusão no guião de votações, aquele Deputado interpôs recurso dessa decisão, que foi rejeitado, tendo ainda usado da palavra o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs [219/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte do mestre Raúl Cerveira, fundador de várias associações de artes marciais e impulsionador do karaté em Portugal e [225/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS, do PSD, do PAN e do CH) — De pesar pelo falecimento de D. Manuel Vieira Pinto, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [268/XIV/1.ª](#) (PEV) — Classificação de tripulante de cabine como profissão de desgaste rápido e [251/XIV/1.ª](#) (BE) — Pela regulamentação da atividade de tripulante de cabine com vista à redução do desgaste resultante do exercício da atividade e à garantia das condições de segurança e saúde no trabalho, bem como foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [234/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Criação do grupo de trabalho para a regulamentação legal das profissões de desgaste rápido e criação da respetiva tabela.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [120/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo, [167/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações, [187/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira, [266/XIV/1.ª](#) (PEV) — Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao País e [271/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS e pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, de propostas de alteração relativas ao texto final da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a Proposta de Lei n.º [30/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19. De seguida, o texto final foi aprovado na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas, tendo o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) apresentado um requerimento solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, que foi igualmente aprovado.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 54 (2020.05.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 32/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 379 a 389/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 460 a 463/XIV/1.^a.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PCP e à respetiva substituição.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Silva](#) (PAN), [Hortense Martins](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Rui Rio](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 58 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 55 (2020.05.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 464 a 466 e 469/XIV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 390 a 392/XIV/1.^a.

Procedeu-se à apresentação e discussão do Relatório sobre a Aplicação da 3.^a Declaração do Estado de Emergência, referente ao período de 18 de abril a 2 de maio de 2020. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Administração Interna ([Eduardo Cabrita](#)) e da Ministra da Saúde ([Marta Temido](#)), os Deputados [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Silva](#) (PEV), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [André Coelho Lima](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [16/XIV/1.^a](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs [384/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sediadas em centros offshore ou centros offshore não cooperantes, [385/XIV/1.^a](#) (PCP) — Exclui entidades sediadas em paraísos fiscais de quaisquer apoios públicos à economia e [386/XIV/1.^a](#) (PEV) — Exclui as empresas sediadas em paraísos fiscais das linhas de apoio no âmbito da pandemia de COVID-19, que foram rejeitados. Intervieram, além dos Secretários de Estado Adjunto e da Justiça ([Mário Belo Morgado](#)) e dos Assuntos Fiscais ([António Mendonça Mendes](#)), os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP) [José Luís Ferreira](#) (PEV),

Mónica Quintela (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), João Cotrim de Figueiredo (IL), Mariana Mortágua (BE), Fernando Anastácio (PS), André Silva (PAN), André Ventura (CH) e Joacine Katar Moreira (N insc.).

Foram discutidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 32/XIV/1.ª (GOV) — Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19 — que foi aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global —, e os Projetos de Lei n.ºs 387/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece um regime excecional no arrendamento habitacional e não habitacional no caso de comprovada diminuição de rendimento — que foi rejeitado — e 389/XIV/1.ª (PS) — Alteração da Lei n.º 7/2020, de 20 de abril, com vista à prorrogação dos prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública — que foi aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo ainda sido aprovado um requerimento do PS solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões — juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 427/XIV/1.ª (BE) — Alarga a abrangência do apoio do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana no pagamento das rendas habitacionais no âmbito do COVID-19 e 438/XIV/1.ª (IL) — Pela suspensão imediata do pagamento de IMI para senhorios com perdas superiores a 20% dos rendimentos — que foram rejeitados. Pronunciaram-se, além dos Secretários de Estado da Habitação (Ana Pinho) e do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor (João Torres), os Deputados Bruno Dias (PCP), Marina Gonçalves (PS), Maria Manuel Rola (BE), João Cotrim de Figueiredo (IL), Márcia Passos (PSD), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Joacine Katar Moreira (N insc.) e Cristina Rodrigues (PAN).

Foi apreciada a Petição n.º 537/XIII/3.ª (Apresentada por Luís Alberto Júdice Veiga da Silva e outros) — Solicita a revogação do Capítulo VI do Título I do Livro II do Código Penal, relativo aos crimes contra a honra. Intervieram os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Artur Soveral Andrade (PSD), António Filipe (PCP), José Manuel Pureza (BE), Telmo Correia (CDS-PP) e Cláudia Santos (PS).

Foram apreciados, conjuntamente, a Petição n.º 561/XIII/4.ª (André Lourenço e Silva e outros) — Pela contratação de intérpretes de língua gestual portuguesa para o Serviço Nacional de Saúde e os Projetos de Resolução n.ºs 214/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à contratação de intérpretes de língua gestual portuguesa para o Serviço Nacional de Saúde, 285/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a contratação de intérpretes de língua gestual para os serviços públicos — que foram rejeitados — e 210/XIV/1.ª (PAN) — Garante o acesso das pessoas surdas ao Serviço Nacional de Saúde — que foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados José Manuel Pureza (BE), Paula Santos (PCP), Bebiana Cunha (PAN), Cláudia Bento (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Anabela Rodrigues (PS) e Mariana Silva (PEV).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 230/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pela morte do embaixador Leonardo Mathias e 231/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pela morte do embaixador José Cutileiro, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que foi guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º 229/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus e subscrito por Deputados do PS) — De saudação pelo Dia da Europa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 469/XIV/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Foi aprovado, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º 360/XIV/1.^a (PCP) — *Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. De seguida, foram assumidas pelo Plenário as votações indiciárias realizadas, na especialidade, em sede de Comissão e o texto de substituição foi aprovado em votação final global.*

Após aprovação de dois requerimentos, apresentados pelo BE e pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração, apresentadas por aqueles partidos, ao texto final, apresentado pela Comissão de Cultura e Comunicação, relativo à Proposta de Lei n.º 31/XIV/1.^a (GOV) — *Estabelece medidas excecionais e temporárias quanto aos espetáculos de natureza artística, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, intervieram os Deputados Alexandra Vieira (BE) e Pedro Delgado Alves (PS). De seguida, foram rejeitadas as propostas apresentadas pelo BE e aprovada a proposta apresentada pelo PS, tendo, depois, aquele texto final sido aprovado em votação final global. Foi, ainda, aprovado um requerimento, apresentado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente àquele texto final.*

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 56 (2020.05.28)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Inquérito Parlamentar n.º 3/XIV/1.^a, das Apreciações Parlamentares n.ºs 14 e 15/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 393 a 397/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 467, 468 e 470 a 474/XIV/1.^a.

Em declaração política, o Deputado [Marcos Perestrello](#) (PS) elogiou a ação desenvolvida pelas Forças Armadas Portuguesas no combate à pandemia de COVID-19, pediu consenso aquando da próxima revisão orçamental e lembrou o compromisso político do Primeiro-Ministro de envolver os contributos dos partidos com assento parlamentar na elaboração do plano de estabilização económica e social. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ana Miguel dos Santos](#) (PSD), [João Vasconcelos](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [António Filipe](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Duarte Marques](#) (PSD) teceu críticas ao Governo, acusando-o de não ter preparado a época de combate aos incêndios, nomeadamente pela falta de meios aéreos no terreno, e apelou para a necessidade de reformas e mudanças profundas a nível da floresta. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Ricardo Vicente](#) (BE), [João Dias](#) (PCP) e [André Silva](#) (PAN).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Pires](#) (BE), a propósito da existência de números elevados de casos positivos de COVID-19 na Área Metropolitana de Lisboa, chamou a atenção do Governo para a sobrelotação dos transportes públicos, nomeadamente nas linhas ferroviárias de Sintra e Azambuja, tendo considerado necessária a tomada de medidas que resolvam esse problema. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados

João Cotrim de Figueiredo (IL), Carlos Silva (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), José Luís Ferreira (PEV), Ricardo Leão (PS), Bruno Dias (PCP) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado João Dias (PCP) solicitou uma resposta rápida do Governo para as dificuldades que o impacto do surto epidémico causou aos pequenos e médios agricultores, produtores pecuários e pescadores, tendo enunciado uma série de propostas apresentadas pelo seu partido nesse sentido. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados André Ventura (CH), Emília Cerqueira (PSD), Ricardo Vicente (BE), Santinho Pacheco (PS), Cristina Rodrigues (PAN), Mariana Silva (PEV) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) criticou a atuação do Governo relativamente à situação da TAP e à falta de apoios a trabalhadores e empresários, no âmbito da crise provocada pela pandemia. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados João Cotrim de Figueiredo (IL), Hugo Martins de Carvalho (PSD), Carlos Pereira (PS), José Luís Ferreira (PEV), Bruno Dias (PCP), André Silva (PAN) e Isabel Pires (BE).

Em declaração política, a Deputada Inês de Sousa Real (PAN) teceu considerações acerca das vantagens do teletrabalho, tanto no momento atual como no futuro, tendo chamado a atenção para a necessidade de regulamentação da legislação relativa a este modelo de trabalho. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fernando José (PS), Diana Ferreira (PCP), José Moura Soeiro (BE) e Lina Lopes (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 601/XIII/4.ª (Paulo Jorge Cleto Duarte e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista a salvar as farmácias, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 286/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a sustentabilidade económica e financeira das farmácias comunitárias, 122/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que apoiem a rede de farmácias comunitárias, 245/XIV/1.ª (IL) — Pela proximidade no acesso ao medicamento e 246/XIV/1.ª (IL) — Pela sustentabilidade no acesso ao medicamento. Intervieram os Deputados Paula Santos (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), João Cotrim de Figueiredo (IL), Moisés Ferreira (BE), Sónia Fertuzinhos (PS), Álvaro Almeida (PSD), Bebiana Cunha (PAN), José Luís Ferreira (PEV) e André Ventura (CH).

Foi apreciada a Petição n.º 615/XIII/4.ª (José Maria da Silva Jácome e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à construção do novo hospital de Lagos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 213/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do novo hospital de Lagos, 280/XIV/1.ª (PCP) — Pela célere construção do novo hospital de Lagos, 269/XIV/1.ª (PEV) — Pela urgente construção do novo hospital de Lagos e 414/XIV/1.ª (PAN) — Pela construção do novo hospital de Lagos com um planeamento adequado das suas valências futuras e integrado na rede de cuidados de saúde. Usaram da palavra os Deputados João Vasconcelos (BE), João Dias (PCP), Mariana Silva (PEV), Bebiana Cunha (PAN), Rui Cristina (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Maria Joaquina Matos (PS) e André Ventura (CH).

O Presidente (Fernando Negrão) encerrou a sessão eram 19 horas e 7 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 57 (2020.05.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na anterior reunião plenária e da entrada na Mesa das Apreciações Parlamentares n.ºs 16 e 17/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 398 a 407/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 475 a 496/XIV/1.ª.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 3/XIV/1.ª (PS) — Respostas do Estado social à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, proferiram intervenções a Deputada [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho).

Intervieram, depois, durante o debate, a diverso título, além daquelas oradoras e do Ministro da Educação (Tiago Brandão Rodrigues), os Deputados [Rui Cristina](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Maria Begonha](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [Elza Pais](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Lina Lopes](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Sónia Fertuzinhos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Adão Silva](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Firmino Marques](#) (PSD), [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP) e [Moisés Ferreira](#) (BE).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Porfírio Silva](#) (PS) e a Ministra da Saúde (Marta Temido).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs 234/XIV/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Barroso e 236/XIV/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de Maria Velho da Costa, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 286/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que adote medidas para garantir a sustentabilidade económica e financeira das farmácias comunitárias, 122/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que apoiem a rede de farmácias comunitárias, 245/XIV/1.ª (IL) — Pela proximidade no acesso ao medicamento e 246/XIV/1.ª (IL) — Pela sustentabilidade no acesso ao medicamento.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 213/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do novo hospital de Lagos, 280/XIV/1.ª (PCP) — Pela célere construção do novo hospital de Lagos, 269/XIV/1.ª (PEV) — Pela urgente construção do novo hospital de Lagos e 414/XIV/1.ª (PAN) — Pela construção do novo hospital de Lagos com um planeamento adequado das suas valências futuras e integrado na rede de cuidados de saúde.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 395/XIV/1.ª (BE) — Verba suspensa do TV Fest deve duplicar orçamento da linha de apoio de emergência para apoio às artes.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 178/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal, 152/XIV/1.ª (BE) — Recomenda a requalificação da Escola Básica 2, 3 Dr. António Augusto Louro, agrupamento de escolas Dr. António Augusto Louro, 322/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal, e que divulgue calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares e 315/XIV/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que agende e execute a urgente retirada das placas de fibrocimento existentes nas coberturas da EB 2,3 Dr. António Augusto Louro, do Seixal, e programe as necessárias obras de requalificação.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 434/XIV/1.ª (BE) — Transição ecológica: a resposta à crise pandémica, social e económica e 444/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que efetue uma transição económica e social sustentável no decurso da crise da COVID-19.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [8/XIV/1.ª](#) (GOV) — Adapta os regimes sancionatórios previstos nos regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [10/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [11/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [357/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de emergência para as micro e pequenas empresas.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, de propostas de alteração e de aditamento, apresentadas por aquele partido, relativas ao texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, sobre os Projetos de Lei n.ºs [336/XIV/1.ª](#) (PSD) — Garante apoio social extraordinário aos gerentes das empresas, [354/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garante o apoio extraordinário ao rendimento dos micro empresários e trabalhadores em nome individual devido à redução da atividade económica pela epidemia de COVID-19 e [363/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção dos sócios-gerentes das micro, pequenas e médias empresas (procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março). Aquelas propostas foram rejeitadas, tendo o texto final sido aprovado em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [99/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quarta alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [194/XIV/1.ª](#) (PS) — Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do revisor oficial de contas que integra o respetivo Conselho Fiscal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [405/XIV/1.ª](#) (PEV) — Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos, como máscaras e luvas protetoras, [417/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a criação e ampla divulgação de uma campanha de comunicação destinada à sensibilização das populações para o correto acondicionamento e depósito dos resíduos domésticos, [418/XIV/1.ª](#) (BE) — Campanha nacional de sensibilização sobre a correta deposição de resíduos de materiais de proteção individual contra a pandemia de COVID-19 e, quando possível, o recurso a materiais reutilizáveis, [424/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela realização de uma campanha de informação nacional sobre a deposição de resíduos utilizados na prevenção da atual crise sanitária e [425/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova boas práticas relativamente aos equipamentos de proteção individual para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Foram aprovados os n.ºs 21 a 33 do Diário.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do PSD para que intervenha em tribunal.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente ([Fernando Negrão](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 38 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 58 (2020.06.04)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 408, 410 a 434 e 436 a 444/XIV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 497 a 505/XIV/1.ª e das Apreciações Parlamentares n.ºs 18 a 20/XIV/1.ª.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, teve lugar o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Carlos Pereira](#) e [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Adão Silva](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foi apreciada a Petição n.º [631/XIII/4.ª](#) (Comissão de Utentes de Serviços Públicos — CUSP) — Solicitam a construção de uma nova unidade de saúde familiar no Alto do Seixalinho e a atribuição de um médico de família a todos os utentes do concelho do Barreiro em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [172/XIV/1.ª](#) (PCP) — Construção da unidade de saúde do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro, [215/XIV/1.ª](#) (BE) — Construção de uma nova unidade de saúde no Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro e a atribuição de médico de família a todos os utentes, [277/XIV/1.ª](#) (PEV) — Por um novo centro de saúde no Alto do Seixalinho, no Barreiro, e [411/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela construção do novo centro de saúde no Alto do Seixalinho, no Barreiro. Usaram da palavra os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Sandra Cunha](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Nuno Miguel Carvalho](#) (PSD) e [Eurídice Pereira](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [555/XIII/4.ª](#) (Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas — APAP) — Solicitam a criação da Ordem dos Arquitetos Paisagistas. Intervieram os Deputados [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Rita Borges Madeira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 59 (2020.06.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo PS, do seu Projeto de Lei n.º 176/XIV/1.ª e, pelo PCP, do seu Projeto de Lei n.º 434/XIV/1.ª.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 486/XIV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo um reforço no apoio e no relançamento do turismo em Portugal no quadro das consequências da pandemia da COVID-19. Intervieram os Deputados [Nuno Fazenda](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [Cristóvão Norte](#) (PSD), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Bruno Dias](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH) e [João Vasconcelos](#) (BE).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 377/XIV/1.^a (PSD) — Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, 378/XIV/1.^a (PSD) — Remissão à Região Autónoma da Madeira do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF, por forma a dotar a Região de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, e 408/XIV/1.^a (CDS-PP) — Estabelece medidas excecionais e temporárias para apoio à economia das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Proferiram intervenções os Deputados [Sara Madrugada Costa](#) e [António Ventura](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-C/2020 [Apreciações Parlamentares n.ºs 12/XIV/1.^a (BE), 13/XIV/1.^a (PCP) e 20/XIV/1.^a (PSD)]. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado da Saúde (António Sales), os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Alberto Machado](#) (PSD), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joana Lima](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 347/XIV/1.^a (PCP) — Cria o apoio ao rendimento de microempresários e empresários em nome individual no contexto da resposta à epidemia de COVID-19, 348/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19, 349/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID-19, 350/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas, 351/XIV/1.^a (PCP) — Garante o acesso das micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual aos apoios públicos criados no âmbito da resposta ao surto epidémico de COVID-19, 366/XIV/1.^a (PCP) — Cria o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes, no contexto da resposta à epidemia de COVID-19, 416/XIV/1.^a (CDS-PP) — Determina a inexigibilidade dos pagamentos por conta e pagamentos especiais, em sede de IRC e IRS, no ano de 2020, 417/XIV/1.^a (PAN) — Estabelece a possibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais por parte das micro, pequenas e médias empresas no contexto da epidemia por SARS-CoV-2, 418/XIV/1.^a (PAN) — Estabelece a concessão de medidas de apoio especiais às micro, pequenas e médias empresas no contexto da epidemia por SARS-CoV-2, 421/XIV/1.^a (IL) — Dispensa todas as empresas do PPC do IRC e possibilita o reembolso da parte do PEC que não foi deduzida, 431/XIV/1.^a (BE) — Medidas de apoio às empresas itinerantes de diversão e restauração e 432/XIV/1.^a (BE) — Cria um regime especial de incentivo à atividade desenvolvida pelas feiras e mercados. Usaram da palavra os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Sofia Matos](#) (PSD) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.).

Foram apreciados os Projetos de Resolução n.ºs 464/XIV/1.^a (CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à

epidemia de COVID-19, [468/XIV/1.^a](#) (PS) — Cria uma comissão eventual de acompanhamento do processo de recuperação económica e social e [479/XIV/1.^a](#) (PAN) — Constituição de uma comissão eventual para a monitorização e avaliação da eficácia, do impacto orçamental e da transparência das medidas de resposta e recuperação da crise sanitária, económica e social provocada pela COVID-19. Intervieram os Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Fernando Negrão](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos os Projetos de Resolução n.ºs [447/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que não apoie indústrias poluentes no âmbito da crise da COVID-19 e [430/XIV/1.^a](#) (PEV) — Recomenda ao Governo que não resgate grandes indústrias poluentes no período de influência da COVID-19 e no relançamento da economia. Produziram intervenções os Deputados [André Silva](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Alma Rivera](#) (PCP), [Nelson Peralta](#) (BE), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [Miguel Matos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [15/XIV/1.^a](#) (ALRAM) — *Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro* — Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário, e o Projeto de Lei n.º [413/XIV/1.^a](#) (PAN) — *Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março)*. Usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Duarte Alves](#) (PCP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Sandra Cunha](#) (BE), [Nuno Sá](#) (PS) e [Cecília Meireles](#) (CDS-PP).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes por videoconferência na reunião plenária.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 57 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 60 (2020.06.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre o tema «justiça climática e saída para as crises». Proferiram intervenções, na fase de abertura, o Deputado [Nelson Peralta](#) (BE) e o Ministro do Ambiente e da Ação Climática ([João Pedro Matos Fernandes](#)), tendo-se seguido no uso da palavra, além do Ministro, os Deputados [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Luís Leite Ramos](#) (PSD), [Jorge Costa](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Hugo Pires](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD) e [Maria Manuel Rola](#) (BE). No encerramento do debate, proferiram intervenções o Ministro e o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º [604/XIII/4.^a](#) ([Sérgio Garcia](#) e outros) — *Solicitam a adoção de medidas com vista ao fim das desigualdades salariais nas instituições particulares de segurança social, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 376/XIV/1.^a* (CDS-PP) — *Atualização do Compromisso de Cooperação celebrado com as entidades do setor social e solidário num valor que cubra os custos do aumento da remuneração mínima mensal garantida e de outros fatores, tais como a inflação, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs 259/XIV/1.^a* (IL) — *Pelo aumento dos apoios às Unidades de Cuidados Continuados Integrados, 283/XIV/1.^a* (CDS-PP) — *Recomenda ao Governo aumentos nas*

diárias nas Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, [299/XIV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova um estudo sobre o financiamento das IPSS, que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional de forma a corrigir as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS, [457/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a flexibilização das condições da linha de financiamento Crédito Social Investe, que foram rejeitados, e [482/XIV/1.^a](#) (BE) — Promove a igualdade e valoriza os salários dos trabalhadores das IPSS, que foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Vera Prata](#) (PCP), [Cristina Sousa](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º [613/XIII/4.^a](#) (STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionários e Afins e outros) — Solicitam a adoção de medidas com vista à aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [228/XIV/1.^a](#) (PCP) — Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (Décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), [229/XIV/1.^a](#) (PCP) — Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (Décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, [398/XIV/1.^a](#) (PEV) — Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), [399/XIV/1.^a](#) (PEV) — Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e [401/XIV/1.^a](#) (BE) — Regulamenta os suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade (Décima sexta alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), os quais, a requerimento apresentado pelos partidos autores, baixaram à Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, sem votação, por 30 dias os diplomas do PCP e do PEV e por 45 dias o diploma do BE. Usaram da palavra os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (BE), [José Cancela Moura](#) (PSD), [Fernando Paulo Ferreira](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [491/XIV/1.^a](#) (PAR) — Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [172/XIV/1.^a](#) (PCP) — Construção de unidade de saúde do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro, [215/XIV/1.^a](#) (BE) — Construção de uma nova unidade de saúde no Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro, e a atribuição de médico de família a todos os utentes, [277/XIV/1.^a](#) (PEV) — Por um novo centro de saúde no Alto do Seixalinho, no Barreiro, e [411/XIV/1.^a](#) (PAN) — Pela construção do novo centro de saúde no Alto do Seixalinho, no Barreiro.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [486/XIV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo um reforço no apoio e no relançamento do turismo em Portugal no quadro das consequências da pandemia da COVID-19.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [377/XIV/1.^a](#) (PSD) — Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, [378/XIV/1.^a](#) (PSD) — Suspensão do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF da Região Autónoma da Madeira por forma a dotar a Região

de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da COVID-19, e [408/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Estabelece medidas excecionais e temporárias para apoio à economia das Regiões Autónomas, procedendo à suspensão da aplicação dos artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [347/XIV/1.^a](#) (PCP) — Cria o apoio ao rendimento de microempresários e empresários em nome individual no contexto da resposta à epidemia de COVID-19, [348/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19, [349/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID-19, [351/XIV/1.^a](#) (PCP) — Garante o acesso das micro, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual aos apoios públicos criados no âmbito da resposta ao surto epidémico de COVID-19, [416/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Determina a inexigibilidade dos pagamentos por conta e pagamentos especiais, em sede de IRC e IRS, no ano de 2020, [417/XIV/1.^a](#) (PAN) — Estabelece a possibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais por parte das micro, pequenas e médias empresas no contexto da epidemia por SARS-CoV-2, [418/XIV/1.^a](#) (PAN) — Estabelece a concessão de medidas de apoio especiais às micro, pequenas e médias empresas no contexto da epidemia por SARS-CoV-2 e [421/XIV/1.^a](#) (IL) — Dispensa todas as empresas do PPC do IRC e possibilita o reembolso da parte do PEC que não foi deduzida, tendo sido aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [350/XIV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas, [366/XIV/1.^a](#) (PCP) — Cria o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes no abastecimento às populações, no contexto da resposta à epidemia de COVID-19, [431/XIV/1.^a](#) (BE) — Medidas de apoio às empresas itinerantes de diversão e restauração e [432/XIV/1.^a](#) (BE) — Cria um regime especial de incentivo à atividade desenvolvida pelas feiras e mercados.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [464/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à epidemia de COVID-19 e [468/XIV/1.^a](#) (PS) — Cria uma comissão eventual de acompanhamento do processo de recuperação económica e social, tendo sido rejeitado o Projeto de Resolução n.º [479/XIV/1.^a](#) (PAN) — Constituição de uma comissão eventual para a monitorização e avaliação da eficácia, do impacto orçamental e da transparência das medidas de resposta e recuperação da crise sanitária, económica e social provocada pela COVID-19.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [447/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que não apoie indústrias poluentes no âmbito da crise da COVID-19 e [430/XIV/1.^a](#) (PEV) — Recomenda ao Governo que não resgate grandes indústrias poluentes no período de influência da COVID-19 e no relançamento da economia.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 45 dias, da Proposta de Lei n.º [15/XIV/1.^a](#) (ALRAM) — Proceda à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro — Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, pelo prazo de 60 dias, do Projeto de Lei n.º [413/XIV/1.^a](#) (PAN) — Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março).

Foram votados os seguintes Projetos de Resolução:

N.º [261/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda o controlo rigoroso dos aterros e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal, que foi rejeitado;

N.º [288/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em aterro e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração, que foi rejeitado;

N.º [305/XIV/1.ª](#) (PEV) — Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha, que foi aprovado na generalidade;

N.º [319/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforço da informação, inspeção e monitorização das atividades de gestão de resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em aterro, que foi rejeitado;

N.º [431/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure a qualidade de serviço dos aterros em Portugal, que foi aprovado na generalidade;

N.º [463/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova uma ampla avaliação aos sistemas de gestão de resíduos urbanos em todo o País, com vista a corrigir as inconformidades que comprometem e poderão comprometer a eficiência do setor e a qualidade de vida das populações, que foi aprovado na generalidade;

N.º [496/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Plano de ação para a redução drástica de resíduos, que foi rejeitado;

N.º [264/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar, que foi aprovado na generalidade;

N.º [287/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional, que foi aprovado na generalidade;

N.º [320/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforço da informação, monitorização e caracterização da qualidade do ar ambiente em Portugal, que foi aprovado na generalidade;

N.º [410/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão e modernização da rede de estações e subestações de monitorização da qualidade do ar em Portugal e a elaboração e implementação dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar, previstos na Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, bem como a elaboração de um plano anual de mitigação dos impactos causados pela poluição atmosférica, com vista a garantir a melhoria da qualidade do ar em todo o território nacional, que foi aprovado na generalidade;

N.º [474/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova a melhoria da qualidade do ar em Portugal, que foi aprovado na generalidade;

N.º [498/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Plano urgente de ação para a qualidade do ar, que foi rejeitado;

N.º [436/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo, que foi aprovado na generalidade;

N.º [451/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Tejo e dê cumprimento à Resolução da AR n.º 63/2019, que foi aprovado na generalidade;

N.º [275/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas transversais de combate ao racismo, que foi aprovado, na generalidade;

N.º [292/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate ao racismo, que foi aprovado, na generalidade;

N.º [458/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Campanha nacional para renovar o pacto antirracista na sociedade portuguesa, que foi aprovado, na generalidade.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [1/XIV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341;

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [105/XIV/1.ª](#)

(BE) — Pela criação de um grupo de recrutamento de intervenção precoce, [173/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que crie o grupo de recrutamento na área da intervenção precoce e [207/XIV/1.^a](#) (PAN) — Pela criação de um grupo de recrutamento da intervenção precoce;

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [152/XIV/1.^a](#) (BE) — Recomenda a requalificação da Escola Básica 2,3 Dr. António Augusto Louro, Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro, [178/XIV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal, [315/XIV/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que agende e execute a urgente retirada das placas de fibrocimento existentes nas coberturas da EB 2,3 Dr. António Augusto Louro, do Seixal, e programe as necessárias obras de requalificação e [322/XIV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal, e que divulgue o calendário de intervenções de remoção de fibras de amianto nos equipamentos escolares.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 17 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 61 (2020.06.09)

SUMÁRIO

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Em declaração política, o Deputado [Paulo Moniz](#) (PSD) lamentou a decisão do Governo de, em pleno estado de emergência, se ter recusado a suspender os voos da TAP para os Açores e enumerou várias situações que há muito esperam resposta do Governo da República naquela Região. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Beatriz Gomes Dias](#) (BE) lembrou a manifestação realizada de combate ao racismo e à violência policial, na sequência da morte do cidadão afro-americano George Floyd, e condenou todos os atos de natureza racista. Deu, depois, resposta a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [António Filipe](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Bebiana Cunha](#) (PAN).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP), a propósito da situação de pandemia, salientou a importância do funcionamento de diversos setores da nossa economia, tendo considerado que não houve uma resposta adequada da União Europeia na defesa dos povos em termos dos problemas de saúde, económicos e sociais. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Meireles](#) (PSD), [Luís Capoulas Santos](#) (PS), [Fábiola Cardoso](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, a Deputada [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), face à intensificação do surto epidémico de COVID-19 na Área Metropolitana de Lisboa, contestou a decisão da Ministra da Saúde de suspender a atividade de saúde não urgente nos concelhos afetados, impedindo os respetivos utentes de acederem ao SNS. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cláudia Bento](#) (PSD), [Moisés Ferreira](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Luís Soares](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [João Dias](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [André Silva](#) (PAN) criticou a aposta política no turismo de massas e a falta de medidas de controlo sanitário na reabertura dos aeroportos, tendo anunciado a apresentação de iniciativas legislativas no sentido da retoma do turismo com

confiança e segurança. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Norberto Patinho](#) (PS), [Moisés Ferreira](#) (BE) e [António Maló de Abreu](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [José Luís Carneiro](#) (PS) destacou vertentes do Programa de Estabilidade Económica e Social, aprovado pelo Governo, para enfrentar a crise, estabilizar e recuperar a economia, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) condenou a defesa de caminhos políticos extremistas e afirmou a necessidade de defesa da democracia, da liberdade e da economia de mercado, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) abordou o tema do racismo, fazendo referência a vários casos ocorridos nos últimos tempos, e expressou a posição do seu partido em relação a essa matéria. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Catarina Marcelino](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [639/XIII/4.ª](#) (Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública) — Solicitam a adoção de medidas com vista a assegurar a proporcionalidade dos níveis da tabela remuneratória única, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [481/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da tabela remuneratória única com vista a assegurar níveis de proporcionalidade e [489/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela urgente negociação da tabela remuneratória única da Administração Pública, tendo em vista assegurar a sua proporcionalidade. Intervieram os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Vera Prata](#) (PCP), [Maria Germana Rocha](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º [609/XIII/4.ª](#) (Ana Raquel Oliveira Lima e outros) — Solicitam a regulamentação da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [402/XIV/1.ª](#) (BE) — Procede à alteração da Lei n.º 89/99, de 5 de julho, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de língua gestual e com os Projetos de Resolução n.ºs [412/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela regulamentação da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa e [422/XIV/1.ª](#) (PEV) — Adoção de medidas com vista à concretização dos direitos das pessoas surdas e valorização da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa. Proferiram intervenções os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Maria Germana Rocha](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Diana Ferreira](#) (PCP) e [Marta Freitas](#) (PS), tendo esta Deputada usado da palavra por videoconferência.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 506 a 508/XIV/1.ª e dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 31 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 62 (2020.06.12)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º [400/XIV/1.ª](#) (PEV) — Disponibiliza ao consumidor informação sobre o preço de compra ao produtor ou pescador dos géneros alimentícios, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 344/XIV/1.ª (PCP) — Medidas integradas para responder aos efeitos do surto COVID-19 sobre o setor do vinho, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 374/XIV/1.ª (PCP) — Medidas de apoio imediato às pequenas e médias explorações agrícolas que compensem os agricultores pelos graves prejuízos resultantes do surto epidémico da COVID-19, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 381/XIV/1.ª (PCP) — Cria uma medida de apoio aos custos com a eletricidade no setor agrícola e agropecuário (eletricidade verde), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 382/XIV/1.ª (PCP) — Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares da pequena agricultura e agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição e distribuição de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 412/XIV/1.ª (PCP) — Medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal – local e costeira – e criação de um regime público simplificado para aquisição, distribuição e valorização de pescado de baixo valor em lota, que, a requerimento apresentado pelo autor, baixou à Comissão de Agricultura e Mar, sem votação, por um prazo de 30 dias;

Projeto de Lei n.º 422/XIV/1.ª (PAN) — Estabelece a obrigatoriedade de informação ao consumidor dos custos ambientais da produção dos géneros alimentícios, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 459/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo medidas para formulação de preços justos ao produtor e ao consumidor, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 477/XIV/1.ª (PEV) — Pelo escoamento e fixação de um preço mínimo a pagar ao produtor e pelo combate às práticas desleais nas relações comerciais entre a grande distribuição e os fornecedores de produtos alimentares, que foi rejeitado.

Intervieram no debate os Deputados Mariana Silva (PEV), João Dias (PCP), André Silva (PAN), Ricardo Vicente (BE), Maria Germana Rocha (PSD), Francisco Rocha (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Entretanto, foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PSD e à respetiva substituição.

Foi discutido e aprovado o Projeto de Resolução n.º 64/XIV/1.ª (N insc.) — Concessão de honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes. Intervieram os Deputados Joacine Katar Moreira (N insc.), João Cotrim de Figueiredo (IL), Fernando Ruas (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), António Filipe (PCP), Beatriz Gomes Dias (BE), Bebiانا Cunha (PAN) e Telmo Correia (CDS-PP).

Foi discutido e rejeitado o Projeto de Resolução n.º 432/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a aplicação da taxa reduzida do IVA a substâncias nutrientes ou nutrimentos (vitaminas e minerais) que reforcem o sistema imunológico humano, tendo-se pronunciado os Deputados António Maló de Abreu (PSD), João Cotrim de Figueiredo (IL), Joana Lima (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), João Dias (PCP), Bebiانا Cunha (PAN) e Moisés Ferreira (BE).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 23/2020, de 22 de maio, que estabelece as regras para a celebração de contratos de parceria de gestão na área da saúde [Apreciações Parlamentares n.os 14/XIV/1.ª (BE), 16/XIV/1.ª (PCP) e 19/XIV/1.ª (PSD)], tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado Adjunta e da Saúde (Jamila Madeira) e Adjunto e das Finanças (Ricardo Mourinho Félix), os Deputados Moisés Ferreira (BE), Paula Santos (PCP), Álvaro Almeida (PSD), João Cotrim de Figueiredo (IL), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiانا Cunha (PAN), Paulo Marques (PS) e André Ventura (CH). No final, foram apresentadas, pelo PCP, pelo PSD e pelo IL, propostas de alteração ao decreto-lei, bem como foi apresentado, pelo BE, o Projeto de Resolução n.º 509/XIV/1.ª, solicitando a cessação de vigência do mesmo diploma, que foi rejeitado.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 393/XIV/1.ª (PCP) — Garante um apoio extraordinário de proteção social a trabalhadores sem acesso a outros instrumentos e

mecanismos de proteção social, que foi rejeitado, [367/XIV/1.ª](#) (BE) — Cria o subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, aplicável a trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e trabalhadores informais excluídos de outros apoios, que foi aprovado, [415/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio), que foi aprovado, [427/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição, que, a requerimento do PCP, baixou à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por 30 dias, e [428/XIV/1.ª](#) (PCP) — Melhoria das condições de acesso ao subsídio social de desemprego, que foi aprovado. Intervieram os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Maria Joaquina Matos](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Helga Correia](#) (PSD).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [394/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Nomeação dos membros das entidades administrativas independentes, que foi rejeitado, [365/XIV/1.ª](#) (PAN) — Altera as regras de nomeação do Governador e os demais membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal (oitava alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro), que foi aprovado, [423/XIV/1.ª](#) (IL) — Altera o funcionamento dos órgãos do Banco de Portugal (oitava alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro), que foi rejeitado, e [433/XIV/1.ª](#) (PEV) — Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (segunda alteração à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto), que foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [256/XIV/1.ª](#) (PAN) — Determina a necessidade de avaliação de impacto da prática agrícola em modo intensivo e superintensivo de espécies arbóreas, [25/XIV/1.ª](#) (PEV) — Determina uma distância mínima entre o extremo de culturas agrícolas permanentes superintensivas e os núcleos habitacionais, [86/XIV/1.ª](#) (PAN) — Visa a proteção das espécies de aves migratórias e invernantes através da interdição da colheita mecanizada de azeitonas em período noturno, [105/XIV/1.ª](#) (BE) — Regulamenta a instalação de olival e amendoal em regime intensivo e superintensivo, [146/XIV/1.ª](#) (PEV) — Proceda à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, determinando o impedimento de colheita mecanizada noturna de azeitona, com vista à preservação da avifauna, e [156/XIV/1.ª](#) (PCP) — Faixas de salvaguarda e regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AIncA) de explorações agrícolas em regime intensivo e superintensivo, que foram rejeitados, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [13/XIV/1.ª](#) (PEV) — Exorta o Governo a que as culturas agrícolas permanentes superintensivas não sejam beneficiárias de apoios públicos, [98/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo sobre a sustentabilidade do olival em sebe, [159/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estudo de avaliação sobre as extensas áreas de produção agrícola em regime intensivo e superintensivo e [274/XIV/1.ª](#) (BE) — Moratória à instalação de olival e amendoal intensivo e superintensivo, que foram igualmente rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Cristina Rodrigues](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Ricardo Vicente](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Norberto Patinho](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs [445](#) e [446/XIV/1.ª](#) e do Projeto de Resolução n.º [510/XIV/1.ª](#)

O Deputado [Luís Leite Ramos](#) (PSD) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [252/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD e subscrito pelo PAR e por Deputados do PS, do CDS-PP, do BE, do

IL, do CH e do PEV) — De pesar pelo falecimento de Luís Pedro Pimentel, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [481/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão da tabela remuneratória única com vista a assegurar níveis de proporcionalidade e [489/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela urgente negociação da tabela remuneratória única da Administração Pública tendo em vista assegurar a sua proporcionalidade.

Foram aprovados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [402/XIV/1.ª](#) (BE) — Procede à alteração da Lei n.º 89/99, de 5 de julho, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de língua gestual e os Projetos de Resolução n.ºs [412/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela regulamentação da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa e [422/XIV/1.ª](#) (PEV) — Adoção de medidas com vista à concretização dos direitos das pessoas surdas e valorização da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [233/XIV/1.ª](#) (PSD) — Alteração da denominação da freguesia de «Passos», no município de Fafe, para «Paços».

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [301/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a reativação da Escola de Formação do Arsenal do Alfeite.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([José Manuel Pureza](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 32 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 63 (2020.06.18)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à renúncia ao mandato de dois Deputados do PS e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 33 e 34/XIV/1.ª, da Proposta de Resolução n.º 1/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 447 a 450/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 511 a 520/XIV/1.ª.

O Presidente assinalou o Dia Nacional em Memória dos Incêndios Florestais, tendo a Câmara guardado 1 minuto de silêncio, em memória das vítimas.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [33/XIV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento Suplementar para 2020, que foi apresentada pelo Ministro de Estado e das Finanças (João Leão), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquele membro do Governo e do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital (Pedro Siza Vieira), os Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH), [Jorge Costa](#) (BE), [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD), [Hortense Martins](#) (PS), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Lara Martinho](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Marina Gonçalves](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rui Rio](#) (PSD), [João Paulo Correia](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Fernando Anastácio](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP). A encerrar o debate, intervieram os Deputados [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Catarina](#)

Martins (BE), *Afonso Oliveira* (PSD) e *José Luís Carneiro* (PS) e o Primeiro-Ministro (António Costa), tendo, depois, a proposta de lei sido aprovada na generalidade.

Procedeu-se ao debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio — Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia e, conjuntamente, ao debate sobre os diversos instrumentos de governação económica da União Europeia que integram o Semestre Europeu, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Lei. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que interveio nos períodos de abertura e de encerramento, os Deputados *Luís Capoulas Santos* (PS), *Isabel Meireles* (PSD), *Fabíola Cardoso* (BE), *Bruno Dias* (PCP), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Cristina Rodrigues* (PAN), *José Luís Ferreira* (PEV), *André Ventura* (CH) e *João Cotrim de Figueiredo* (IL).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 29 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 64 (2020.06.19)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 35 e 36/XIV/1.ª, do Projeto de Lei n.º 451/XIV/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 8/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 521 a 524/XV/1.ª.

Procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PSD, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, sobre o tema «Pedrógão Grande, três anos depois». Após a Deputada *Emília Cerqueira* (PSD) ter aberto o debate, intervieram, além dos Ministros do Ambiente e da Ação Climática (João Pedro Matos Fernandes) e da Administração Interna (Eduardo Cabrita), os Deputados *João Dias* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *André Ventura* (CH), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *Ricardo Vicente* (BE), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Santinho Pacheco* (PS), *Mariana Silva* (PEV) e *Cláudia André* (PSD) — a intervenção desta Deputada originou o uso da palavra, em defesa da honra da bancada, do Deputado *Luís Moreira Testa* (PS), tendo, depois, dado explicações o Deputado *Adão Silva* (PSD).

Foi apreciado o Inquérito Parlamentar n.º 3/XIV/1.ª (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito aos procedimentos de aquisição de equipamentos de proteção individual no âmbito do combate à COVID-19, tendo-se pronunciado, além da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde (Jamila Madeira), os Deputados *André Ventura* (CH), *João Cotrim de Figueiredo* (IL), *André Neves* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *António Filipe* (PCP), *Telmo Correia* (CDS-PP), *Maria Antónia de Almeida Santos* (PS) e *Moisés Ferreira* (BE).

Foi apreciada a Petição n.º 641/XIII/4.ª (Plataforma pela Construção do Centro de Saúde do Feijó) — Pela construção do centro de saúde do Feijó, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 478/XIV/1.ª (BE) — Construção de um centro de saúde no Feijó, 485/XIV/1.ª (PEV) — Pela construção de um centro de saúde no Feijó – Almada e 487/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a construção do centro de saúde no Feijó, concelho de Almada, distrito de Setúbal. Proferiram intervenções os Deputados *Joana Mortágua* (BE), *José Luís Ferreira* (PEV), *Bruno Dias* (PCP), *Ana Rita Bessa* (CDS-PP), *Filipe Pacheco* (PS), *Cristina Rodrigues* (PAN) e *Fernanda Velez* (PSD).

Deu-se conta da apresentação da Proposta de Lei n.º 37/XIV/1.ª.

Foi apreciada a Petição n.º 651/XIII/4.^a (José Carlos Correia e outros) — Carreira de enfermagem - pela justa valorização e dignificação pela adequada transição dos enfermeiros, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 405/XIV/1.^a (BE) — Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia, 407/XIV/1.^a (PCP) — Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro) e 447/XIV/1.^a (CDS-PP) — Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro) e com o Projeto de Resolução n.º 516/XIV/1.^a (PAN) — Pela valorização e dignificação dos enfermeiros em Portugal. Proferiram intervenções os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Telma Guerreiro](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Carla Barros](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º 653/XIII/4.^a (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses) — Descongelamento das progressões – pela justa contagem de pontos a todos os enfermeiros, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 403/XIV/1.^a (BE) — Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem e 406/XIV/1.^a (PCP) — Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras. Usaram da palavra os Deputados [Moisés Ferreira](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Telma Guerreiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 2 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 65 (2020.06.20)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 4/XIV/1.^a (PCP) — Centrada na proteção, nos direitos e nos salários dos trabalhadores no atual contexto económico e social, proferiram intervenções a Deputada [Diana Ferreira](#) (PCP) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados [Olga Silvestre](#) (PSD), [Fernando José](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Eduardo Teixeira](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Vera Prata](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Catarina Marcelino](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Carla Barros](#) (PSD), [Mara Coelho](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Ofélia Ramos](#) (PSD) e [Joana Sá Pereira](#) (PS). No encerramento do debate, intervieram o Deputado [António Filipe](#) (PCP) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Deu-se conta da apresentação dos Projetos de Resolução n.ºs 525 a 527/XIV/1.^a.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 257/XIV/1.^a (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento do Almirante Vieira Matias, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa(a).

Foi lido pela Deputada [Olga Silvestre](#) (PSD) o Projeto de Voto n.º [260/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Almirante Vieira Matias, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa(a).

Foi lido pela Deputada [Edite Estrela](#) (PS) o Projeto de Voto n.º [262/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel Cintra, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa(a).

A seguir à aprovação daqueles projetos de votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [520/XIV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Badajoz.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [8/XIV/1.ª](#) (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º [3/XIV/1.ª](#) (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito aos procedimentos de aquisição de equipamentos de proteção individual no âmbito do combate à COVID-19.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [478/XIV/1.ª](#) (BE) — Construção de um centro de saúde no Feijó, [485/XIV/1.ª](#) (PEV) — Pela construção de um centro de saúde no Feijó – Almada e [487/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a construção de um centro de saúde no Feijó, concelho de Almada, distrito de Setúbal.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, sem votação, por 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [405/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia, [447/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro), [403/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem, [407/XIV/1.ª](#) (PCP) — Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro) e [406/XIV/1.ª](#) (PCP) — Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras e do Projeto de Resolução n.º [516/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela valorização e dignificação dos enfermeiros em Portugal.

Foi aprovado o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2020.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [401/XIV/1.ª](#) (BE) — Investimento extraordinário nas pequenas editoras e livrarias independentes na resposta à crise económica e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [497/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o alargamento do apoio a editoras e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia de COVID-19.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [461/XIV/1.ª](#) (BE) — Plano de emergência social e económico para o Algarve.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [448/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da COVID-19, [452/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garantia de aumento da oferta de transportes públicos em época de desconfinamento e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta, [499/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-COVID, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas e [505/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reforce os incentivos

do Estado ao uso das bicicletas e foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [439/XIV/1.ª](#) (BE) — Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público e [476/XIV/1.ª](#) (N insc.) — Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de plano urgente de estímulo à mobilidade ativa.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa, sem votação, por 30 dias, à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, do Projeto de Resolução n.º [393/XIV/1.ª](#) (BE) — Programa extraordinário de recuperação económica e social para o município de Ovar relativamente à pandemia COVID-19 e, à Comissão de Trabalho e Segurança Social, dos Projetos de Resolução n.ºs [403/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de Ovar, relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus — COVID-19 e [413/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura e Comunicação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [138/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente da Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro, que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circos, e [227/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que, impreterivelmente, regule a legislação relativa a animais nos circos.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [305/XIV/1.ª](#) (PEV) — Privilegiar a política dos três r em detrimento das soluções de fim de linha, [431/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure a qualidade de serviço dos aterros em Portugal e [463/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que promova uma ampla avaliação aos sistemas de gestão de resíduos urbanos em todo o País, com vista a corrigir as inconformidades que comprometem e poderão comprometer a eficiência do setor e a qualidade de vida das populações.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [436/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do rio Tejo e [451/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas para defesa da sustentabilidade do rio Tejo e dá cumprimento à Resolução da AR n.º 63/2019.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [22/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam melhorar as condições de vida e o acesso aos cuidados de saúde por parte de pessoas com doença inflamatória do intestino, [36/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que minimizem o impacto das doenças inflamatórias do intestino na vida destes doentes, [44/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que permitam aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de doenças inflamatórias do intestino e [50/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço das medidas de apoio aos doentes com doença inflamatória do intestino.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 19 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente ([António Filipe](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos, após o que procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º 26/XIV — Alarga o apoio extraordinário ao rendimento dos microempresários e trabalhadores em nome individual devido à redução da atividade económica causada pela epidemia de COVID-19, procedendo à décima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID-19.

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 449/XIV/1.^a (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma no ano letivo de 2020/2021 na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário devido à pandemia da COVID-19. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Porfírio Silva](#) (PS), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Margarida Balseiro Lopes](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Alexandra Tavares de Moura](#) e [Nuno Fazenda](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Carla Sousa](#) e [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [António Cunha](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Luís Leite Ramos](#) (PSD), [Luís Monteiro](#) (BE), [Lúcia Araújo Silva](#) (PS), [Alexandra Vieira](#) (BE), [Cláudia André](#) e [Duarte Marques](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE). No final, procedeu-se à votação, na generalidade, do projeto de lei, tendo sido rejeitado.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 38 a 40/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 452 e 453/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 528 a 534/XIV/1.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 25 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos, após o que informou a Câmara de que a Deputada [Cristina Rodrigues](#), que representava o PAN, passaria a exercer o seu mandato como Deputada não inscrita.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 5/XIV/1.^a (PSD) — Sobre a situação atual da justiça em Portugal, proferiram intervenções o Deputado [Carlos Peixoto](#) (PSD) e a Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem).

Intervieram, depois, durante o debate, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [José Magalhães](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [José Manuel Pureza](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Sandra Cunha](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Cláudia Santos](#) e [Jorge Lacão](#) (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Deputado [André Coelho Lima](#) (PSD) e a Ministra da Justiça.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

Depois de a Presidente em exercício ter anunciado a ordem de trabalhos da próxima sessão, o Deputado [Jorge Lacão](#) (PS), em interpelação à Mesa, considerou implicar falta de racionalidade para o Parlamento o número elevado de diplomas agendados para essa sessão.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 48 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 68 (2020.06.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 454/XIV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 535/XIV/1.^a.

Procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre o tema «estado atual da cultura em Portugal». Proferiram intervenções, na fase de abertura, o Deputado [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e a Ministra da Cultura (Graça Fonseca), tendo-se seguido no uso da palavra, além destes oradores, os Deputados [Rosário Gambôa](#) (PS), [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV), [Pedro Cegonho](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Alexandra Vieira](#) (BE) e [João Oliveira](#) (PCP). No encerramento do debate, proferiram intervenções a Ministra da Cultura e a Deputada [Fernanda Velez](#) (PSD).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 37/XIV/1.^a (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, tendo-se pronunciado a Secretária de Estado do Orçamento (Cláudia Joaquim) e os Deputados [Margarida Balseiro Lopes](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Silva](#) (PAN) e [João Paulo Correia](#) (PS). Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 30 dias, da proposta de lei.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 254/XIV/1.^a (PS) — Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação, 270/XIV/1.^a (PSD) — Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, e 420/XIV/1.^a (PAN) — Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de parceria público-privada (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio). Pronunciaram-se, a diverso título, os Deputados [António Gameiro](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [André Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Duarte Alves](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH). Posteriormente, foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 15 dias, daqueles projetos de lei.

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 260/XIV/1.^a (PSD) — Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas, 410/XIV/1.^a (CDS-PP) — Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS, 426/XIV/1.^a (PCP) — Reforço da capacidade de resposta da segurança social e 441/XIV/1.^a (PS) — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º. Proferiram intervenções os Deputados [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.) e [André Ventura](#) (CH). Posteriormente, foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos Projetos de Lei n.ºs 260, 410 e 441/XIV/1.^a, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento e

Finanças, sem votação, por 30 dias, daqueles diplomas, e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 426/XIV/1.ª.

Foram debatidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 345/XIV/1.ª (BE) — Nacionalização da TAP e da SPdH, 369/XIV/1.ª (PCP) — Controlo público da TAP e da SPdH, 419/XIV/1.ª (IL) — Condiciona a utilização de verbas públicas relativas à TAP à sua aprovação prévia pela Assembleia da República e 430/XIV/1.ª (PEV) — Recuperação do controlo público da TAP. Intervieram os Deputados Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL), José Luís Ferreira (PEV), Cristóvão Norte (PSD), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), André Ventura (CH), André Silva (PAN), Joacine Katar Moreira (N insc.) e Carlos Pereira (PS).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 [Apreciações Parlamentares n.ºs 11/XIV/1.ª (PCP) e 18/XIV/1.ª (BE)]. Usaram da palavra, além da Secretária de Estado da Administração Interna (Patrícia Gaspar), os Deputados António Filipe (PCP), Sandra Cunha (BE), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Mariana Silva (PEV), André Ventura (CH), Francisco Pereira Oliveira (PS) e José Cancela Moura (PSD). No final, a Mesa anunciou a apresentação de propostas de alteração do PAN ao Decreto-Lei.

Foram discutidos, em conjunto, tendo sido rejeitados, o Projeto de Resolução n.º 428/XIV/1.ª (CDS-PP) — Programa extraordinário de recuperação de consultas, exames e cirurgias, o Projeto de Lei n.º 438/XIV/1.ª (PCP) — Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde (na generalidade) e os Projetos de Resolução n.ºs 419/XIV/1.ª (BE) — Plano para a recuperação da atividade programada no Serviço Nacional de Saúde, 449/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda a priorização do investimento nas necessidades estruturais e de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e a valorização de todos os seus profissionais e 453/XIV/1.ª (PEV) — Reforço de investimento no Serviço Nacional de Saúde. Intervieram os Deputados Ana Rita Bessa (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Moisés Ferreira (BE), Bebiana Cunha (PAN), José Luís Ferreira (PEV), João Cotrim de Figueiredo (IL), António Maló de Abreu (PSD), André Ventura (CH) e Sara Velez (PS).

Procedeu-se à discussão conjunta dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Resolução n.º 490/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que preconize as condições necessárias ao funcionamento do ensino superior e da investigação nesta fase do surto epidemiológico — foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 391/XIV/1.ª (BE) — Cria um novo concurso de projetos de IC&DT em todos os domínios científicos — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 392/XIV/1.ª (BE) — Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas — a requerimento do seu autor, baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 30 dias;

Projeto de Lei n.º 424/XIV/1.ª (PAN) — Suspende os prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior — foi aprovado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 425/XIV/1.ª (PAN) — Cria um mecanismo extraordinário de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas como resposta à COVID-19 — a requerimento do seu autor, baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 15 dias;

Projeto de Lei n.º 439/XIV/1.ª (PCP) — Aprova um conjunto de medidas no sentido do reforço dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar no ensino superior — foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 440/XIV/1.ª (PCP) — Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público — a requerimento do seu autor, baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 30 dias;

Projeto de Resolução n.º 465/XIV/1.ª (BE) — Recomenda medidas de reforço da ação social no ensino superior no combate à crise da COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 466/XIV/1.ª (BE) — Recomenda medidas de resposta à crise sanitária, económica e social da COVID-19 no ensino superior e na ciência — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 488/XIV/1.ª (CDS-PP) — Medidas para combater o abandono no ensino superior, na sequência da pandemia de COVID-19 — foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 493/XIV/1.ª (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Recomenda ao Governo apoios de emergência para reforçar a ação social e o alojamento estudantil no ensino superior no contexto da atual crise pandémica provocada pelo vírus SARS-CoV-2 — a requerimento da sua autora, baixou à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sem votação, por 30 dias.

Usaram da palavra naquele debate os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Luís Monteiro](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Isabel Lopes](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) e [Maria Begonha](#) (PS).

Após ter sido lido o Projeto de Voto n.º 266/XIV/1.ª (apresentado pelo PAN) — De pesar pela morte de Dame Vera Lynn, foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Votos n.ºs 264/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus) — De congratulação pelos 35 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE e 265/XIV/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus) — De congratulação pelos 35 anos do Acordo de Schengen.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PEV, de baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV) — Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 188/XIV/1.ª (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 197/XIV/1.ª (BE) — Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais e 200/XIV/1.ª (PCP) — Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 79/XIV/1.ª (BE) — Pelo fim do financiamento público das culturas agrícolas intensivas e superintensivas e aposta na transição ecológica.

Foram rejeitados os pontos 1 a 4 e aprovados os pontos 5 e 6 do Projeto de Resolução n.º 502/XIV/1.ª (BE) — Medidas extraordinárias de combate à pobreza infantil.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 467/XIV/1.ª (BE) — Apoio às organizações não governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise COVID-19.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo ao Projeto de Lei n.º 350/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, retificado pela Declaração de

Retificação n.º 18-C/2020, de 5 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros [Apreciações Parlamentares n.ºs [12/XIV/1.ª](#) (BE), [13/XIV/1.ª](#) (PCP) e [20/XIV/1.ª](#) (PSD)].

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [264/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a modernização da rede de monitorização da qualidade do ar, [287/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ar a nível nacional, [320/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforço da informação, monitorização e caracterização da qualidade do ar ambiente em Portugal, [410/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão e modernização da rede de estações e subestações de monitorização da qualidade do ar em Portugal e a elaboração e implementação dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar previstos na Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, bem como a elaboração de um plano anual de mitigação dos impactos causados pela poluição atmosférica com vista a garantir a melhoria da qualidade do ar em todo o território nacional e [474/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova a melhoria da qualidade do ar em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [41/XIV/1.ª](#) (BE) — Salvar as matas litorais: compromissos de curto e longo prazo, [42/XIV/1.ª](#) (PEV) — Pela defesa do pinhal de Leiria, [43/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o cumprimento de critérios de silvicultura no âmbito do Plano de Recuperação da Mata Nacional de Leiria e [49/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recuperação, acompanhamento e monitorização da valorização da Mata Nacional de Leiria.

Entretanto, em interpelação à Mesa, o Deputado [Ascenso Simões](#) (PS) sensibilizou a Mesa em relação ao facto de a hora adiantada da sessão afetar os Deputados eleitos pelos círculos fora de Lisboa.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária e da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 536 e 537/XIV/1.ª.

O Presidente ([António Filipe](#)) encerrou a sessão eram 15 horas e 40 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 69 (2020.07.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 41 a 46/XIV/1.ª, das Apreciações Parlamentares n.ºs 21 a 23/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 455 a 457/XIV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 538 a 542/XIV/1.ª.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º [6/XIV/1.ª](#) (BE) — Sobre a resposta à COVID-19 na Grande Lisboa nos transportes e na habitação, proferiram intervenções a Deputada [Isabel Pires](#) (BE) e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos).

Intervieram, depois, durante o debate, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [André Silva](#) (PAN), [Carlos Silva](#) (PSD), [Ricardo Leão](#) (PS), [Mariana Silva](#) (PEV), [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Maria Manuel Rola](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Marques](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [Filipa Roseta](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Jorge Costa](#) (BE), [André Pinotes Batista](#) (PS), [João Oliveira](#) (PCP) e [Carlos Pereira](#) (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE), o Ministro das Infraestruturas e da Habitação e o Secretário de Estado da Mobilidade ([Eduardo Pinheiro](#)).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 2 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 70 (2020.07.03)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

No âmbito de um debate, marcado pelo CDS-PP, sobre autoridade do Estado e segurança dos cidadãos, foram discutidos, na generalidade, tendo sido rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [101/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Agravamento da moldura penal para crimes praticados contra agentes das forças ou serviços de segurança (Quinquagésima alteração ao Código Penal) e [454/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Criação do tipo legal de crime de ofensa à integridade física e à honra de agente das forças e serviços de segurança (Quinquagésima alteração ao Código Penal), juntamente com o Projeto de Resolução n.º [535/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Pela criação de um regime efetivamente dissuasor da violação das obrigações decorrentes do estado de emergência ou de calamidade, que foi igualmente rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Sandra Cunha](#) (BE), [André Silva](#) (PAN), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Cláudia Santos](#) (PS), [José Manuel Pureza](#) (BE), [André Neves](#) (PSD), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Joana Sá Pereira](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) e [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Duarte Marques](#) (PSD) e [Francisco Pereira Oliveira](#) (PS).

Entretanto, deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 545, 546 e 552 a 554/XIV/1.ª, da Proposta de Lei n.º 48/XIV/1.ª e dos Projetos de Lei n.ºs 458 a 462/XIV/1.ª.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 71 (2020.07.04)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PCP e à respetiva substituição, que foi posteriormente aprovado.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do [artigo 64.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre teletrabalho, agendado pelo PAN. Na fase de abertura, interveio a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquela oradora, os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [Lina Lopes](#) (PSD), [Cristina Moreira](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Maria Begonha](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Maria Germana Rocha](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Pedro Roque](#) (PSD), [Alexandra Tavares de Moura](#) e [Marta Freitas](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.),

Helga Correia e Carla Barros (PSD), Luís Moreira Testa (PS) e António Gameiro (PS). No encerramento do debate, usou de novo da palavra a Deputada Inês de Sousa Real (PAN).

Após terem sido aprovados requerimentos do CDS-PP, do PAN, do PSD, do BE, do PS e do PCP de avocação, pelo Plenário, da votação, na especialidade, de propostas de alteração relativas ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 33/XIV/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento Suplementar para 2020, usaram da palavra os Deputados Duarte Pacheco (PSD), Porfírio Silva (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Bebiana Cunha (PAN), Pedro Filipe Soares (BE), João Paulo Correia (PS) e Duarte Marques (PSD). De seguida, o texto final foi aprovado na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas. Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados Duarte Alves (PCP), Marina Gonçalves (PS), Afonso Oliveira (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN) e José Luís Ferreira (PEV).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 542/XIV/1.ª (PAR) — Composição da Comissão Permanente.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 506/XIV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de apoio extraordinário ao setor agrícola, em resultado de fenómeno climático adverso ocorrido nas regiões Norte e Centro, 513/XIV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de minimização dos prejuízos verificados no setor da fruticultura e em produções agrícolas, face às condições atmosféricas extremas ocorridas a 31 de maio no Centro e Norte do País, 514/XIV/1.ª (CDS-PP) — Apoio aos produtores das regiões Norte e Centro afetados pelas intempéries de 29 e 31 de maio, 518/XIV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o apoio urgente aos produtores afetados por eventos meteorológicos extremos e promoção de sistemas de produção agrícola diversificados e 536/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo o apoio aos agricultores afetados pela intempérie de final de maio nas regiões Centro e Norte do País.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 534/XIV/1.ª (PCP) — Recomenda o apoio ao circo e às artes circenses.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 129/XIV/1.ª (PEV) — Pelo fim da pesquisa e exploração de hidrocarbonetos na área denominada «Batalha e Pombal», 221/XIV/1.ª (BE) — Pelo cancelamento dos contratos de prospeção e produção de hidrocarbonetos e 530/XIV/1.ª (PCP) — Pela suspensão da prospeção de hidrocarbonetos – Batalha e Pombal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 508/XIV/1.ª (PEV) — Estratégia nacional para o fomento do arvoredo urbano.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 15 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 196/XIV/1.ª (BE) — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril) e 203/XIV/1.ª (PAN) — Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril).

Foi aprovado, em votação final global, o Projeto de Resolução n.º 64/XIV/1.ª (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Concessão de honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 49/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 463 a 466 e 468 a 470/XIV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 543, 547 a 551 e 555 a 557/XIV/1.^a, das Apreciações Parlamentares n.ºs 24 e 25/XIV/1.^a e do Projeto de Regimento n.º 8/XIV/1.^a

Em interpelação à Mesa, o Deputado **André Ventura** (CH) questionou a retirada da ordem de trabalhos do agendamento, por arrastamento, do Projeto de Lei n.º 411/XIV/1.^a — Altera a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, alterando o artigo 10.º, consagrando respetivamente o período de nojo entre o exercício de cargos governamentais e instituições públicas e privadas e a incompatibilidade vitalícia de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos poderem exercer quaisquer cargos ou funções em empresas com as quais tenham negociado, pelo Estado, enquanto titulares da pasta da tutela que representavam. Após a explicação dada pelo Presidente, o Deputado **André Ventura** (CH) solicitou a votação pelo Plenário da ordem de trabalhos, que foi aprovada, tendo ainda usado da palavra o Deputado **Luís Moreira Testa** (PS).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 38/XIV/1.^a (ALRAA) — Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março. Intervieram os Deputados **Inês de Sousa Real** (PAN), **Pedro Filipe Soares** (BE), **António Filipe** (PCP), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **André Ventura** (CH), **Isabel Rodrigues** (PS) e **António Ventura** (PSD). Posteriormente, a proposta de lei foi aprovada na generalidade.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 41/XIV/1.^a (GOV) — Estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Intervieram, além do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (**André Moz Caldas**), os Deputados **João Cotrim de Figueiredo** (IL), **Bruno Dias** (PCP), **Isabel Pires** (BE), **André Silva** (PAN), **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP), **Jorge Salgueiro Mendes** (PSD), **André Ventura** (CH) e **Carlos Pereira** (PS).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 42/XIV/1.^a (GOV) — Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e os Projetos de Lei n.ºs 452/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece um regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais, 464/XIV/1.^a (PCP) — Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento e 469/XIV/1.^a (BE) — Regime excecional de renda não habitacional para lojistas e retalhistas afetados na sua atividade que tenham visto o estabelecimento encerrado ou limitado no horário. Intervieram o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor (**João Torres**) e os Deputados **Bruno Dias** (PCP), **Maria Manuel Rola** (BE), **Cristina Rodrigues** (N insc.), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Márcia Passos** (PSD), **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP) e **Hugo Carvalho** (PS).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 40/XIV/1.^a (GOV) — Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico, e o

Projeto de Lei n.º 388/XIV/1.ª (CH) — Aditamento à Lista I anexa ao Código do IVA com a inclusão dos serviços prestados na área do exercício físico nos ginásios, clubes de fitness e de saúde. Proferiram intervenções o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes) e os Deputados André Ventura (CH), Alberto Fonseca (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Duarte Alves (PCP) e Vera Braz (PS).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 34/XIV/1.ª (GOV) — Prorroga o prazo de um regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da COVID-19, e altera as regras sobre endividamento das autarquias locais, tendo-se pronunciado a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (Alexandra Leitão) e os Deputados Bebiana Cunha (PAN), Isaura Morais (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paula Santos (PCP), José Maria Cardoso (BE) e Nuno Sá (PS).

Foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 1236/XIII/4.ª (Cidadãos) — Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas, 22/XIV/1.ª (PEV) — Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos, 243/XIV/1.ª (BE) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais, 257/XIV/1.ª (PAN) — Pela não utilização de dinheiros públicos para financiamento de atividades tauromáquicas e 468/XIV/1.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Impede a utilização de dinheiros públicos para financiamento direto ou indireto de atividades tauromáquicas. Intervieram os Deputados Mariana Silva (PEV), Maria Manuel Rola (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Cristina Rodrigues (N insc.), João Cotrim de Figueiredo (IL), Fernanda Velez (PSD), Alma Rivera (PCP), André Ventura (CH), Telmo Correia (CDS-PP) e Maria da Luz Rosinha (PS).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 133/XIV/1.ª (Cidadãos) — Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica — Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 agosto —, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho — Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto — e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro — Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro —, 462/XIV/1.ª (PCP) — Valorização da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica e 463/XIV/1.ª (BE) — Altera a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, de forma a valorizar os trabalhadores juntamente com o Projeto de Resolução n.º 551/XIV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que regularize a carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Intervieram os Deputados João Dias (PCP), Moisés Ferreira (BE), Bebiana Cunha (PAN), Ana Rita Bessa (CDS-PP), José Luís Ferreira (PEV), Cristina Rodrigues (N insc.), Carla Borges (PSD) e Alexandra Tavares de Moura (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 559, 560, 562, 563 e 567/XIV/1.ª.

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, que altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional [Apreciações Parlamentares n.ºs 21/XIV/1.ª (PSD), 22/XIV/1.ª (BE) e 23/XIV/1.ª (PCP)], tendo-se pronunciado os Deputados Carlos Peixoto (PSD), José Maria Cardoso (BE), Paula Santos (PCP), João Cotrim de Figueiredo (IL), José Luís Ferreira (PEV), Cecília Meireles (CDS-PP), André Ventura (CH), Bebiana Cunha (PAN) e Luís Moreira Testa (PS) e, no final, a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 19 horas e 26 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Apreciação Parlamentar n.º 26/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 467, 471 e 472/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 558, 561 e 564 a 566/XIV/1.^a.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do [artigo 64.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre «A política alternativa e a resposta às necessidades do povo português: soberania alimentar, produção e emprego», agendado pelo PCP.

Na abertura do debate, interveio o Deputado [António Filipe](#) (PCP), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [Pedro do Carmo](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [António Lima Costa](#) (PSD), [Mariana Silva](#) (PEV), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Dias](#) (PCP), [Célia Paz](#) e [João Azevedo Castro](#) (PS), [João Moura](#) (PSD), [André Silva](#) (PAN), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Francisco Rocha](#) (PS), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Paulo Leitão](#) (PSD), [João Miguel Nicolau](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [António Ventura](#) (PSD), [Lara Martinho](#) (PS) e [João Gomes Marques](#) (PSD).

A encerrar o debate, proferiu uma intervenção a Deputada [Paula Santos](#) (PCP).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 16 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma do mandato de um Deputado do PSD e à cessação do mandato do Deputado substituto.

Deu-se conta da retirada, pelo IL, do seu Projeto de Resolução n.º 522/XIV/1.^a e da caducidade do processo relativo à apreciação do Decreto-Lei n.º 23/2020, de 22 de maio — Estabelece as regras para a celebração de contratos de parceria de gestão na área da saúde [Apreciações Parlamentares n.ºs 16/XIV/ 1.^a (PCP) e 19/XIV/1.^a (PSD)].

Procedeu-se ao debate sobre as prioridades da presidência do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e pela Lei n.º 18/2018, de 2 de maio) e sobre o relatório anual, enviado pelo Governo, relativo à participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 4 do artigo 5.º da mesma Lei, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [556/XIV/1.^a](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia, 2019, e [566/XIV/1.^a](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção, pela Assembleia da República, das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020.

Usaram da palavra, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva), os Deputados [Luís Capoulas Santos](#) e [Isabel Oneto](#) (PS), [Isabel Meireles](#) (PSD), [Fabiola Cardoso](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [André Ventura](#) (CH) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [456/XIV/1.ª](#) (PS) — Alarga o prazo para a realização, por meios de comunicação à distância, das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. Intervieram os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [43/XIV/1.ª](#) (GOV) — Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual e o Projeto de Lei n.º [465/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Aditamento ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, introduzindo o processo de conciliação fiscal, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [548/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela transparência e equilíbrio na relação do Estado com o contribuinte. Intervieram, além do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [António Ventura](#) (PSD), [Fernando Anastácio](#) (PS) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [44/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual, tendo proferido intervenções o Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media (Nuno Artur Silva) e os Deputados [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Isabel Lopes](#) (PSD), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Jorge Costa](#) (BE), [André Ventura](#) (CH) e [Rosário Gambôa](#) (PS).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [45/XIV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131. Proferiram intervenções o Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional (Miguel Cabrita) e os Deputados [João Dias](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sandra Pereira](#) (PSD), [João Azevedo Castro](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.) e [José Moura Soeiro](#) (BE).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [46/XIV/1.ª](#) (GOV) — Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022. Intervieram a Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Manuel Pureza](#) (BE), [Elza Pais](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.) e [André Ventura](#) (CH) e ainda o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (Antero Luís).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [49/XIV/1.ª](#) (GOV) — Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo. Proferiram intervenções, além da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (Alexandra Leitão), os Deputados [Bebiana Cunha](#) (PAN), [José Cancela Moura](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Fernando Paulo Ferreira](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [48/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à COVID-19. Intervieram o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais e os Deputados [Lina Lopes](#) (PSD), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Carlos Brás](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Luís Monteiro](#) (BE), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [André Silva](#) (PAN).

Deu-se conta da apresentação do Projeto de Resolução n.º [568/XIV/1.ª](#).

DAR — I SÉRIE — N.º 75 (2020.07.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Tribunal Constitucional, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Económico e Social, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho Superior de Informações, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários e o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço.

Foram discutidos e aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [199/XIV/1.ª](#) (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o registo internacional de navios da Madeira (MAR) e [221/XIV/1.ª](#) (PS) — Procede à nona alteração do Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o registo internacional de navios da Madeira. Intervieram os Deputados [Sara Madrugada Costa](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Ricardo Vicente](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [Beatriz Gomes Dias](#) (BE).

Foi debatido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [226/XIV/1.ª](#) (PSD) — Nona alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais. Intervieram os Deputados [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [José Maria Cardoso](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP) e [André Ventura](#) (CH).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [227/XIV/1.ª](#) (PSD) — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) e terceira alteração à Lei n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos), que foi aprovado, [235/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) para os partidos políticos, [240/XIV/1.ª](#) (IL) — Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho), [241/XIV/1.ª](#) (BE) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal e igualdade de tratamento, [248/XIV/1.ª](#) (PAN) — Revoga benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos, diminui os limites das despesas de campanha eleitoral e restabelece limites das receitas de angariação de fundos (oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho) e [259/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, que foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [André Silva](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [Cristina Rodrigues](#) (N insc.), [André Ventura](#) (CH) e [Jorge Lacão](#) (PS).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [457/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quarta alteração ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, introduzindo a participação obrigatória de pessoas da sociedade civil nas comissões parlamentares de inquérito, que foi rejeitado, [458/XIV/1.ª](#) (PSD) — Extingue a Comissão Parlamentar de Transparência e Estatuto dos Deputados e cria, em sua substituição, o conselho de transparência e estatuto dos Deputados, procedendo à décima quarta alteração ao

Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março, e à primeira alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, que foi rejeitado, [459/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quinta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do Direito de Petição), que foi aprovado, e [460/XIV/1.ª](#) (PSD) — Terceira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, que foi aprovado, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [543/XIV/1.ª](#) (PSD) — Primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 210/2019, de 20 de setembro, que aprova o Código de Conduta dos Deputados à Assembleia da República, que foi rejeitado, e com, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º [466/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos de participação no âmbito das iniciativas legislativas dos cidadãos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que foi aprovado. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Lacão](#) (PS), [José Manuel Pureza](#) (BE), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [André Coelho Lima](#) (PSD).

No início do período regimental de votações, o Deputado [André Silva](#) (PAN) recorreu para o Plenário da decisão da Mesa de incluir no respetivo guião um voto de pesar pelo falecimento do maestro Mário Coelho. Após terem usado da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Telmo Correia](#) (CDS-PP) e [André Ventura](#) (CH), o recurso foi rejeitado.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [268/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do médico Vítor Duarte, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Pedro do Carmo](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [279/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António Saleiro, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [280/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento de Alfredo Tropa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [282/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo CH) — De pesar pelo falecimento do maestro Mário Coelho, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [286/XIV/1.ª](#) (apresentado pelo CH, pelo PSD e pelo CDS-PP) — De pesar pela morte de dois militares, em serviço, da Guarda Nacional Republicana, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [568/XIV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por 30 dias, da Proposta de Lei n.º [41/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [42/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da COVID-19.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos partidos autores dos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, sem votação, por um prazo de 15 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [452/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece um regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais, [464/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento e [469/XIV/1.ª](#) (BE) — Regime excecional de renda não habitacional para lojistas e retalhistas

afetados na sua atividade que tenham visto o estabelecimento encerrado ou limitado no horário.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [39/XIV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [40/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [388/XIV/1.ª](#) (CH) — Aditamento à Lista I anexa ao Código do IVA com a inclusão dos serviços prestados na área do exercício físico nos ginásios, clubes de fitness e de saúde.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, com a concordância do Governo e demais grupos parlamentares, solicitando a votação, na generalidade, na especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º [34/XIV/1.ª](#) (GOV) — Prorroga o prazo de um regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da COVID-19, e altera as regras sobre endividamento das autarquias locais. A proposta de lei foi, depois, aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [1236/XIII/4.ª](#) (Cidadãos) — Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas, [22/XIV/1.ª](#) (PEV) — Impede o financiamento público aos espetáculos tauromáquicos, [243/XIV/1.ª](#) (BE) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais, [257/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela não utilização de dinheiros públicos para financiamento de atividades tauromáquicas e [468/XIV/1.ª](#) (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Impede a utilização de dinheiros públicos para financiamento direto ou indireto de atividades tauromáquicas.

Foram aprovados requerimentos, apresentados, respetivamente, pelo PSD, pelo PCP e pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, sem votação, por 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [133/XIV/1.ª](#) (Cidadãos) — Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica — Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 agosto —, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho — Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto — e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro — Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro —, sendo que esta baixa é do conhecimento e aceitação da representante e 1.ª subscritora da iniciativa legislativa, [462/XIV/1.ª](#) (PCP) — Valorização da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica e [463/XIV/1.ª](#) (BE) — Altera a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, de forma a valorizar os trabalhadores.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [551/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que regularize a carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [559/XIV/1.ª](#) (BE), [560/XIV/1.ª](#) (PCP), [562/XIV/1.ª](#) (CDS-PP), [563/XIV/1.ª](#) (IL) e [567/XIV/1.ª](#) (PEV) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, que altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional [Apreciações Parlamentares n.ºs [21/XIV/1.ª](#) (PSD), [22/XIV/1.ª](#) (BE) e [23/XIV/1.ª](#) (PCP)].

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [186/XIV/1.ª](#) (PSD) — Segunda alteração ao regime de acesso à informação administrativa e

ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, adequando a composição da Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos ao novo regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [556/XIV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do Relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2019» e [566/XIV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção, pela Assembleia da República, das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [456/XIV/1.ª](#) (PS) — Alarga o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a alteração entretanto aprovada. De seguida, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa da redação final e do prazo de reclamação contra inexatidões relativamente àquele projeto de lei.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [43/XIV/1.ª](#) (GOV) — Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual, foi rejeitado, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º [465/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Aditamento ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, introduzindo o processo de conciliação fiscal, e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [548/XIV/1.ª](#) (IL) — Pela transparência e equilíbrio na relação do Estado com o contribuinte.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [44/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Trabalho e Segurança Social, sem votação, por 60 dias, da Proposta de Lei n.º [45/XIV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [46/XIV/1.ª](#) (GOV) — Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [49/XIV/1.ª](#) — Promove a simplificação de diversos procedimentos administrativos, incluindo das autarquias locais, e introduz alterações ao Código do Procedimento Administrativo.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [48/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à doença COVID-19.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos autores dos respetivos diplomas, solicitando a baixa à Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, sem votação, por 45 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [455/XIV/1.ª](#) (PSD) — Clarifica o regime em que se integram os trabalhadores da entidade cedente na entidade cessionária, no âmbito do n.º 4 do artigo 244.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e [467/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça as garantias dos trabalhadores da entidade cedente na entidade cessionária, procedendo à décima segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [471/XIV/1.ª](#) (PS) — Altera o anexo à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, harmonizando o conteúdo da Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos com o respetivo formulário.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [537/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda o apoio às associações e coletivos LGBTI no âmbito da crise epidémica.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [494/XIV/1.ª](#) (BE) — Distribuição gratuita de produtos de saúde menstrual.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [495/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas para um diagnóstico e tratamento precoces da endometriose.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [519/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o não abate de 31 sobreiros e a promoção da coexistência de usos na construção da residência estudantil no Porto.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [493/XIV/1.ª](#) (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Recomenda ao Governo apoios de emergência para reforçar a ação social e o alojamento estudantil no ensino superior, no contexto da atual crise pandémica provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [136/XIV/1.ª](#) (BE) — Alarga a oferta de serviços de programas na TDT e [523/XIV/1.ª](#) (PSD) — Alargamento da oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre (TDT).

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [512/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da vigilância epidemiológica da COVID-19 nas fronteiras nacionais e [552/XIV/1.ª](#) (PSD) — Pelo controlo do transporte aéreo que responda à contenção da pandemia e à recuperação do turismo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [366/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes, no contexto da resposta à epidemia da COVID-19, [431/XIV/1.ª](#) (BE) — Medidas de apoio às empresas itinerantes de diversão e restauração e [432/XIV/1.ª](#) (BE) — Cria um regime especial de incentivo à atividade desenvolvida pelas feiras e mercados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [464/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à epidemia de COVID-19 e [468/XIV/1.ª](#) (PS) — Cria uma comissão eventual de acompanhamento do processo de recuperação económica e social.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [506/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de apoio extraordinário ao setor agrícola, em resultado de fenómeno climático adverso ocorrido nas regiões Norte e Centro, [513/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de minimização dos prejuízos verificados no setor da fruticultura e em produções agrícolas, face às condições atmosféricas extremas ocorridas a 31 de maio no Centro e Norte do País, [514/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Apoio aos produtores das regiões Norte e Centro afetados pelas intempéries de 29 e 31 de maio, [518/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o apoio urgente aos produtores afetados por eventos meteorológicos extremos e promoção de sistemas de produção agrícola diversificados e [536/XIV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o apoio aos agricultores afetados pela intempérie de final de maio nas regiões Centro e Norte do País.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [448/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte durante e após a crise da COVID-19, [452/XIV/1.ª](#) (PEV) — Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta, [499/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-COVID, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas e [505/XIV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reforce os incentivos do Estado ao uso das bicicletas.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º 440/XIV/1.^a (PCP) — Aprova um conjunto de medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público (o PCP retirou a sua iniciativa a favor deste texto).

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 392/XIV/1.^a (BE) — Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas e 425/XIV/1.^a (PAN) — Cria um mecanismo extraordinário de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas como resposta à COVID-19 (o BE e o PAN retiraram as suas iniciativas a favor deste texto).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 76 (2020.07.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 34 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do BE e à respetiva substituição.

De seguida, foram anunciados os resultados das eleições que decorreram na anterior reunião plenária, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho Superior da Magistratura, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Económico e Social, a Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, o Tribunal Constitucional e o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço e não tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Conselho Superior de Informações, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 50 e 51/XIV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 473 a 476/XIV/1.^a, do Projeto de Deliberação n.º 9/XIV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 569 a 587/XIV/1.^a.

A Deputada [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD) interpôs recurso da decisão da Mesa de não incluir no guião de votações um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário de normas relativas a alterações ao Regimento, tendo o recurso sido rejeitado. Usou ainda da palavra o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 290/XIV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do BE, do PAN, do PEV, do CH, do PS e do PSD) — De saudação ao Centenário de Amália Rodrigues, após o que foi projetado um vídeo evocativo da artista, ao som do fado Com Que Voz. De seguida, foi aprovada, por unanimidade e aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 293/XIV/1.^a (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Luís Filipe Costa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 296/XIV/1.ª (apresentado pelo PS, pelo PSD, pelo BE, pelo PCP, pelo CDS-PP, pelo PAN, pelo IL e pelas Deputadas não inscritas [Joacine Katar Moreira](#) e [Cristina Rodrigues](#)) — De pesar pela morte em serviço dos bombeiros Filipe André Azinheiro Pedrosa e José Augusto Dias Fernandes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 297/XIV/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pela Deputada não inscrita [Cristina Rodrigues](#) e por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelo falecimento de António Franco, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A seguir à aprovação daqueles projetos de votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 3/XIV/1.ª — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (9.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 34.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro).

Foram aprovados, em conjunto, os seguintes requerimentos de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, de propostas de alteração:

Da autoria do BE, relativo ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre os Projetos de Lei n.ºs 117/XIV/1.ª (PAN) e 118/XIV/1.ª (PCP);

Da autoria do BE e do PAN, relativos ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o Projeto de Lei n.º 226/XIV/1.ª (PSD);

Da autoria do BE e do PAN, relativos ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre os Projetos de Regimento n.ºs 1/XIV/1.ª (IL), 2/XIV/1.ª (CH), 3/XIV/1.ª (PS), 4/XIV/1.ª (PSD), 5/XIV/1.ª (CDS-PP), 6/XIV/1.ª (PAN), 7/XIV/1.ª (IL) e 8/XIV/1.ª (PSD);

Da autoria do PCP, relativo ao texto de substituição, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, sobre a Proposta de Lei n.º 3/XIV/1.ª (GOV) e os Projetos de Lei n.ºs 27/XIV/1.ª (CDS-PP), 57/XIV/1.ª (PAN), 121/XIV/1.ª (PCP), 180/XIV/1.ª (BE) e 193/XIV/1.ª (PSD);

Da autoria do PAN, relativo ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a Proposta de Lei n.º 46/XIV/1.ª (GOV);

Da autoria do BE, do PCP e do PAN, relativos ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre o Projeto de Lei n.º 459/XIV/1.ª (PSD);

Da autoria do BE, relativo ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, sobre o Projeto de Lei n.º 216/XIV/1.ª (PSD).

Na sequência da aprovação do requerimento, do BE, de avocação de uma proposta de alteração relativa ao texto final sobre os Projetos de Lei n.ºs 117/XIV/1.ª (PAN) — Alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em território português após o dia 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade (procede à nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro) e 118/XIV/1.ª (PCP) — Alarga a aplicação do princípio do jus soli na Lei da Nacionalidade Portuguesa (Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade), usaram da palavra os Deputados [Beatriz Gomes Dias](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Joacine Katar Moreira](#) (N insc.), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [André Ventura](#) (CH). Após ter sido rejeitada a proposta de alteração, aquele texto final foi aprovado na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na Comissão) e em votação final global por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Na sequência da aprovação dos requerimentos, do BE e do PAN, de avocação de uma proposta de alteração relativa ao texto final sobre o Projeto de Lei n.º 226/XIV/1.ª (PSD) — Nona alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais, usaram da palavra os Deputados [José Maria Cardoso](#) (BE), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [André Silva](#) (PAN), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Telmo Correia](#)

(CDS-PP) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS). Após ter sido aprovada a proposta de alteração, aquele texto final foi, depois, aprovado em votação final global por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Na sequência da aprovação dos requerimentos, do BE e do PAN, de avocação de propostas relativas ao texto final sobre os Projetos de Regimento n.ºs [1/XIV/1.ª](#) (IL) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos, [2/XIV/1.ª](#) (CH) — Alteração ao Regimento da Assembleia da República eliminando a diferença qualitativa de tratamento atualmente existente entre os partidos políticos representados nesta Assembleia, [3/XIV/1.ª](#) (PS) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República, [4/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, alargando os direitos dos Deputados únicos representantes de um partido e definindo critérios de fixação de grelhas de tempos, [5/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República, [6/XIV/1.ª](#) (PAN) — Procede à quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, [7/XIV/1.ª](#) (IL) — Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a regulamentar a emissão de votos e [8/XIV/1.ª](#) (PSD) — Concretiza a terceira fase de alterações ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, nesta Legislatura, usaram da palavra os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [André Silva](#) (PAN), [José Luís Ferreira](#) (PEV), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [António Filipe](#) (PCP), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [André Coelho Lima](#) (PSD) e [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS). Após terem sido aprovadas propostas de alteração, aquele texto final foi aprovado em votação final global por maioria absoluta dos Deputados presentes.

Foi aprovado, em votação final global, por maioria dos Deputados em efetividade de funções, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [38/XIV/1.ª](#) (ALRAA) — Nona alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, 2/2012, de 14 de junho, 3/2015, de 12 de fevereiro, e 4/2015, de 16 de março.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [9/XIV/1.ª](#) (PAR) — Altera a Deliberação n.º 3-PL/2020, de 19 de junho (Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [581/XIV/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [586/XIV/1.ª](#) (PAR) — Apreciação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [587/XIV/1.ª](#) (PAR) — Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º [1/XIV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Decisão n.º 3/2019 do Comité de Embaixadores ACP-EU, de 17 de dezembro de 2019, que adota medidas transitórias nos termos do artigo 95.º, n.º 4, do Acordo de Parceria ACP-EU.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [524/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas de reforço da segurança e assistência a banhistas e [538/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Medidas de apoio à assistência a banhistas no âmbito da atual crise pandémica provocada pela COVID-19.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [557/XIV/1.ª](#) (BE) — Inclusão do circo tradicional nos apoios às artes.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [168/XIV/1.ª](#) (BE) — Moratória à venda ou cessão de património do Estado em cidades em carência habitacional e [230/XIV/1.ª](#) (PCP) — Mobilização do património público habitacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [540/XIV/1.ª](#) (BE) — Reforço da oferta de transporte ferroviário e complementaridade com o transporte rodoviário para garantir condições de segurança e foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [564/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela promoção de medidas de defesa da segurança e saúde pública no transporte ferroviário para combater a epidemia de COVID-19, [541/XIV/1.ª](#) (BE) — Pelo levantamento do layoff no setor dos transportes e [565/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pelo fim do regime de layoff nas empresas de transportes públicos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [473/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que tome medidas de mitigação dos efeitos negativos da crise da COVID-19 no ensino profissional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [570/XIV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a continuidade de realização de sessões de informação, divulgação e debate sobre a evolução da situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [576/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que sensibilize a União Europeia no sentido de ser ativada, com urgência, a cooperação humanitária na luta contra o terrorismo em Moçambique.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [161/XIV/1.ª](#) (PCP) — Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [162/XIV/1.ª](#) (PCP) — Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [223/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo programação de medidas de mobilidade e redução do uso do automóvel através de um plano de transportes intermodais, nomeadamente no que concerne à CP e à Metro do Porto.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [558/XIV/1.ª](#) (BE) — Recomenda o prolongamento do fornecimento de refeições escolares aos alunos beneficiários da ação social escolar durante as férias de verão.

Foi aprovado, em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [409/XIV/1.ª](#) (BE) — Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais, [421/XIV/1.ª](#) (PEV) — Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da COVID-19 e [423/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura e Comunicação, relativo ao Projeto de Resolução n.º [136/XIV/1.ª](#) (BE) — Alarga a oferta de serviços de programas na TDT.

Foi aprovado, em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [393/XIV/1.ª](#) (BE) — Programa extraordinário de recuperação económica e social para o município de Ovar relativamente à pandemia COVID-19, [403/XIV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de Ovar relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus — COVID-19 e [413/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [153/XIV/1.ª](#) (PEV) — Sobre a aplicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, relativa a centros de recolha oficial de animais e proibição de abate de animais errantes, [224/XIV/1.ª](#) (BE) — Monitorização e avaliação do

programa de apoio à esterilização de animais errantes e de companhia e da implementação da rede de centros de recolha oficiais e [247/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de um grupo de trabalho que promova o acompanhamento da lei que determina o fim dos abates e criação da estratégia nacional para os animais errantes.

Foi rejeitado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [228/XIV/1.ª](#) (PCP) — Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (Décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).

Foi rejeitado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [229/XIV/1.ª](#) (PCP) — Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (Décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [398/XIV/1.ª](#) (PEV) — Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), [399/XIV/1.ª](#) (PEV) — Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e [401/XIV/1.ª](#) (BE) — Regulamenta os suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade (Décima sexta alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas). Posteriormente, os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP) e [José Cancela Moura](#) (PSD) proferiram declarações de voto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [452/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece um regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais, [464/XIV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento e [469/XIV/1.ª](#) (BE) — Regime excecional de renda não habitacional para lojistas e retalhistas afetados na sua atividade que tenham visto o estabelecimento encerrado ou limitado no horário.

Na sequência da aprovação do requerimento, do PCP, de avocação de propostas relativas ao texto de substituição sobre a Proposta de Lei n.º [3/XIV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e os Projetos de Lei n.ºs [27/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e procede à 7.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, [57/XIV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e alarga os direitos dos antigos combatentes, antigos militares e deficientes das forças armadas (procede à 7.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à 1.ª alteração à Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, à 1.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, e à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro), [121/XIV/1.ª](#) (PCP) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente, [180/XIV/1.ª](#) (BE) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente e [193/XIV/1.ª](#) (PSD) — Aprova o Estatuto do Antigo Combatente, usaram da palavra os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Diogo Leão](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH). As propostas de alteração foram rejeitadas, tendo o texto de substituição sido aprovado na generalidade, na especialidade (foram assumidas, pelo Plenário, as votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções. Posteriormente, os Deputados [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP) e [Ana Miguel dos Santos](#) (PSD) proferiram declarações de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [187/XIV/1.ª](#) (PS) — Procede ao reforço do quadro sancionatório e processual em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, cumprindo a Diretiva n.º 2011/93/UE, do

Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e estabelece deveres de informação e de bloqueio automático de sites contendo pornografia de menores ou material conexo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 [Apreciações Parlamentares n.ºs [11/XIV/1.ª](#) (PCP) e [18/XIV/1.ª](#) (BE)].

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [199/XIV/1.ª](#) (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o registo internacional de navios da Madeira (MAR) e [221/XIV/1.ª](#) (PS) — Procede à nona alteração do Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, que cria o Registo Internacional de Navios da Madeira.

Após aprovação do requerimento, apresentado pelo PCP, solicitando a votação na generalidade, na especialidade e em votação final global do Projeto de Lei n.º [205/XIV/1.ª](#) (PCP) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais, o projeto de lei foi rejeitado na generalidade, na especialidade e em votação final global.

Após ter sido aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [139/XIV/1.ª](#) (BE) — Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro), foi aprovado, na especialidade, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquele projeto de lei e ao Projeto de Lei n.º [213/XIV/1.ª](#) (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros (assunção, pelo Plenário, da votação indiciária do Projeto de Lei n.º [139/XIV/1.ª](#), realizada, na especialidade, em sede de Comissão, em conjunto com a votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º [213/XIV/1.ª](#), que deu origem ao texto final). O texto final foi ainda aprovado em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [137/XIV/1.ª](#) (BE) — Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho), [138/XIV/1.ª](#) (BE) — Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrate e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho), [213/XIV/1.ª](#) (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros, [209/XIV/1.ª](#) (PAN) — Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efetivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho) e [217/XIV/1.ª](#) (PSD) — Restringe a cobrança de comissões bancárias, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [7/XIV/1.ª](#) (GOV) — Harmoniza e simplifica

determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [12/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [40/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe os artigos 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995, alterando o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e legislação complementar relativa a este imposto, no âmbito do tratamento do comércio eletrónico.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [48/XIV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à doença COVID-19.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [16/XIV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal.

Foi rejeitado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [427/XIV/1.ª](#) (PCP) — Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição.

Na sequência da aprovação do requerimento, do PAN, de avocação de propostas relativas ao texto final sobre a Proposta de Lei n.º [46/XIV/1.ª](#) (GOV) — Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2020-2022, usou da palavra a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Após terem sido rejeitadas as propostas de alteração, aquele texto final foi aprovado em votação final global por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [352/XIV/1.ª](#) (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (sexta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro).

Na sequência da aprovação dos requerimentos, do BE, do PCP e do PAN, de avocação de propostas relativas ao texto final sobre o Projeto de Lei n.º [459/XIV/1.ª](#) (PSD) — Quinta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do Direito de Petição), usaram da palavra os Deputados [José Manuel Pureza](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (PEV) e [Bebiana Cunha](#) (PAN). Após terem sido aprovadas propostas de alteração, aquele texto final foi aprovado em votação final global, tendo, posteriormente, o Deputado [Duarte Pacheco](#) (PSD) proferido uma declaração de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [466/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos de participação no âmbito das iniciativas legislativas dos cidadãos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [211/XIV/1.ª](#) (BE) — Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e

Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [112/XIV/1.ª](#) (PSD) — 50.ª alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia, [183/XIV/1.ª](#) (PAN) — Reforça o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal, e [202/XIV/1.ª](#) (PS) — Procede à 50.ª alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia. Posteriormente, a Deputada Inês Sousa Real (PAN) proferiu uma declaração de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º [424/XIV/1.ª](#) (PAN) — Suspende os prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, relativo ao Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho — Altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional [Apreciações Parlamentares n.ºs [21/XIV/1.ª](#) (PSD), [22/XIV/1.ª](#) (BE) e [23/XIV/1.ª](#) (PCP)].

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [42/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade, em Comissão) e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [412/XIV/1.ª](#) (PCP) — Medidas de promoção do escoamento de pescado proveniente da pesca artesanal — local e costeira — e criação de um regime público simplificado para aquisição, distribuição e valorização de pescado de baixo valor em lota.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Agricultura e Mar relativo à Proposta de Lei n.º [179/XIII/4.ª](#) (ALRAA) — Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional.

Foi aprovada, na generalidade e na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade, em Comissão), a Proposta de Lei n.º [37/XIV/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, tendo, depois, sido aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à proposta de lei.

Na sequência da aprovação do requerimento, apresentado pelo BE, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, de uma proposta relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, sobre o Projeto de Lei n.º [216/XIV/1.ª](#) (PSD) — Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, usaram da palavra os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Carlos Silva](#) (PSD). Após ter sido aprovada a proposta de alteração, o texto final foi aprovado em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus, relativo ao Projeto de Lei n.º [460/XIV/1.ª](#) (PSD) — Terceira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Após a aprovação de um requerimento do PSD, solicitando a votação na generalidade, na especialidade e final global do Projeto de Lei n.º [260/XIV/1.ª](#) (PSD) — Reparação das injustiças fiscais contra os pensionistas, aquele diploma foi rejeitado nas três votações.

Após terem sido aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [410/XIV/1.ª](#) (CDS-PP) — Procede à interpretação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, clarificando o âmbito de aplicação retroativa do artigo 74.º do Código do IRS, e [441/XIV/1.ª](#) (PS) — Alteração ao Código

do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando a aplicação do artigo 74.º, foi igualmente aprovado, na generalidade, na especialidade (foram assumidas, pelo Plenário, as votações indiciárias realizadas na especialidade, em Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àqueles projetos de lei.

Procedeu-se à votação do Projeto de Resolução n.º 515/XIV/1.^a (BE) — Recomenda medidas de apoio aos estudantes internacionais, tendo sido rejeitados a alínea b) do ponto 1 e o ponto 2 e aprovados os restantes pontos.

Procedeu-se à votação do Projeto de Resolução n.º 517/XIV/1.^a (PSD) — Faz recomendações de medidas extraordinárias ao Governo de mitigação dos efeitos decorrentes do COVID-19 nas instituições de ensino superior, tendo sido rejeitados os pontos 1 e 2 e aprovados os restantes pontos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Deu-se conta de um Deputado que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente (José Manuel Pureza) encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 77 (2020.07.25)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 37 minutos.

Procedeu-se ao debate do estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (António Costa).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro e da Ministra da Saúde (Marta Temido), os Deputados Rui Rio (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), André Silva (PAN), José Luís Ferreira (PEV), André Ventura (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL), António Filipe (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Carlos Pereira (PS), Luís Leite Ramos (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Costa (BE), Porfírio Silva (PS), Paulo Moniz (PSD), Maria Begonha (PS), Sara Madruga da Costa (PSD), Lara Martinho, João Paulo Correia, José Luís Carneiro e Marina Gonçalves (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Luís Graça e Ricardo Pinheiro (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Bebianna Cunha (PAN), Moisés Ferreira (BE), Hortense Martins (PS), Paula Santos (PCP) e Filipe Pacheco e Elza Pais (PS).

A encerrar o debate interveio a Ministra de Estado e da Presidência (Mariana Vieira da Silva).

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 477 e 478/XIV/1.^a.

Tendo sido esta reunião plenária a última da 1.^a Sessão Legislativa da XIV Legislatura, o Presidente agradeceu aos Deputados e aos serviços a colaboração e o empenho que permitiram o normal funcionamento da Assembleia durante o tempo da pandemia.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 1 minuto.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta de dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um relativo à renúncia ao mandato de uma Deputada do PS e à respetiva substituição e outro, que foi aprovado, autorizando duas Deputadas do BE e uma Deputada não inscrita a intervirem em tribunal.

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa das Propostas de Resolução n.ºs 2 a 10/XIV/1.ª, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 4 e 5/XIV/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 53 a 55/XIV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 214, 479, 480, 483 e 484/XIV/1.ª, das Apreciações Parlamentares n.ºs 27 e 28/XIV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 588 a 598, 600 a 611 e 618/XIV/1.ª e da Iniciativa Popular de Referendo n.º 1/XIV/1.ª

Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

Foram lidas as mensagens do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, dos Decretos da Assembleia da República n.ºs 46/XIV — Terceira alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, 55/XIV — Quinta alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (Exercício do direito de petição), 57/XIV — Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade e 59/XIV — Primeira alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.

Em declaração política, o Deputado [José Manuel Pureza](#) (BE), face à crise pandémica, elencou as prioridades que devem ser dadas, designadamente a nível do Serviço Nacional de Saúde, da escola, dos direitos laborais e do sistema financeiro, tendo-se também insurgido contra as injeções de capital feitas no Novo Banco.

Em declaração política, o Deputado [Duarte Alves](#) (PCP) apontou a existência de responsáveis políticos pela situação do Novo Banco e recordou o agendamento, para o próximo dia 17, de uma iniciativa legislativa do seu grupo parlamentar no sentido de recuperar o controlo público do banco.

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) fez um balanço da evolução da crise pandémica, social e económica, tendo criticado a atuação do Governo durante este período.

Em declaração política, o Deputado [André Silva](#) (PAN) condenou a existência de uma corrente que defende a não obrigatoriedade da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Em declaração política, o Deputado [José Luís Ferreira](#) (PEV) falou da crise sanitária, social e económica, destacando a importância de o relançamento da economia valorizar as componentes ambientais e a produção nacional, nomeadamente a aposta na agricultura familiar, e sensibilizou a Câmara para a necessidade de colocar o interesse público no centro das decisões para evitar situações como as do Novo Banco, da TAP ou dos CTT.

Em declaração política, o Deputado [Porfírio Silva](#) (PS) referiu-se ao plano de recuperação económica e social enquanto instrumento de resposta à crise provocada pela COVID-19, salientando a necessidade de garantir a estabilidade política através da cooperação e do diálogo social.

Em declaração política, o Deputado [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) chamou a atenção para a necessidade de se combater o medo causado pelo novo coronavírus, tendo sugerido ao Governo medidas de atuação, e apelou ao sentido de responsabilidade da população para o cumprimento das orientações das autoridades de saúde.

Em declaração política, o Deputado [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL) criticou a forma como o Governo tem vindo a agir desde o início da pandemia da COVID-19, referindo a falta de equilíbrio na identificação de prioridades e a não assunção de responsabilidades em relação ao que correu mal, e alertou para a necessidade de se estar atento à forma como serão aplicados os fundos provenientes da União Europeia.

Procedeu-se a um debate, requerido pelo PSD, sobre o bom funcionamento das escolas no próximo ano letivo (2020/2021). Depois de o Deputado [Luís Leite Ramos](#) (PSD) ter aberto o debate, intervieram, além dos Secretários de Estado Adjunto e da Educação (João Costa) e da Educação (Susana Amador), os Deputados [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Ana Mesquita](#) (PCP), [Ana Rita Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Silva](#) (PEV) e [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL).

Procedeu-se a um debate, requerido pelo CDS-PP, sobre os surtos de COVID-19 registados em lares de idosos. Depois de o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) ter aberto o debate, intervieram, além dos Secretários de Estado da Ação Social (Rita da Cunha Mendes) e da Saúde (António Sales), os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [João Cotrim de Figueiredo](#) (IL), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Moisés Ferreira](#) (BE), [Bebiana Cunha](#) (PAN), [Mariana Silva](#) (PEV) e [Marina Gonçalves](#) (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 4 minutos.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.